



**PERFIL DE
ASSISTENTES SOCIAIS
NO BRASIL: FORMAÇÃO,
CONDIÇÕES DE TRABALHO E
EXERCÍCIO PROFISSIONAL**



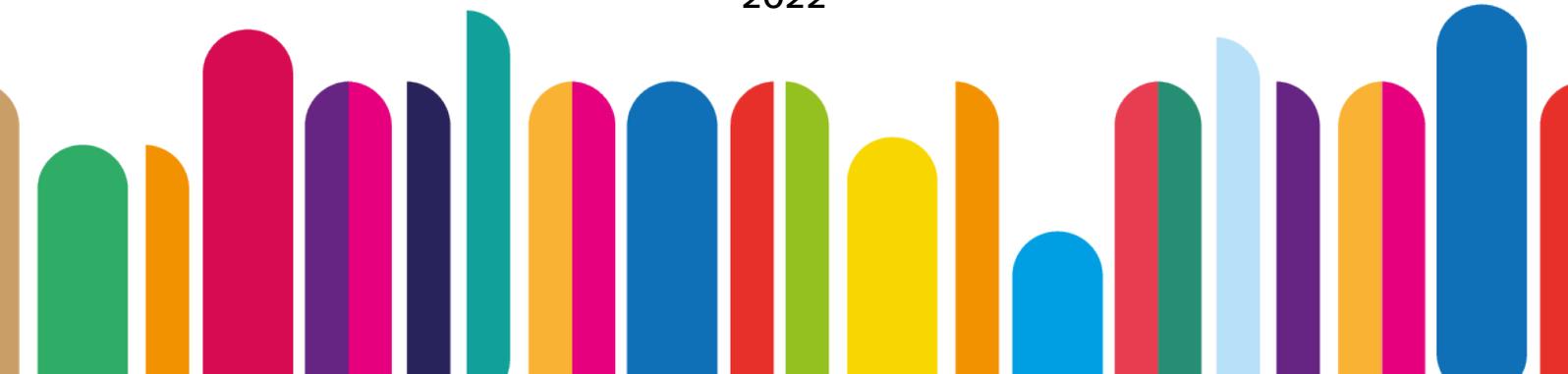
BRASÍLIA (DF)
2022

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

**PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL:
FORMAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO
E EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Brasília (DF)

2022





EXPEDIENTE

Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional

2022

Organização

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Grupo de trabalho responsável 2020-2023 (com representação das comissões do CFESS Administrativo-financeiro, Orientação e Fiscalização e Formação Profissional)

Maria Elizabeth Borges, Dácia Teles, Elaine Pelaez, Kelly Melatti,
Ruth Bittencourt e Adriane Tomazelli (assessora especial)

Análise, pesquisa e elaboração de textos

Professoras Ivanete Salete Boschetti, Joaquina Barata Teixeira,
Raquel Raichelis Degenszajn e Rosa Lúcia Prédes Trindade

Coleta e tratamento de dados

Implanta / Suzart & Mieto estatísticos Ltda

Revisão e finalização

Assessoria de comunicação CFESS - Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Projeto gráfico, diagramação, infografia e capa

Marcos Pereira (Feeling Propaganda) / colaborou Rafael Werkema

ISBN

978-65-86322-06-4

Nosso endereço

Setor Hoteleiro Sul (SHS) Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21 - 20º andar

CEP: 70322-915 - Brasília - DF

Contatos

(61) 3223-1652 / cfess@cfess.org.br / www.cfess.org.br

GESTÕES CFESS ENVOLVIDAS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)

Presidenta: Maria Elizabeth Borges (BA)

Vice-presidenta: Maria Rocha (PA)

1ª Secretária: Dácia Teles (RJ)

2ª Secretária: Carla Alexandra Pereira (MG)

1ª Tesoureira: Kelly Melatti (SP)

2ª Tesoureira: Francieli Borsato (MS)

Conselho Fiscal

Lylia Rojas (AL)

Priscilla Cordeiro (PE)

Alessandra Dias (AP)

Suplentes

Elaine Pelaez (RJ)

Mauricleia Soares (SP)

Agnaldo Knevitz (RS)

Dilma Franclin (BA)

Emilly Marques (ES)

Ruth Bittencourt (CE)

Eunice Damasceno (MA)

Kênia Augusta Figueiredo (DF)

Gestão É de batalhas que se vive a vida (2017-2020)

Presidente: Josiane Soares Santos (SE)

Vice-presidente: Daniela Neves (RN)

1ª Secretária: Tânia Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª Secretária: Daniela Möller (PR)

1ª Tesoureira: Cheila Queiroz (BA)

2ª Tesoureira: Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal

Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA)

Francieli Piva Borsato (MS)

Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes

Solange da Silva Moreira (RJ)

Daniela Castilho (PA)

Régia Prado (CE)

Magali Régis Franz (SC)

Lylia Rojas (AL)

Mauricleia Santos (SP)

Joseane Couri (DF)

Neimy Batista da Silva (GO)

Jane de Souza Nagaoka (AM)

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

Presidente: Maurílio Castro de Matos (RJ)

Vice-presidente: Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª Secretária: Tânia Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª Secretária: Daniela Castilho (PA)

1ª Tesoureira: Sandra Teixeira (DF)

2ª Tesoureira: Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

Conselho Fiscal

Juliana Iglesias Melim (ES)

Daniela Neves (DF)

Valéria Coelho (AL)

Suplentes

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Josiane Soares Santos (SE)

Erlenia Sobral do Vale (CE)

Marlene Merisse (SP)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

Solange da Silva Moreira (RJ)

GT Recadastramento: Maurílio Matos, Esther Lemos, Josiane Soares, Sandra Teixeira, Tânia Diniz e Adriane Tomazelli (assessora especial)



SUMÁRIO INTERATIVO

 clique sobre o título para navegar até o capítulo de interesse

 clique na seta (no canto da página) para retornar ao sumário

	Apresentação	9
	Introdução e Notas Metodológicas.....	15
	1. Perfil das/os Assistentes Sociais Recadastradas/os.....	23
	1.1 Identidade de Gênero das/os Assistentes Sociais	23
	1.2 Pertença Étnico-racial	30
	1.3. Vínculo religioso.....	38
	1.4. Estado Civil	44
	2. Formação e Titulação das/os Assistentes Sociais.....	49
	2.1. Ensino Privado e Desigualdade no Acesso ao Ensino Superior ...	49
	2.2. Política de Cotas e Ampliação do Acesso ao Ensino Superior.....	58
	2.3. Ensino à Distância (EaD) no Serviço Social	62
	2.4. Titulação em Curso de Pós- Graduação	73
	2.4.1. Predomínio da Especialização Lato Sensu.....	73
	2.4.2. O Avanço da Residência (Multi) Profissional.....	78
	2.4.3. Residualidade da Pós-graduação Stricto Sensu	79
	3. Relações e Condições de Trabalho de Assistentes Sociais.....	85
	3.1. Vínculos contratuais.....	85
	3.2. Acesso ao Mercado de Trabalho e Formas de Ingresso	98
	3.3. Formas de contratação do principal vínculo.....	104
	3.3. Jornada Semanal de Trabalho como Assistente Social	111
	3.4. Rendimento Bruto como assistente social	117
	4. Notas finais: a relevância do cadastramento de assistentes sociais ..	129
	Referências Bibliográficas	135



APRESENTAÇÃO

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), gestão *Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)*, apresenta o **Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais** – Fase 1: Dados do Recadastramento – coletados pelo período de 2016 a 2019.

Trata-se de uma ação pautada no Conjunto CFESS-CRESS desde 2014, e que requereu esforços de duas gestões do CFESS, além da atual – “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014-2017) e “É de batalhas que se vive a vida” (2017-2020).

A última pesquisa do perfil profissional realizada no Conjunto CFESS-CRESS foi divulgada em 2005 - “Assistentes Sociais no Brasil”, indicando o total de 61.151 profissionais com inscrição ativa em todo o território nacional. Era fato que, nos anos subsequentes, a referida pesquisa já apresentava grande alteração, seja pela expansão dos cursos de graduação (presencial e à distância) ou pela ampliação nas contratações profissionais em várias áreas, em atendimento às demandas das políticas sociais.

Ambos movimentos da realidade, que impactaram o contingente profissional no Serviço Social no Brasil, de 2005 até 2019, já foram matéria de análise e posicionamento crítico por parte do Conjunto CFESS-CRESS, considerando que o aumento das ofertas de graduação e de espaços de trabalho nas políticas sociais não significaram, na mesma medida, qualidade no acesso e valorização do trabalho. No entanto, foram movimentos importantes e que impulsionaram a necessidade de atualizar o conhecimento que se tinha acerca do perfil profissional de assistentes sociais no país.

¹ Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

Vocalizando reivindicações da categoria profissional e dos espaços de construção do conhecimento, as instâncias deliberativas dos Encontros Nacionais do Conjunto pautaram esse assunto, com menor ou maior ênfase, desde 2006, culminando, em 2014, na aprovação da seguinte deliberação (Eixo Administrativo-Financeiro): *“Realizar Recadastramento Obrigatório dos profissionais no período de 2015-2016, com pesquisa, simultânea e facultativa, sobre o perfil profissional e a realidade do exercício profissional no país.”*²

Desde então, esforços foram empreendidos para operacionalizar a realização do recadastramento obrigatório e a pesquisa do perfil profissional, com o objetivo de *“Conhecer o perfil de assistentes sociais, a realidade das condições de trabalho e do exercício profissional, com vistas a subsidiar as ações do Conjunto CFESS-CRESS na defesa do exercício profissional, o qual sofre cotidianamente com a precarização dos serviços públicos, a banalização da vida social e a deterioração das condições e relações de trabalho.”*³

Havia também outra deliberação aprovada, de substituição das Carteiras e Cédulas de Identidade Profissional (em papel) para os Documentos de Identidade Profissional (DIP) (em cartão) e optou-se por fazer as três ações (recadastramento obrigatório, pesquisa de participação facultativa e substituição dos documentos) de forma simultânea, virtualmente, por meio do Portal “Viva sua Identidade”. Essa decisão ocasionou desafios de várias ordens a serem superados para a efetivação da ação – desde o conhecimento sobre tecnologias que respondessem às necessidades, até as estruturas necessárias para diálogos e sincronização entre sistemas e banco de dados utilizado para as ações. O Portal “Viva sua Identidade” entrou no ar em dezembro de 2016, mas, por necessidade de adequações e resolução de problemas nas bases de dados, teve que ser suspenso de julho de 2017 a novembro de 2018, retornando para acesso da

² Relatório do 43º Encontro Nacional Cfess/Cress, disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/43EncontroNacional-RelatorioFinal.pdf>

³ Conteúdo registrado em apresentação realizada nos Encontros Nacionais da Gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada” (2014-2017)

categoria após esse período e permanecendo ativo até dezembro de 2019.⁴

Do universo geral de profissionais em 2019, ou seja, 176.524 assistentes sociais brasileiras/os com inscrição ativa, o recadastramento alcançou 44.212 e a pesquisa facultativa teve adesão de 9.816 profissionais. Não correspondeu a um levantamento censitário, mas, mesmo não sendo a totalidade da categoria profissional, os dados obtidos são de grande valia para o acesso a um conjunto de informações potentes para se compreender “quem são as/os assistentes sociais brasileiras/os”.

A gestão atual do CFESS (2020-2023) tomou para si o propósito de finalização da pesquisa, empreendendo esforços para tal tarefa. No ano de 2020, os dados passaram por uma apuração estatística, que teve o objetivo de sistematizar as informações, tabular e fornecer dados quantitativos variados e bivariados, que pudessem sustentar as posteriores análises qualitativas a serem realizadas.

No ano de 2021, o grupo de trabalho foi recomposto, integrado por conselheiras do CFESS (das comissões administrativo-financeira, orientação e fiscalização e formação profissional); assessoras especiais e quatro pesquisadoras que já haviam atuado na formulação das questões que compuseram o recadastramento obrigatório e a pesquisa facultativa, sendo elas: Ivanete Salete Boschetti, Joaquina Barata Teixeira, Raquel Raichelis Degenszajn e Rosa Lúcia Prêdes Trindade⁵. A elas, manifestamos nossos agradecimentos.

Este grupo, por questões metodológicas a serem explicitadas mais adiante, concluiu pela impossibilidade de analisar conjuntamente os dados recolhidos nas duas pesquisas, e optou por desmembrar as análises em duas fases, sendo este material a síntese da **FASE 1: “Dados do**

4 Decorrido tanto tempo de seu início até o ano 2019, o 48º Encontro Nacional Cfess/Cress (2019) deliberou, então, pelo encerramento desse ciclo em dezembro de 2019, deixando o recadastramento de ser obrigatório a categoria. Relatório do referido Encontro está disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroNacionalCfessCress-RelatorioFinal.pdf>

5 Por ocasião do trabalho realizado em 2015-2016, de elaboração dos questionários para o recadastramento e para a pesquisa, além das pesquisadoras citadas, houve também a participação da Professora Dra. Ivete Simionatto que, nesta fase de elaboração do primeiro Relatório Parcial, não pôde participar.

Recadastramento”. A FASE 2, com os dados da pesquisa facultativa, será lançada posteriormente.

Não é possível marcar esses dois anos - 2020 e 2021 – sem fazer menção à pandemia de Covid-19, deflagrada no mundo e no Brasil em março de 2020, em meio ao fim de uma gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2017-2020) e início de outra (2020-2023). Toda a transição e a posse da atual gestão federal se deram de forma remota, sem acesso aos espaços do CFESS e aos documentos físicos, sendo uma adaptação sem precedentes e apresentando necessidade de superação diária de desafios de ordem técnica, política, administrativa, contratual, dentre outras. Chegar, então, à conclusão deste material, ainda que de sua primeira fase, neste momento, é registrar a superação de muitos desafios, é renovar o compromisso com a categoria e finalizar um trabalho e uma deliberação coletiva muito aguardados.

Também é verdadeiro afirmar que os dados contidos nesta pesquisa são anteriores ao momento da pandemia e, certamente, não revelam as profundas alterações no contexto de trabalho advindas da crise sanitária e política que vivemos. Até a publicação deste livro, o “Memorial Nosso Luto, Nossa Luta”⁶ havia registrado 110 assistentes sociais vítimas fatais da Covid-19 e do descaso com que o enfrentamento à pandemia tem sido empreendido no país. São perdas irreparáveis, que poderiam ser evitadas e devem receber toda atenção de análise e de ação por quem estuda, orienta, fiscaliza e defende o Serviço Social no Brasil. Mesmo compreendendo esses limites, os dados aqui registrados poderão oferecer pistas importantes acerca do período pré-pandêmico, lançando luzes às análises, aos dados e às informações que nos permitirão conhecer mais a realidade de trabalho de assistentes sociais em todos os estados brasileiros e, ademais, poderão subsidiar pesquisas futuras.

As análises condensadas neste Relatório são de grande relevância, pois permitirão conhecer o perfil de assistentes sociais nos recortes

⁶ Memorial construído pelo CFESS e ABEPSS, dedicado à vida de cada assistente social vítima do coronavírus. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial>. Consulta realizada em fevereiro/2022.

regionais, de sexo/gênero, na pertença étnico-racial, na questão geracional, dentre outros aspectos. Proporcionarão informações relevantes para conhecer o contexto de formação profissional e também trarão análises sobre as relações e condições do trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil. São dados que, a partir das análises apontadas, podem ser revisitados, ressignificados e alimentados por novos questionamentos, como é próprio do universo da produção do conhecimento.

Agradecemos, outrossim, àquelas e àqueles que responderam ao chamado por se recadastrar, compreendendo o compromisso com a atualização de dados e com o levantamento de informações sobre o perfil profissional, o que permitiu uma análise qualitativa, aliada aos dados de caráter quantitativo. Dados sobre o trabalho profissional e sobre as características da categoria profissional são imprescindíveis para planejar ações direcionadas aos quadros profissionais e à localização nos espaços sócio-ocupacionais. O cadastramento é parte do processo organizacional do trabalho do conjunto CFESS-CRESS, será sempre uma ação contínua, pois a inserção de dados dispara processos de registros e comunicação entre os conselhos e a categoria profissional. Rever e atualizar será sempre necessário e até obrigatório, haja vista, por exemplo, a conquista do voto on-line – que só depende de informações corretas para o exercício do direito de escolha de dirigentes para as entidades.

O CFESS o apresenta à categoria e a toda a sociedade, desejando uma ótima leitura e esperando que ele possa ser subsídio para as ações de orientação e fiscalização no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, que possa contribuir com pesquisas em andamento, que impulse a construção de planos de trabalho e de reivindicações no contexto das políticas sociais e, ainda, que suscite inquietações e reflexões sobre o que é ser assistente social no Brasil hoje.

Boa leitura!

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)



INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

(...)

Lutar com palavras parece sem fruto.

Não têm carne e sangue...

Entretanto, luto.

(...)

Palavra, palavra (digo exasperado),

se me desafia, aceito o combate (...)

Carlos Drummond de Andrade

O relatório a seguir apresenta informações que possibilitam uma aproximação do perfil profissional de assistentes sociais no Brasil, com base nos dados coletados durante o recadastramento nacional realizado pelo Conjunto CFESS-CRESS, conforme já sinalizado na apresentação. O número de respondentes é considerável e significativo do universo profissional, uma vez que ao final da pesquisa, em 31/12/2019, as/os 44.212 participantes do recadastramento nacional correspondiam a 25,04% das/os 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os ao final da pesquisa.

Inicialmente, o Grupo de Trabalho (GT) convidado pelo CFESS e constituído em 2015, composto pelas docentes Ivanete Salete Boschetti, Ivete Simionatto⁷, Joaquina Barata Teixeira, Raquel Raichelis Degenszajn e Rosa Lúcia Prêdes Trindade, elaborou um questionário com 82 questões fechadas e abertas, com a intenção de realizar uma pesquisa aprofundada sobre a categoria profissional, tendo em vista seu caráter censitário, uma vez que o recadastramento abrangeria, obrigatoriamente, todas/os as/os profissionais em atividade. No decorrer do processo, por questões

⁷ Conforme indicado anteriormente, a professora Ivete Simionatto participou no processo de elaboração do questionário, mas não pôde continuar no processo de análise dos dados e elaboração desse relatório.

técnico-operacionais identificadas pelas Conselheiras do CFESS que acompanhavam o GT, esse questionário foi desmembrado, e o que foi utilizado no recadastramento obrigatório ficou restrito a um número reduzido de questões objetivas, sendo respondido por 44.212 assistentes sociais⁸.

O CFESS disponibilizou na mesma plataforma do recadastramento uma pesquisa mais ampla, com a totalidade das questões elaboradas inicialmente (abertas e fechadas), objetivando detalhar informações, especialmente sobre formação e trabalho, mas sem obrigatoriedade de resposta. Essa alteração acabou reduzindo a adesão de profissionais à pesquisa mais completa, que limitou-se a 9.816 profissionais (5,56% do total de inscritas/os ativas/os ao final da pesquisa). As questões dessa pesquisa mais ampla não puderam ser compatibilizadas, incorporadas e analisadas nesse relatório, diante da impossibilidade metodológica de considerá-las tendo em vista a diferenciação de seu universo, provocada pela discrepância quantitativa em relação aos totais obtidos pelo recredenciamento, o que impacta em sua distribuição regional, mas também na possível caracterização do perfil. Desse modo, a fim de evitar vieses nos resultados, as informações proporcionadas pela pesquisa mais ampla, mas com número menor de profissionais, serão objeto de análise em relatório específico.

Do ponto de vista metodológico, tais mudanças impuseram algumas dificuldades⁹ no momento da sistematização e análise dos dados. O que deveria ser uma pesquisa censitária, tornou-se uma amostragem aleatória simples, posto que constituída ao acaso da população total, ou seja, composta pela adesão de cada integrante do universo de assistentes sociais inscritas/os, que se disponibilizou a responder ao questionário do recadastramento, tendo a mesma probabilidade de ser incluída

⁸ O recadastramento deixou de ser obrigatório em 2019, último ano de coleta.

⁹ Importante registrar que a coleta perdurou durante o longo período de recadastramento, iniciado em dezembro 2016 e concluído em dezembro de 2019, com interrupção no período entre 26/07/2017 e 05/11/2018, devido a problemas técnico-operacionais explicitados pelo CFESS na apresentação.

na amostra de 44.212, obtida ao final da pesquisa. Essa amostragem, portanto, caracteriza-se como probabilística, conforme relatório estatístico apresentado ao CFESS pelos consultores estatísticos, ao registrar que este tipo de amostra “ocorre quando as condições abaixo são cumpridas (Pereira, 2006): Todos os elementos da população apresentam uma probabilidade maior que zero para ser selecionados na amostra”.¹⁰ De todo modo, é importante ressaltar que essa amostra é significativa (25,04% do universo), ainda que sua distribuição geográfica não seja homogênea, conforme indica a tabela 1¹¹.

Tabela 1 - Total Geral de Inscritos/as Ativos/as e Participantes no Recadastramento por Estado e Região (continua)

Região	UF/CRESS	Total de Assistentes Sociais Inscritas/os Ativas/os			Total de Participantes do Recadastramento			
		Total	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL do Brasil	Total	% em relação ao TOTAL do Estado	% em relação ao TOTAL da Região	% Em relação ao TOTAL do Brasil
Norte	Acre - CRESS ^a Região	1.375	6,65%	0,78%	223	16,22%	4,99%	0,50%
	Amapá - CRESS 24 ^a Região	675	3,27%	0,38%	294	43,56%	6,57%	0,66%
	Amazonas - CRESS 15 ^a Região	5.955	28,81%	3,37%	1.216	20,42%	27,19%	2,75%
	Pará - CRESS 1 ^a Região	7.925	38,34%	4,49%	1.914	24,15%	42,79%	4,33%
	Rondônia - CRESS 23 ^a Região	1.645	7,96%	0,93%	410	24,92%	9,17%	0,93%
	Roraima - CRESS 27 ^a Região*	725	3,51%	0,41%	-	-	-	-
	Tocantins - CRESS 25 ^a Região	2.372	11,47%	1,34%	416	17,54%	9,30%	0,94%
SUBTOTAL - Região Norte		20.672	100,00%	11,71%	4.473	21,64%	100,00%	10,12%

¹⁰ CF. Diogo Picco – CONRE-DF 9693 e Fioravante Mietto – CONRE-DF 8024. Relatório estatístico de pesquisa, p. 6

¹¹ O Estado de Roraima era uma seccional de base estadual, estando vinculada ao CRESS Amazonas. O desmembramento que deu origem ao CRESS Roraima ocorreu por meio da Resolução CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, mas, pelo fato do recadastramento e da pesquisa já estarem na metade de sua operacionalização, finalizando em dezembro de 2019, a opção foi manter a base vinculada ao Cress Amazonas. Logo, os dados aqui sistematizados, contarão com as informações unificadas dos Estados de Roraima e Amazonas, identificadas por “Cress Amazonas”.

Tabela 1 - Total Geral de Inscritos/as Ativos/as e Participantes no Recadastramento por Estado e Região (continua)

Região	UF/CRESS	Total de Assistentes Sociais Inscritas/os Ativas/os						
		Total	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL do Brasil	Total	% em relação ao TOTAL do Estado	% em relação ao TOTAL da Região	% Em relação ao TOTAL do Brasil
Nordeste	Alagoas - CRESS 16ª Região	3.703	6,98%	2,10%	1.192	32,19%	9,55%	2,70%
	Bahia - CRESS 5ª Região	13.968	26,35%	7,91%	3.303	23,65%	26,47%	7,47%
	Ceará - CRESS 3ª Região	7.923	14,95%	4,49%	1.794	22,64%	14,38%	4,06%
	Maranhão - CRESS 2ª Região	5.508	10,39%	3,12%	1.458	26,47%	11,69%	3,30%
	Paraíba - CRESS 13ª Região	4.868	9,18%	2,76%	1.047	21,51%	8,39%	2,37%
	Pernambuco - CRESS 4ª Região	6.821	12,87%	3,86%	1.680	24,63%	13,46%	3,80%
	Piauí - CRESS 22ª Região	3.402	6,42%	1,93%	514	15,11%	4,12%	1,16%
	Rio Grande do Norte - CRESS 14ª Região	4.325	8,16%	2,45%	1.165	26,94%	9,34%	2,64%
	Sergipe - CRESS 18ª Região	2.496	4,71%	1,41%	324	12,98%	2,60%	0,73%
SUBTOTAL - Região Nordeste		53.014	100,00%	30,03%	12.477	23,54%	100,00%	28,22%
Centro-Oeste	Distrito Federal - CRESS 8ª Região	2.313	18,83%	1,31%	692	29,92%	25,57%	1,57%
	Goiás - CRESS 19ª Região	3.878	31,57%	2,20%	928	23,93%	34,29%	2,10%
	Mato Grosso - CRESS 20ª Região	3.237	26,35%	1,83%	434	13,41%	16,04%	0,98%
	Mato Grosso do Sul - CRESS 21ª Região	2.855	23,24%	1,62%	652	22,84%	24,09%	1,47%
SUBTOTAL - Região Centro-Oeste		12.283	100,00%	6,96%	2.706	22,03%	100,00%	6,12%
Sudeste	Espírito Santo - CRESS 17ª Região	4.342	6,24%	2,46%	817	18,82%	4,55%	1,85%
	Minas Gerais - CRESS 6ª Região	15.516	22,28%	8,79%	4.176	26,91%	23,27%	9,45%
	Rio de Janeiro - CRESS 7ª Região	16.850	24,20%	9,55%	3.890	23,09%	21,67%	8,80%
	São Paulo - CRESS 9ª Região	32.924	47,28%	18,65%	9.065	27,53%	50,51%	20,50%

Tabela 1 - Total Geral de Inscritos/as Ativos/as e Participantes no Recadastramento por Estado e Região (conclusão)

Região	UF/CRESS	Total de Assistentes Sociais Inscritas/os Ativas/os						
		Total	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL do Brasil	Total	% em relação ao TOTAL do Estado	% em relação ao TOTAL da Região	% Em relação ao TOTAL do Brasil
SUBTOTAL - Região Sudeste		69.632	100,00%	39,45%	17.948	25,78%	100,00%	40,60%
Sul	Paraná - CRESS 11º Região	7.703	36,80%	4,40%	1.992	25,86%	30,15%	4,51%
	Rio Grande do Sul - CRESS 10ª Região	8.212	39,20%	4,70%	2.449	29,82%	37,06%	5,54%
	Santa Catarina - CRESS 12ª Região	5.008	23,90%	2,80%	2.167	43,27%	32,79%	4,90%
SUBTOTAL - Região Sul		20.923	100,00%	12,00%	6.608	31,58%	100,00%	14,95%
TOTAL GERAL		176.524		100%	44.212			100%

*Nota: Contabilizado junto com o CRESS Amazonas, conforme nota de rodapé n. 11.

Sobre os dados apresentados na Tabela 1¹², em todas as regiões, acima de 20% dos profissionais participaram do recredenciamento e responderam as questões, sendo a Região Sul a que obteve maior participação (31,58%), seguida pela Região Sudeste (25,77%), Região Nordeste (23,53%), Região Centro-Oeste (22,03%) e por fim a Região Norte (21,64%). A maior discrepância está entre os Estados, pois a maior participação ocorreu em Santa Catarina (43,27%), e a menor participação em Sergipe (12,98%).

Na região Norte, o Amapá, com o menor número de inscritas/os ativas/os (675) registrou o maior percentual relativo de participação de profissionais (43,55%). Os Estados do Acre e do Tocantins registraram participações percentuais próximas (16,21% e 17,53% respectivamente) em relação aos profissionais inscritas/ativas, enquanto os demais Estados

12 Todas as tabelas foram elaboradas pelos estatísticos sob a supervisão do CFESS, com base nas questões respondidas no questionário vinculado ao recadastramento, sendo essa a fonte de todos os dados que subsidiou as análises apresentadas.

(Amazonas, Pará e Rondônia) registram percentuais entre 20,42% e 24,92%. Entre os 09 Estados da Região Nordeste a participação foi bastante aproximada, com dois Estados (Piauí e Sergipe) abaixo de 20%, um Estado (Alagoas) acima de 30%, e os demais com incidência entre 21,50% e 26,93%. Já nos 4 Estados da Região Centro-Oeste, apenas um (Mato Grosso) registrou participação abaixo de 20%, e os outros três asseguraram que mais de 20% de assistentes sociais inscritas/os ativas/os realizassem o recredenciamento. Nos 4 Estados da Região Sudeste, que concentram o maior quantitativo de profissionais (39,45% do total de inscritas/os ativas/os no Brasil), somente o Espírito Santo registrou participação abaixo de 20%, enquanto os demais registraram entre 23,08% e 27,53%. Na Região Sul, o Estado de Santa Catarina despontou com a maior participação (43,27%) enquanto os outros dois permaneceram na proporção dos 20%. A tabela 1 detalha os dados e convida a algumas inferências importantes a serem avaliadas com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

É importante destacar que não se observou dentre os estados uma correspondência entre maior número de profissionais inscritas/os e mais elevada participação no recredenciamento, considerando que São Paulo, que possui o maior número de profissionais (47% do total), recredenciou somente 27,53% de seus profissionais, o que tende a ser justificado pelo caráter aleatório da formação amostral da pesquisa do recadastramento.

O inverso também não é verdadeiro, já que o Estado com o menor número de profissionais (Amapá) assegurou o maior percentual de recredenciamento (43,55%). Outro dado significativo é que somente em 07 Estados o recredenciamento ficou abaixo de 20% de seus profissionais e somente em 03 atingiu acima de 30%, ou seja, a maioria dos Estados (17 ou 62,97%) recadastrou entre 21% e 29% de assistentes sociais inscritas/os ativas/os. Há que se avaliar com os CRESS as dificuldades e empecilhos que limitaram, em cada Estado, a Campanha Nacional de Recredenciamento que objetivava, inicialmente, atingir a totalidade de profissionais.

No detalhamento do quantitativo de profissionais recadastradas/os e sua distribuição territorial por Região e Estados, conforme já destacado,

em termos regionais, identifica-se a liderança do Sudeste, com 17.948 Assistentes Sociais, o que representa 40,60% do universo dos 44.212 profissionais abrangidos pela pesquisa. Em seguida, ocupando a segunda colocação, está a região Nordeste, com 12.477, ou 28,23%. A região Sul, que recadastrou 6.608 profissionais, ou 14,95%, ocupa a terceira posição, enquanto a Norte, com 4.473 (10,11%) e a Centro-Oeste, com 2.706 (6,12%), estão na sequência, ocupando a quarta e quinta colocações em número de recadastradas/os.

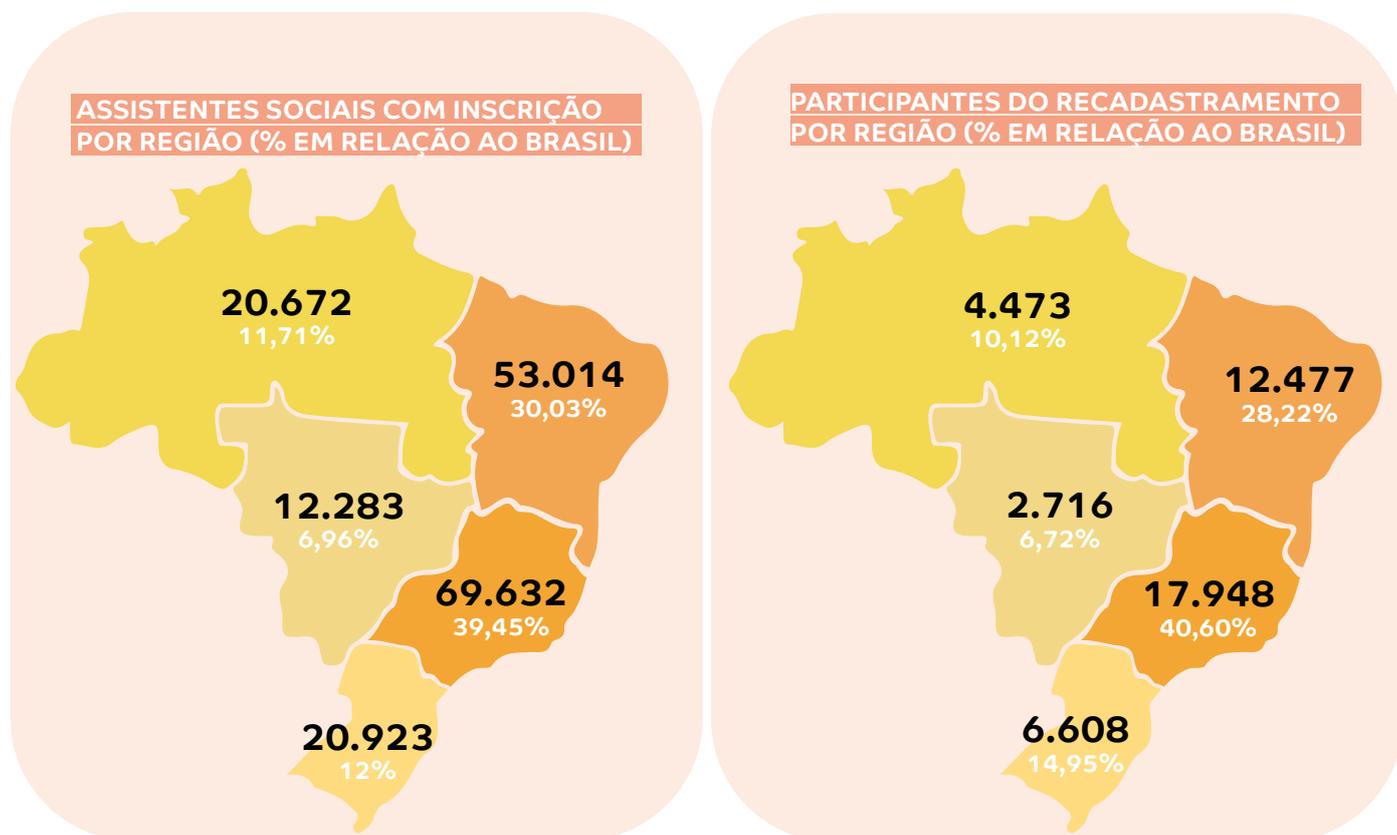
É importante ressaltar que esses dados do recadastramento estão em sintonia, de forma parcial, com os do Cadastro de Assistentes Sociais inscritas/os ativas/os nos CRESS (tabela 1). Há uma reprodução similar da distribuição regional desses profissionais nos casos das posições de 1º e 2º lugares, ocupados pelas regiões Sudeste e Nordeste. A exceção ocorreu no 3º e 4º lugares, uma vez que no cadastro de inscritas/os ativas/os, as regiões Norte e Sul empataram na terceira colocação, enquanto a Centro-Oeste ficou em quarto e último lugar.

Sobre a distribuição das/os recadastradas/os por estado, São Paulo lidera de forma incontestável no quantitativo de Assistentes Sociais, tanto na escala do país, quanto na Região Sudeste. Foram recadastradas/os 9.065 profissionais no estado paulistano, que representam 20,50% do total do país e, 50,51%, da sua região. O quantitativo de profissionais do estado de São Paulo é maior do que o encontrado nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul somadas, repetindo a mesma situação e liderança nacional já ocorrida quando a base de dados verificada é o Cadastro de inscritas/os ativas/os nos CRESS.

Nesse aspecto, é inegável que as assimetrias regionais persistem desde quando a região Sudeste, ou mais especificamente o estado de São Paulo, assumiu a liderança econômica do país, na passagem da economia de base exportadora para a industrial (Cano, 2005), e se reverberam no acesso e formação de profissionais no território brasileiro, sendo aqui também o primeiro polo formador de profissionais na década de 1930.

Em segundo lugar em número de recadastramentos, está o estado de Minas Gerais, com 4.176 ocorrências, representando 9,45% do universo da pesquisa. Isso é diferente do ocorrido no Cadastro de inscritas/os ativas/os nos CRESS, uma vez que essa posição foi ocupada por outra UF da região Sudeste, neste caso o Rio de Janeiro, que pelos dados do recadastramento passou a ocupar o 3º lugar em quantidade de participantes (3.890; 8,80%). A quarta posição em número de recadastradas/os, é de um estado da região Nordeste, neste caso a Bahia, com 3.303 registros, correspondendo a 7,47%. Já o quinto lugar é da UF Rio Grande do Sul, pertencente à região Sul, que registrou 2.449 profissionais, ou 5,54%.

Feitas essas observações metodológicas e abordada a distribuição territorial dos profissionais que participaram do recadastramento, as análises seguintes tomam por base as questões respondidas por 44.212 profissionais até 31 de dezembro de 2019.



1. Perfil dos/as Assistentes Sociais Recadastradas/os

Esse item apresenta as características gerais de profissionais de Serviço Social que participaram do recadastramento. Iniciaremos por examinar traços gerais referentes à condição de gênero, pertença étnico racial, religião e estado civil.

1.1 IDENTIDADE DE GÊNERO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

Na busca de captar a diversidade de expressões de gênero e suas manifestações no âmbito da categoria de Assistentes Sociais, o recadastramento identificou a distribuição das/os profissionais pelo ângulo da identidade de gênero, ou seja, como se percebem em relação a esse aspecto.

Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. “Outras expressões de Gênero”¹³, diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10%.

Ainda que mantenha a tendência histórica da profissão de predominância de profissionais do sexo feminino, conforme apontado pela

¹³ Há que se reconhecer que o formulário de questões não incorporou todas as designações que passaram a compor o universo da diversidade sexual, o que certamente limitou algumas respostas e pode ter contribuído para ampliar a incidência de respostas em “Outras expressões de gênero”. Estudos recentes, específicos sobre o perfil LGBTI+ no Brasil, vêm utilizando as seguintes designações. Para Identidade de Gênero: agênero, andrógino, gênero fluido, homem cis, homem trans, intersexual, mulher cis, mulher trans, não binário, queer/genderqueer, travesti, two-spirit. Para orientação sexual: assexual, bissexual, gay, heterossexual, lésbica, pansexual. Ver a pesquisa “Ensaio sobre o perfil da comunidade LGBTI+”. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/LIVRO%20-%20%20LIVRES%20E%20IGUAIS%20-PESQUISA%20LGBTI%2B.pdf

pesquisa realizada pelo CFESS no ano de 2004 (e publicada em 2005)¹⁴, identificam-se lentas e pequenas mudanças no âmbito da categoria profissional. Nesse aspecto, na pesquisa realizada em meados dos anos 2000, o percentual de profissionais do sexo feminino registrou 97%, enquanto na pesquisa do cadastramento foi de 92,92%, revelando que os profissionais do sexo masculino já perfazem mais de 5%, ou precisamente, 6,97%.

Os dados acima referidos constam na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Distribuição por Identidade de Gênero

Identidade de Gênero	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Feminino	41.083	92,92%
Masculino	3.083	6,97%
Outras Expressões de Gênero	46	0,10%
TOTAL	44.212	100,00%

No detalhamento de “Outras Expressões de Gênero”, apresentado na Tabela 3 seguinte, um total de 46 assistentes sociais indicaram que se identificam com seguintes identidades de gênero: Transexual Masculino, com 7 registros (15,22%), Transexual Feminino, com 5 registros (10,87%), Travesti, com 5 registros (10,87%), e 29 profissionais (63,04%) declaram não se identificar com nenhuma destas identidades de gênero.

Tabela 3 – Auto-declaração de “Outras Expressões de Gênero”

Identidade de Gênero	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Transexual Feminino	5	10,87%
Transexual Masculino	7	15,22%
Travesti	5	10,87%
Outras Expressões de Gênero	29	63,04%
TOTAL	46	100,00%

¹⁴ Cf Pesquisa Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional, CFESS, 2005. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

Apesar de pequeno do ponto de vista quantitativo, o registro de “Outras Identidades de Gênero” com que as/os profissionais se identificam, demonstra que o modelo binário masculino-feminino não expressa a diversidade sexual, e requer uma compreensão baseada na totalidade da vida social, marcada pela unidade exploração-opressão no capitalismo. Muitas e aprofundadas análises teórico-políticas, como a de Santos (2017, p. 8) vem chamando a atenção para a necessidade de debater a diversidade sexual considerando a “dialética opressão e liberdade”, no sentido de superar a lógica binária, e apreender as múltiplas determinações que incidem na vida real. A autora afirma que: “Tal questão emergiu como um problema real mediante as situações concretas de opressão e de violação de direitos vivenciadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e da visibilidade acadêmica e política de que a defesa da diversidade sexual nos leva, inevitavelmente, às fileiras do pensamento fragmentário, da fixação na singularidade, privilegiando a construção meramente discursiva da realidade. A perspectiva de totalidade é, neste sentido, outro caminho teórico-metodológico que, por um conjunto de mediações, possibilita a apreensão e o conhecimento da realidade em sua densidade histórica, contradições e aberta à dinâmica da luta de classes”.

Com essa perspectiva, balizada pelo Projeto Ético Político Profissional, o CFESS vem se destacando nas lutas pelo reconhecimento dos direitos da população LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transexuais, queer, intersexo e mais), sendo o primeiro Conselho Federal a garantir a utilização do nome social no exercício profissional às/aos profissionais travestis e transexuais e a assegurar o nome social no documento de identidade profissional, conforme estabelecido na Resolução CFESS nº 785/2016 (que revogou e complementou o primeiro texto, de 2011). Cabe registrar, ainda, que o Conjunto CFESS-CRESS realiza frequentes debates em que se destaca o Seminário de Serviço Social e Diversidade Trans, bem como a produção de diversos materiais para dar visibilidade e sensibilizar a categoria sobre a temática, a exemplo das Campanhas “O Amor Fala

Todas as Línguas”, “Nem Rótulos Nem Preconceitos. Quero Respeito”, e a produção de diversos materiais nas últimas décadas, com destaque para o “Caderno Assistente Social no Combate ao Preconceito-Transfobia” e documento com orientações para atendimento de pessoas trans e travestis, todos disponibilizados na página do CFESS.

Sobre o cruzamento das informações de identidade de gênero por Unidades da Federação, os dados a seguir indicam que as/os profissionais do sexo feminino foram os mais abrangidos pelo recadastramento nas UFs em consonância com sua predominância na profissão, situação que se constata de Norte a Sul do país e que já foi referida anteriormente.

Dentre as Unidades da Federação que possuem proporcionalmente maior número de profissionais do sexo feminino, destaca-se Santa Catarina, que lidera nesse quesito, por ter alcançado 96,26% do universo abrangido pela pesquisa. Na sequência estão as UFs de Maranhão (95,06%), Rio Grande do Sul (94,69%), Espírito Santo (94,61%), Amazonas (94,49%), Rio Grande do Norte (94,25%) e Alagoas (94,21%), todas acima da média nacional que é 92,92%.

Por outro lado, o estado do Acre assume a liderança no quantitativo de maior número proporcional de recadastrados do sexo masculino, registrando 10,31%, sendo seguido de perto por Rondônia (10,24%) e Amapá, com 10,20%. Além de estarem acima da média nacional, que registra 6,97%, essas UFs têm a particularidade de todas estarem situadas na região Norte.

As identidades de gênero classificadas como “Outras identidades de gênero”, tiveram registros na maioria das UFs do país, com destaque para São Paulo, com 11 registros, e na sequência o Rio de Janeiro, com 06 registros. Goiás e Pernambuco obtiveram 03 registros nesse quesito, enquanto Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Piauí e Paraná, obtiveram 2 registros cada. Nas demais UFs, houve registro de ao menos 01 profissional que se identificou com “Outras identidades de gênero”, com exceção de 4 UFs (Acre, Maranhão, Santa Catarina e Sergipe).

Conforme anunciado anteriormente, os últimos avanços dos estudos sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora, com repercussões no projeto ético-político do Serviço Social, indicam a relevância das causas feministas e das diversidades, cujo tratamento conceitual tem refletido na produção acadêmica nos últimos anos, sendo absorvidos, ainda que de forma tardia e “em curso” na formação profissional, conforme indicam Cisne & Santos (2018).

Os temas patriarcado, racismo e sexualidade são desafios cotidianos postos na teoria-prática profissional, e ainda mais urgente tendo em vista o novíssimo movimento de retorno ao conservadorismo da sociedade mundial e brasileira, cuja visibilidade encontra-se multiplicada pelo advento das tecnologias da informação e comunicação, e as novas formas de interação em redes sociais mediadas por essas tecnologias (TEIXEIRA, 2021).

Na mesma direção já sinalizada, no caso específico da diversidade sexual, é fundamental o seu reconhecimento “como dimensão relevante da vida dos indivíduos que tem implicações em suas condições de vida e de trabalho” (CISNE & SANTOS, 2018, p. 161). As novas percepções no universo da identidade da classe trabalhadora ampliam a captação da diversidade dessa categoria social, contribuindo para a atualização e compreensão de suas lutas políticas, da contemplação de suas demandas no escopo das políticas públicas, e nas respostas da categoria profissional.

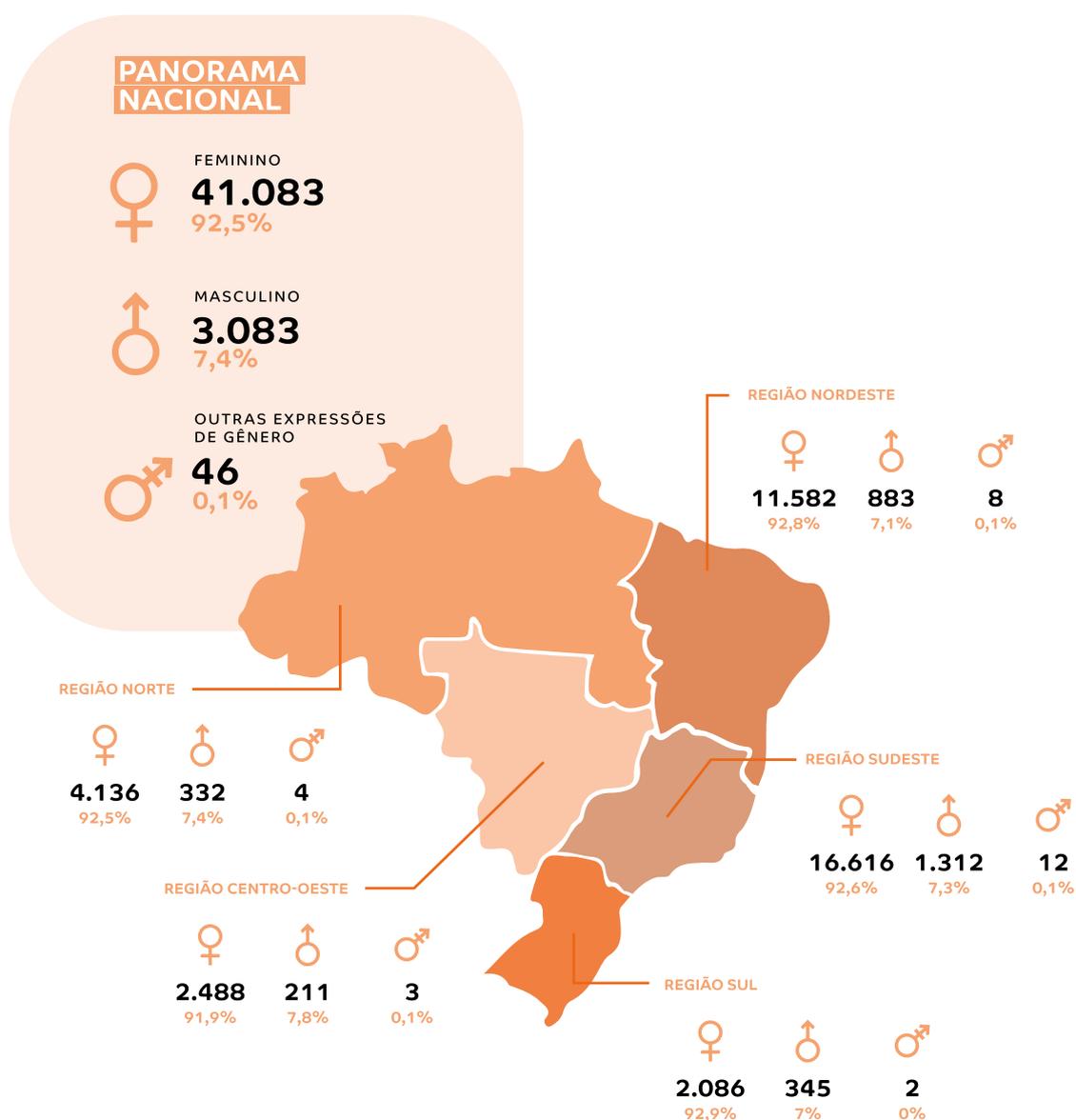
Os dados da tabela 4 abaixo apresentam as informações de identidade de gênero por unidades da federação das/os profissionais cadastradas/os.

Tabela 4 - Identidade de Gênero por Região/Estado

UF	Feminino		Masculino		Outras Expressões de Gênero		Transexual Masculino		Transexual Feminino		Travesti		Total	
Norte	AC	200	90,00%	23	10,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	223
	AM	1.149	94,00%	66	5,00%	1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.216
	AP	263	89,00%	30	10,00%	1	0,30%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	294
	PA	1.771	93,00%	142	7,00%	1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.914
	RO	367	90,00%	42	10,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,20%	410
	TO	386	93,00%	29	7,00%	1	0,20%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	416
Subtotal		4.136	92,50%	332	7,40%	4	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	4.473
Nordeste	AL	1.123	94,00%	68	6,00%	1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.192
	BA	3.035	92,00%	267	8,00%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.303
	CE	1.650	92,00%	142	8,00%	0	0,00%	1	0,10%	1	0,10%	0	0,00%	1.794
	MA	1.386	95,00%	72	5,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.458
	PB	970	93,00%	75	7,00%	2	0,20%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.047
	PE	1.547	92,00%	130	8,00%	3	0,20%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.680
	PI	472	92,00%	40	8,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,20%	1	0,20%	514
	RN	1.098	94,00%	66	6,00%	1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.165
SE	301	93,00%	23	7,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	324	
Subtotal		11.582	92,80%	883	7,10%	8	0,10%	1	0,00%	2	0,00%	1	0,00%	12.477
Centro-Oeste	DF	623	90,00%	67	10,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,30%	0	0,00%	692
	GO	854	92,00%	71	8,00%	2	0,20%	1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	928
	MS	606	93,00%	45	7,00%	1	0,20%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	652
	MT	405	93,00%	28	6,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,20%	434
Subtotal		2.488	91,90%	211	7,80%	3	0,10%	1	0,00%	2	0,10%	1	0,00%	2.706
Sudeste	ES	773	95,00%	43	5,00%	1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	817
	MG	3.804	91,00%	370	9,00%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	4.176
	RJ	3.623	93,00%	261	7,00%	5	0,10%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.890
	SP	8.416	93,00%	638	7,00%	5	0,10%	4	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	9.065
Subtotal		16.616	92,60%	1.312	7,30%	12	0,10%	5	0,00%	1	0,00%	2	0,00%	17.948
Sul	PR	1.856	93,00%	134	7,00%	2	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.992
	RS	2.319	95,00%	130	5,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2.449
	SC	2.086	96,00%	81	4,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2.167
Subtotal		6.261	94,70%	345	5,20%	2	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	6.608
TOTAL		41.083	92,90%	3.083	7,00%	29	0,10%	7	0,00%	5	0,00%	5	0,00%	44.212



A tabela mostra que as/os profissionais que se auto-identificaram em “Outras Expressões de Gênero” se concentram nas Regiões Sudeste e Nordeste, seguindo a mesma tendência nacional apontada na pesquisa “Ensaio sobre o perfil da comunidade LGBTI+” (2000, p. 21)¹⁵, em que a Região Sudeste concentra 46,0% dos respondentes, e, junto com a Região Nordeste, a segunda maior, atinge 66,6%. O terceiro maior contingente está na Região Sul com 19,8% e o menor percentual indicado foi na Região Norte, com 5,5%.



¹⁵ Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/LIVRO%20-%20%20LIVRES%20E%20IGUAIS%20-PESQUISA%20LGBTI%2B.pdf

1.2 PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL¹⁶

Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais recadastradas/os, os dados indicam que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%. As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51%.

É importante destacar que nos dados do último Censo Demográfico brasileiro realizado no ano de 2010, a proporção da população parda e preta lidera no quantitativo de pessoas que autodeclararam serem dessa cor no país. Contudo, vale considerar que o acesso ao ensino superior no Brasil ainda é restrito à população geral, prevalecendo as pessoas de cor branca como as que têm mais oportunidades de acesso a esse grau de ensino, como se verá adiante.

A tabela 5 a seguir contém as informações sobre pertença étnico-racial.

Tabela 5 – Pertença Étnico-racial com Agrupamento de Negra/Preta/Parda

Pertença étnico-racial	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Preta/Negra/Parda	22.255	50,34%
Branca	20.771	46,98%
Amarela	819	1,85%
Indígena	140	0,32%
Outra	227	0,51%
TOTAL	44.212	100,00%

¹⁶ O formulário de respostas do recadastramento solicitava no item “Pertença étnico-racial” as seguintes possibilidades: branca, preta/negra, parda, indígena, amarela, outra, seguindo a designação adotada nacionalmente pelo IBGE/Pnad. Neste relatório, em alguns momentos a tabulação estatística agrupou as respostas “negra/preta/parda”. Na análise, assumimos o entendimento que a designação “negra” inclui pretas e pardas, mas também envidamos esforços para indicar em separado o percentual de quem se autodeclarou “parda”, considerando o debate existente em torno da Lei de Cotas.



O desmembramento da autoidentificação da cor Preta/Negra/Parda, torna mais precisa a quantidade de profissionais que se identificaram em cada possibilidade apresentada no recadastramento. Nesse aspecto, a cor/raça Parda tornou-se majoritária dentre as opções de resposta dos pesquisados, sendo 16.615 profissionais, ou 37,58%. Por sua vez, as/os profissionais que se identificaram com a Cor/raça Preta/Negra obtiveram 5.640 registros, correspondendo a 12,76%.

É importante refletir sobre as origens dessa classificação étnico-racial e sua repercussão na hierarquização das relações sociais que reverberam até os dias atuais. Segundo Quijano (2005), no processo de colonização, os europeus (brancos) foram definidos como naturalmente superiores, e os demais povos, negros, índios e mestiços, como inferiores. Assim, a partir dessas novas “identidades”, foram estabelecidas hierarquias sociais, papéis e funções associadas ao par dominador/dominado, legitimando as relações de dominação colonial.

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (...), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade (astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc.). Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, 2005, p. 116).

Aprofundar esse importante aspecto da identidade profissional requer rigoroso compromisso e debate ampliado, visando atualização e questionamento sobre as classificações tradicionais impostas por essa forma de rotulagem colonizadora e da supremacia branqueadora, conforme esforço realizado na belíssima campanha do CFESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, lançada pelo CFESS em 2018.¹⁷

¹⁷ Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491>

Na tabela 6 abaixo, constam as informações sobre a Pertença Étnico-racial com desmembramento.

Tabela 6 – Pertença Étnico-racial com desmembramento

Pertença Étnico-Racial	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Branca	20.771	46,98%
Parda	16.615	37,58%
Preta/Negra	5.640	12,76%
Amarela	819	1,85%
Indígena	140	0,32%
Outra	227	0,51%
TOTAL	44.212	100,00%

Será que a maioria da categoria profissional é realmente branca, ou há a supressão da real identidade de cor/raça das/os profissionais?

Essa pergunta pode ser melhor respondida ao ser avaliada a distribuição das/os profissionais recadastradas/os por cor/raça segundo a Unidade da Federação. Um aspecto que se sobressai é o fato de que as/os profissionais que se autodeclararam majoritariamente na cor branca estão em três UFs localizadas na região Sul do Brasil, território formado por população de origem europeia, provenientes de países como Alemanha, Itália, Polônia e outras. Assim, Santa Catarina lidera nesse quesito, com 83,39% declaradas/os como de cor branca. Na sequência, estão Rio Grande do Sul, com 80,40% e o Paraná, com 71,79%. São Paulo, na região Sudeste, registra 63,74% de profissionais de cor branca, uma UF que também possui forte predominância de migração europeia em sua formação populacional, em particular, de italianos.

Por outro lado, o grupo de profissionais no qual predomina a cor parda localiza-se em UFs da região Norte do Brasil, aqui também denominada de Amazônia. Nesse quesito, o Amazonas lidera com 70,15%, seguido do Amapá, com 68,71%, do Pará, com 67,87% e, do Acre, com 62,78%.

A maior proporção de profissionais autodeclaradas/os de cor negra/preta, estão em UFs com fortes vínculos com a colonização brasileira, marcada pelo uso extensivo de trabalhadoras/es escravizadas/os vindos do atual continente africano. As maiores proporções estão na Bahia com 23,71%, seguida do Rio de Janeiro, com 21,03%. Em seguida, estão as UFs do Espírito Santo (16,03%), Maranhão (15,09%) e Tocantins (15,87%).

Já as/os profissionais autodeclaradas/os como da cor amarela, localizam-se em sua maioria na UF Tocantins (4,09%), seguidos de 2 UFs da região Centro-Oeste, Goiás (3,56%) e Mato Grosso (3,46%). O estado do Piauí vem na sequência, com 3,31%.

É fato constatar que fica na Amazônia, região sabidamente de prevalência de pessoas de origem indígena, a UF que lidera em termos de população residente autodeclarada como indígena, neste caso o Amazonas, conforme os dados do último Censo demográfico realizado em 2010 (IBGE, 2011). O recadastramento do Conjunto CFESS-CRESS coincide com essa informação, pois nessa UF situa-se, em termos proporcionais, o maior quantitativo de profissionais indígenas, registrando 1,23%. Contudo, observa-se que Sergipe alcança também esse mesmo percentual, com 1,23%, seguido de Pernambuco, com 1,07%, estes dois últimos localizados na região Nordeste. Chama a atenção o fato de que, UFs como o Pará e o Amapá tenham registrado zero em número de profissionais indígenas, o que pode ser indicativo da dificuldade de autoreconhecimento da origem étnica nessas frações do território amazônico.

Na condição de autodeclaradas/os como de “Outra cor/raça”, apenas a UF Alagoas apresenta indicador representativo, neste caso registrando 1,09% entre profissionais recadastradas/os.

Sobre a pertença étnico-racial por Estado, os dados estão expostos na tabela 7.

Tabela 7 – Pertença Étnico-racial por Estado

UF	Branca		Parda		Negra/Preta		Amarela		Indígena		Outra		Total		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Norte	AC	60	26,91%	140	62,78%	18	1,48%	3	1,35%	2	0,90%	0	0,00%	223	100,00%
	AM	248	20,39%	853	70,15%	67	22,79%	25	2,06%	15	1,23%	8	0,66%	1.216	100,00%
	AP	50	17,01%	202	68,71%	35	1,83%	6	2,04%	0	0,00%	1	0,34%	294	100,00%
	PA	324	16,93%	1.299	67,87%	243	59,27%	40	2,09%	0	0,00%	8	0,42%	1.914	100,00%
	RO	126	30,73%	220	53,66%	54	12,98%	8	1,95%	1	0,24%	1	0,24%	410	100,00%
	TO	101	24,28%	230	55,29%	66	1,48%	17	4,09%	1	0,24%	1	0,24%	416	100,00%
Subtotal	909	20,32%	2.944	65,82%	483	40,52%	99	2,21%	19	0,42%	19	0,42%	4.473	100,00%	
Nordeste	AL	374	31,38%	633	53,10%	139	11,66%	26	2,18%	7	0,59%	13	1,09%	1.192	100,00%
	BA	640	19,38%	1.791	54,22%	783	23,71%	64	1,94%	10	0,30%	15	0,45%	3.303	100,00%
	CE	578	32,22%	989	55,13%	171	9,53%	40	2,23%	7	0,39%	9	0,50%	1.794	100,00%
	MA	351	24,07%	848	58,16%	220	15,09%	21	1,44%	10	0,69%	8	0,55%	1.458	100,00%
	PB	409	39,06%	506	48,33%	99	9,46%	22	2,10%	4	0,38%	7	0,67%	1.047	100,00%
	PE	617	36,73%	786	46,79%	222	13,21%	28	1,67%	18	1,07%	9	0,54%	1.680	100,00%
	PI	144	28,02%	306	59,53%	46	8,95%	17	3,31%	0	0,00%	1	0,19%	514	100,00%
	RN	495	42,49%	544	46,70%	100	8,58%	14	1,20%	2	0,17%	10	0,86%	1.165	100,00%
SE	72	22,22%	196	60,49%	44	13,58%	7	2,16%	4	1,23%	1	0,31%	324	100,00%	
Subtotal	3.680	29,49%	6.599	52,89%	1.824	14,62%	239	1,92%	62	0,50%	73	0,59%	12.477	100,00%	
Centro-Oeste	DF	289	41,76%	290	41,91%	95	13,73%	11	1,59%	4	0,58%	3	0,43%	692	100,00%
	GO	365	39,33%	420	45,26%	105	11,31%	33	3,56%	3	0,32%	2	0,22%	928	100,00%
	MS	324	49,69%	254	38,96%	56	8,59%	16	2,45%	1	0,15%	1	0,15%	652	100,00%
	MT	171	39,40%	189	43,55%	58	13,36%	15	3,46%	0	0,00%	1	0,23%	434	100,00%
Subtotal	1.149	42,46%	1.153	42,61%	314	11,60%	75	2,77%	8	0,30%	7	0,26%	2.706	100,00%	
Sudeste	ES	373	45,65%	303	37,09%	131	16,03%	7	0,86%	2	0,24%	1	0,12%	817	100,00%
	MG	1.882	45,07%	1.626	38,94%	542	12,98%	102	2,44%	4	0,10%	20	0,48%	4.176	100,00%
	RJ	1.794	46,12%	1.189	30,57%	818	21,03%	51	1,31%	8	0,21%	30	0,77%	3.890	100,00%
	SP	5.778	63,74%	1.884	20,78%	1.146	12,64%	181	2,00%	27	0,30%	49	0,54%	9.065	100,00%
Subtotal	9.827	54,75%	5.002	27,87%	2.637	14,69%	341	1,90%	41	0,23%	100	0,56%	17.948	100,00%	
Sul	PR	1.430	71,79%	429	21,54%	100	5,02%	27	1,36%	0	0,00%	6	0,30%	1.992	100,00%
	RS	1.969	80,40%	246	10,04%	198	8,08%	21	0,86%	6	0,24%	9	0,37%	2.449	100,00%
	SC	1.807	83,39%	242	11,17%	84	3,88%	17	0,78%	4	0,18%	13	0,60%	2.167	100,00%
Subtotal	5.206	78,78%	917	13,88%	382	5,78%	65	0,98%	10	0,15%	28	0,42%	6.608	100,00%	
TOTAL	20.771	46,98%	16.615	37,58%	5.640	12,76%	819	1,85%	140	0,32%	227	0,51%	44.212	100,00%	



Os dados a seguir abordam a dimensão da pertença étnico-racial em relação ao porte do município onde as/os Assistentes Sociais realizam o exercício profissional, utilizando uma classificação dos municípios segundo o tamanho de sua população.

Nesse sentido, nos municípios de pequeno porte (até 20.000 habitantes), as/os profissionais autodeclaradas/os como de cor Branca, constituem a maioria, pois obtiveram 49,20% do total de recadastradas/os, sendo seguidos de perto pelas/os profissionais de cor Preta/parda/negra, com 47,71%. Há também um pequeno registro de assistentes sociais de cor amarela (2,47%), classificada pelos censos demográficos do IBGE como característica dos povos orientais (japoneses, chineses e outros).

Nos municípios de pequeno porte¹ (de 20.000 a 50.000 habitantes), classicamente definidos pelos especialistas como pertencentes à categoria de cidades (VEIGA, 2002), as/os recadastradas/os de cor Preta/parda/negra assumem a liderança, com 50,07%. Na sequência estão as/os de cor Branca, com 46,99%. As demais cores/raça possuem número de profissionais em quantidade muito pequena trabalhando nesses municípios.

Nos municípios de Médio Porte (de 50.001 a 100.000 habitantes), profissionais de cor Preta/parda/negra também constituem a maior parte, pois obtiveram o percentual de 51,91%. As/Os profissionais de cor Branca ocupam a segunda colocação, contando com 45,64% do total de Assistentes Sociais.

Por sua vez, nos municípios de Grande porte (de 100.001 a 900.000 habitantes), os dados indicam que prevalecem os profissionais de cor Branca, pois proporcionalmente representam 50,30% do total das/os profissionais que atuam nessa categoria municipal. Na sequência, estão as/os profissionais de cor Preta/parda/negra, com 47,33%. As/os profissionais das demais cores/raça possuem registros insignificantes.

Há que se refletir sobre o significado desses resultados, pois conforme visto inicialmente a pertença étnico-racial Preta/parda/negra prevalece na categoria profissional, porém as oportunidades de acesso ao trabalho em municípios maiores tende a ser melhor aproveitada

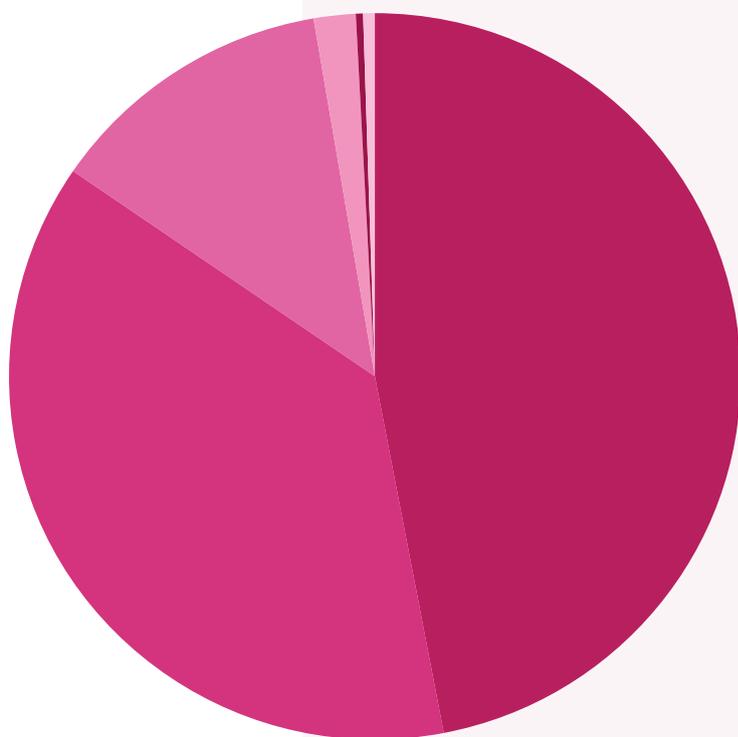
pelos/os profissionais de cor Branca. Por outro lado, convergem com a maior incidência de assistentes sociais nos Estados do Nordeste, onde predominam municípios de porte médio. Também é necessário registrar que a atuação nas metrópoles, locais sabidamente com maior oferta de trabalho aos profissionais de Serviço Social, está inserida no quesito “acima de 900 mil habitantes”, não tendo sido especificada como um item em separado no formulário de coleta. Ressalta-se que a opção “sem informação” (2.077 ou 6,69% do total) teve significativo registro no tocante ao porte de municípios, tanto para preta/negra/parda (50,34% entre estes) quanto para as/os profissionais autoidentificadas/os com a opção de cor branca (46,98% destes), o que pode suscitar desconhecimento das/os profissionais sobre a classificação brasileira sobre o porte dos municípios.

A tabela 8 a seguir apresenta dados da dimensão pertença étnico-racial das/os profissionais segundo o porte do município onde realiza o exercício profissional.

Tabela 8 – Pertença étnico-racial em relação ao porte do município onde realiza o exercício profissional

Porte do município	Preta/negra/parda		Branca		Amarela		Indígena		Outra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Pequeno Porte - Até 20.000 habs.	2.976	47,71%	3.069	49,20%	154	2,47%	20	0,32%	19	0,30%	6.238	100,00%
Pequeno Porte - De 20.001 a 50.000 habs.	2.518	50,07%	2.363	46,99%	100	1,99%	22	0,44%	26	0,52%	5.029	100,00%
Médio Porte – De 50.001 a 100.000 habs.	3.552	51,91%	3.123	45,64%	119	1,74%	23	0,34%	25	0,37%	6.842	100,00%
Grande Porte - De 100.001 a 900.000 habs	8.308	47,33%	8.830	50,30%	267	1,52%	48	0,27%	102	0,58%	17.555	100,00%
Nenhum	3.786	58,51%	2.478	38,29%	139	2,15%	22	0,34%	46	0,71%	6.471	100,00%
Sem Informação	1.115	53,68%	908	43,72%	40	1,93%	5	0,24%	9	0,43%	2.077	100,00%
TOTAL	22.255	50,34%	20.771	46,98%	819	1,85%	140	0,32%	227	0,51%	44.212	100,00%

PANORAMA NACIONAL



BRANCA
20.771
46,98%

PARDA
16.615
37,58%

NEGRA/PRETA
5.640
12,76%

AMARELA
819
1,85%

INDÍGENA
140
0,32%

OUTRA
227
0,51%

1.3. VÍNCULO RELIGIOSO

Uma dimensão importante para conhecer o perfil das/os Assistentes Sociais é a religião, pois dentre outros elementos, um que se sobressai é o vínculo originário que a profissão possui com a religião católica no Brasil (IAMAMOTO, 2015). Os dados do recadastramento indicam a prevalência da religião Católica como a adotada por metade das/os pesquisadas/os, com 21.592 registros, correspondendo a 49,65%¹⁸. Em segundo lugar está a religião Evangélica, com 9.554 profissionais, e que representa 21,61% do universo pesquisado. A religião Espírita ocupa a terceira posição dentre as/os recadastradas/os, situação de 9.554 pessoas, ou 9,33%.

Por sua vez, para 3.090 recadastradas/os, ou 6,99%, a religião indicada foi Outra, diferente das três mais citadas e, também há as/os que informaram não serem adeptas/os de nenhuma religião, situação de 5.490 profissionais (12,42%), o que corresponde à terceira posição, antes da religião Espírita.

Na tabela 9, estão explicitados os dados de vínculo religiosos das/os Assistentes Sociais.

Tabela 9 – Vínculo Religioso das/os Profissionais

Religião	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Católico	21.952	49,65%
Evangélica	9.554	21,61%
Nenhuma	5.490	12,42%
Espírita	4.126	9,33%
Outra	3.090	6,99%
TOTAL	44.212	100,00%

¹⁸ Se considerarmos os dados da pesquisa de 2004 já citada, há uma tendência de redução do catolicismo (era 67,65%), pouca alteração na religião espírita (era 9,83%), ampliação da Umbanda (era 0,67%) e aumento de não professantes (era 7,92%). Nessa pesquisa, não aparecia religião evangélica. O termo utilizado foi "protestante" que correspondia a 12,69%.



Informações mais detalhadas sobre as religiões Católica, Evangélica e Outra, foram registradas no cadastramento. Nesse sentido, na religião Católica, que é professada por metade das/os Assistentes Sociais, o Católico Romano é o que prevalece, com 21.305 cadastrados, ou 48,19%. Por sua vez, o Católico Ortodoxo tem baixa representatividade, com 647 registros, ou 1,46%.

Dentre os que professam a religião Evangélica, esta é a que possui mais adeptas/os, com 8.470 profissionais, ou 19,16%. A Evangélica Pentecostal foi a opção marcada por 1.084 profissionais, e corresponde a 2,45%.

Dentre os que optaram por Outras religiões, destacam-se a Umbanda, como a adotada por 527 Assistentes Sociais, ou 1,19% e, Outra sem especificação, que foi a opção de 1.751 cadastradas/os, ou 3,96%. É importante registrar que a religião Espírita não apresentou nenhum tipo de detalhamento.

Sabemos do avanço de diversos credos religiosos na atualidade, que aponta para a provável alteração da prevalência do catolicismo no Brasil, realidade que poderá também se reverberar na categoria profissional. Nesse sentido, cabe refletir sobre o significado dessa mudança e o que implicará para a formação profissional e a manutenção de uma agenda pautada na laicidade e na defesa dos direitos humanos e sua pluralidade.

Conforme indicam Evangelista e Reis (2021), no Brasil grupos católicos e evangélicos sempre estabeleceram relações ora de cooperação, ora de competição na política institucional. Na atualidade, observa-se que, principalmente evangélicos neopentecostais e católicos da pauta conservadora na “defesa da família”, vêm ganhando visibilidade no cenário político, especialmente na defesa dos valores cristãos no campo dos direitos reprodutivos, sexuais e de proteção à família, desenhando um panorama que atenta contra direitos sociais e da diversidade. Portanto, é importante dimensionar seus reflexos no âmbito da categoria profissional das/os Assistentes Sociais, em seu Projeto Ético-político e em suas organizações políticas e institucionais.

Na tabela 10 a seguir é possível visualizar o detalhamento dos vínculos religiosos das/os profissionais pesquisados.

Tabela 10 – Detalhamento de Vínculos Religiosos

Religião	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Católico	21.952	49,65%
Católico Romano	21.305	48,19%
Católico Ortodoxo	647	1,46%
Evangélica	9.554	21,61%
Evangélica	8.470	19,16%
Evangélica Pentecostal	1.084	2,45%
Nenhuma	5.490	12,42%
Espírita	4.126	9,33%
Outra	3.090	6,99%
Umbanda	527	1,19%
Candomblé	229	0,52%
Testemunha de Jeová	191	0,43%
Budista	162	0,37%
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	155	0,35%
Tradições Indígenas	48	0,11%
Judaica	23	0,05%
Islâmica	4	0,01%
Outra	1.751	3,96%
TOTAL	44.212	100,00%

Ainda pelo ângulo da religião, os dados indicam a distribuição das/os Assistentes Sociais pelo território nacional segundo o credo religioso. Nesse sentido, conforme já referido anteriormente, o catolicismo é a religião mais praticada pelas/os profissionais. E, em termos proporcionais, o maior

número de adeptas/os da religião católica está localizado principalmente em três UFs da região Nordeste, neste caso, o Piauí, que lidera com 65,95%, seguido do Ceará, com 62,93% e, de Alagoas, com 59,98%. Na sequência estão o Paraná (58,18%) e Minas Gerais (58,17%). Todas essas UFs citadas estão com percentual acima da média nacional, que é de 49,65%.

A segunda religião com maior número de profissionais é a Evangélica. Essa religião tem maior número de professantes nas UFs do Acre (43,05%), seguido de Rondônia (39,51%), Tocantins (31,97%) e Amazonas (30,59%), todos na Região Norte. Os percentuais alcançados por essas UFs superam a média nacional, que é de 21,61%,

A religião Espírita é a terceira com mais adesões no rol de profissionais que professam religião, obtendo média nacional de 9,33%. E estes estão concentrados principalmente nas UFs do Rio Grande do Sul, que lidera com 16,37%. Ocupando o segundo, terceiro e quarto lugares, estão São Paulo (12,43%), Distrito Federal (12,28%) e Rio de Janeiro (11,49%).

O percentual de 6,99% foi alcançado por Outras Religiões, com adesões em sua maior parte pelas/os profissionais situadas/os no Distrito Federal (9,68%), Rio Grande do Sul (9,60%), Rio de Janeiro (9,49%) e Bahia (9,14%). Nesse quesito prevalece a diversidade, com a presença das religiões de matriz africana, judaica, islamismo, budismo e outras.

Nenhuma Religião foi a resposta de 12,42% das/os profissionais recadastradas/os. Estas/es estão localizadas/os predominantemente no Distrito Federal (17,63%), e nas UFs do Rio Grande do Sul (17,11%) e Rio de Janeiro (16,56%).

Na tabela 11 abaixo constam os dados da distribuição das/os profissionais por vínculos religiosos segundo a Unidade da Federação.

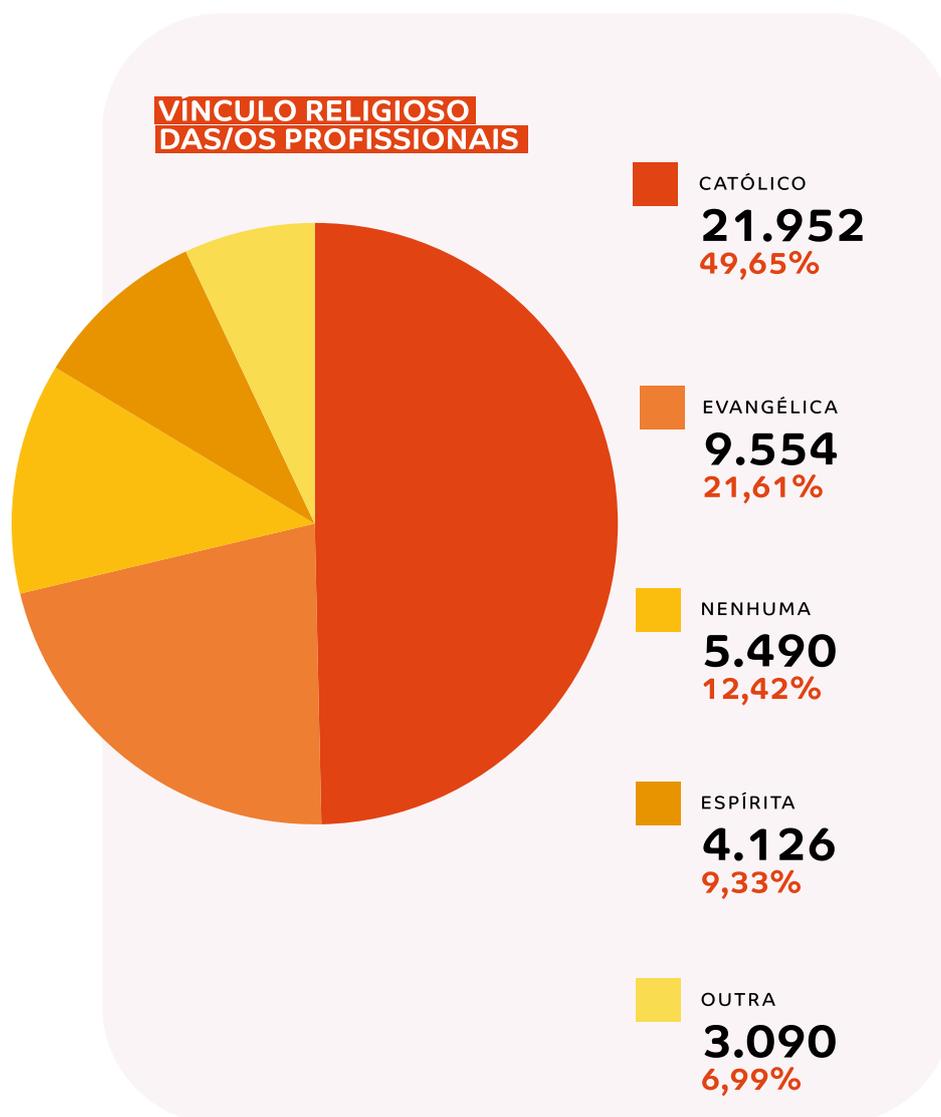
Tabela 11 – Distribuição de Vínculos Religiosos por Unidade da Federação (continua)

UF	Católico		Espírita		Nenhuma		Evangélica		Outras Religiões		Total		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Norte	AC	91	40,81%	5	2,24%	22	9,87%	96	43,05%	9	4,04%	223	100,00%
	AM	603	49,59%	59	4,85%	100	8,22%	372	30,59%	82	6,74%	1.216	100,00%
	AP	157	53,40%	15	5,10%	27	9,18%	77	26,19%	18	6,12%	294	100,00%
	PA	1.021	53,34%	80	4,18%	175	9,14%	527	27,53%	111	5,80%	1.914	100,00%
	RO	162	39,51%	21	5,12%	36	8,78%	162	39,51%	29	7,07%	410	100,00%
	TO	213	51,20%	16	3,85%	36	8,65%	133	31,97%	18	4,33%	416	100,00%
Subtotal		2.247	50,23%	196	4,38%	396	8,85%	1.367	30,56%	267	5,97%	4.473	100,00%
Nordeste	AL	715	59,98%	78	6,54%	143	12,00%	209	17,53%	47	3,94%	1.192	100,00%
	BA	1.487	45,02%	303	9,17%	405	12,26%	806	24,40%	302	9,14%	3.303	100,00%
	CE	1.129	62,93%	99	5,52%	197	10,98%	285	15,89%	84	4,68%	1.794	100,00%
	MA	783	53,70%	33	2,26%	147	10,08%	422	28,94%	73	5,01%	1.458	100,00%
	PB	613	58,55%	56	5,35%	112	10,70%	209	19,96%	57	5,44%	1.047	100,00%
	PE	839	49,94%	154	9,17%	222	13,21%	349	20,77%	116	6,90%	1.680	100,00%
	PI	339	65,95%	27	5,25%	38	7,39%	81	15,76%	29	5,64%	514	100,00%
	RN	675	57,94%	73	6,27%	156	13,39%	205	17,60%	56	4,81%	1.165	100,00%
	SE	184	56,79%	31	9,57%	38	11,73%	51	15,74%	20	6,17%	324	100,00%
Subtotal		6.764	54,21%	854	6,84%	1.458	11,69%	2.617	20,97%	784	6,28%	12.477	100,00%
Centro-Oeste	DF	242	34,97%	85	12,28%	122	17,63%	176	25,43%	67	9,68%	692	100,00%
	GO	451	48,60%	85	9,16%	92	9,91%	250	26,94%	50	5,39%	928	100,00%
	MS	320	49,08%	74	11,35%	56	8,59%	174	26,69%	28	4,29%	652	100,00%
	MT	213	49,08%	28	6,45%	49	11,29%	112	25,81%	32	7,37%	434	100,00%
Subtotal		1.226	45,31%	272	10,05%	319	11,79%	712	26,31%	177	6,54%	2.706	100,00%
Sudeste	ES	412	50,43%	41	5,02%	88	10,77%	236	28,89%	40	4,90%	817	100,00%
	MG	2.429	58,17%	443	10,61%	390	9,34%	728	17,43%	186	4,45%	4.176	100,00%
	RJ	1.314	33,78%	447	11,49%	644	16,56%	1.116	28,69%	369	9,49%	3.890	100,00%
	SP	4.085	45,06%	1.127	12,43%	1.259	13,89%	1.822	20,10%	772	8,52%	9.065	100,00%



Tabela 11 – Distribuição de Vínculos Religiosos por Unidade da Federação (conclusão)

UF	Católico		Espírita		Nenhuma		Evangélica		Outras Religiões		Total		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Subtotal	8.240	45,91%	2.058	11,47%	2.381	13,27%	3.902	21,74%	1.367	7,62%	17.948	100,00%	
Sul	PR	1.159	58,18%	108	5,42%	247	12,40%	376	18,88%	102	5,12%	1.992	100,00%
	RS	1.113	45,45%	401	16,37%	419	17,11%	281	11,47%	235	9,60%	2.449	100,00%
	SC	1.203	55,51%	237	10,94%	270	12,46%	299	13,80%	158	7,29%	2.167	100,00%
Subtotal	3.475	52,59%	746	11,29%	936	14,16%	956	14,47%	495	7,49%	6.608	100,00%	
TOTAL	21.952	49,65%	4.126	9,33%	5.490	12,42%	9.554	21,61%	3.090	6,99%	44.212	100,00%	



1.4. ESTADO CIVIL

No referente ao Estado Civil, os dados indicam que quase a metade das/os profissionais são casadas/os, situação de 19.935 recadastradas/os, representando 45,09%. Ocupando o segundo lugar, estão aquelas/es na condição de solteiras/os, com 16.746, ou 37,88% do universo pesquisado¹⁹. Por sua vez, 3.624 profissionais são Divorciadas/os, ou 8,20% uma vez que a legislação brasileira prevê a possibilidade de dissolução do casamento civil desde 1977. Outra é a situação do Estado Civil indicada por 2.786 Assistentes Sociais, que representa 6,30% do total. Separadas/os e Viúvas/os são as situações menos representativas, correspondendo a 623 (1,41%) e 498 (1,13%) registros, respectivamente.

É importante registrar os avanços da legislação brasileira, referente ao reconhecimento de uniões de pessoas do mesmo sexo, conforme Resolução 175/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em seu artigo 1º preconiza: É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Antes dessa definição normativa, os casais homoesboafetivos não possuíam segurança jurídica e nem amparo legal.

Nesse sentido, vale incorporar esse reconhecimento oficial das uniões homoesboafetivas no Brasil, e que provavelmente está presente na categoria profissional, mas que ainda não foi devidamente captada no âmbito dos estudos especializados, em que pese a campanha realizada pelo Conjunto CFESS-CRESS “O amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” em 2006²⁰.

19 Na pesquisa de 2004, as opções se restringiam às casadas/os, que correspondiam a 53% ou solteiras/os com 47%. A alteração, com redução de casadas/os e ampliação de solteiras/os, tanto pode estar relacionada com a diversificação de opções na pesquisa atual, como também na maior visibilidade da diversidade e mudanças na legislação, conforme abordado.

20 A campanha foi um marco na defesa da livre orientação sexual e dos direitos para pessoas LGBTQI+ no Serviço Social. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASAS-LINGUAS.pdf>



Esse mesmo entendimento também deve ser aplicado aos arranjos familiares não formalizados, designados de “União Estável”, pelo caráter de reconhecimento e status que hoje alcançaram no âmbito da esfera judicial, e que garantem direitos para os cônjuges e, que provavelmente, poderão estar contemplados na categoria “Outra”.

Os dados sobre o Estado Civil das/os recadastradas/os estão na tabela 12 a seguir.

Tabela 12—Distribuição por Estado Civil

Estado Civil	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Casado/a	19.935	45,09%
Solteiro/a	16.746	37,88%
Divorciado/a	3.624	8,20%
Separado/a	623	1,41%
Viúvo/a	498	1,13%

Sobre o Estado Civil das/os profissionais conforme a Unidade da Federação na qual foram recadastradas/os, identifica-se que a maior quantidade proporcional de casadas/os, com percentuais acima da média nacional, que é de 45,09%, estão nas UFs de Rondônia, que lidera com 54,39%, vindo na sequência as UF de Espírito Santo, Tocantins e Paraná, com 50,67%, 50,48% e 50,45%, respectivamente.

As/os Assistentes Sociais com estado civil de solteira/o predominam em três UFs da macrorregião Nordeste, ocupando o 1º, 2º e 3º lugares, são elas: Piauí (50,58%), Ceará (47,88%), Sergipe (47,22%).

Profissionais com estado civil de divorciadas/os comparecem com maior frequência proporcional em três UFs: Mato grosso (12,67%), Goiás (10,88%) e Espírito Santo (10,65%). Importante destacar que o divórcio é o rompimento definitivo da relação legal estabelecida pelo casamento, e desde 2010, pela Emenda Constitucional No. 66 (13/07/2010), foi estabelecido de forma direta, sem necessidade de prévia separação.

Por sua vez, as/os profissionais separadas/os, que é uma condição em que o casamento foi rompido²¹, mas não de forma definitiva como no divórcio, possuem média nacional baixa, de 1,41%, e maiores ocorrências em dois estados da região Centro-Oeste, Mato Grosso (2,45%) e Mato Grosso do Sul (2,30%).

O estado civil de viúva/o tem baixíssima representatividade no conjunto das/os recadastradas/os, obtendo uma média nacional de 1,13%. Destaques nesse quesito para o Distrito Federal com 1,88% e as UFs do Acre (1,79%) e Mato Grosso (1,69%).

As/os profissionais que informaram possuir Outro Estado Civil que não os citados anteriormente, representam 6,30% do universo abrangido pela pesquisa e, destacam-se nas UFs do Amapá (12,93%), Pará (10,34%) e Mato Grosso (10,28%).

Os dados sobre o estado civil e a distribuição por Estado constam na tabela 13.

Tabela 13 – Distribuição de Estado Civil por Estado (continua)

UF	Casado/a		Solteiro/a		Divorciado/a		Separado/a		Viúvo/a		Outra		Total		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Norte	AC	105	47,09%	82	36,77%	19	8,52%	1	0,45%	4	1,79%	12	5,38%	223	100,00%
	AM	468	38,49%	538	44,24%	87	7,15%	17	1,40%	13	1,07%	93	7,65%	1.216	100,00%
	AP	104	35,37%	124	42,18%	21	7,14%	6	2,04%	1	0,34%	38	12,93%	294	100,00%
	PA	670	35,01%	892	46,60%	126	6,58%	18	0,94%	10	0,52%	198	10,34%	1.914	100,00%
	RO	223	54,39%	118	28,78%	35	8,54%	5	1,22%	6	1,46%	23	5,61%	410	100,00%
	TO	210	50,48%	129	31,01%	33	7,93%	3	0,72%	5	1,20%	36	8,65%	416	100,00%
Subtotal	1.780	39,79%	1.883	42,10%	321	7,18%	50	1,12%	39	0,87%	400	8,94%	4.473	100,00%	
Nordeste	AL	566	47,48%	474	39,77%	88	7,38%	12	1,01%	17	1,43%	35	2,94%	1.192	100,00%
	BA	1.403	42,48%	1.408	42,63%	221	6,69%	25	0,76%	28	0,85%	218	6,60%	3.303	100,00%
	CE	705	39,30%	859	47,88%	112	6,24%	19	1,06%	10	0,56%	89	4,96%	1.794	100,00%
	MA	597	40,95%	675	46,30%	103	7,06%	18	1,23%	14	0,96%	51	3,50%	1.458	100,00%
	PB	445	42,50%	453	43,27%	99	9,46%	5	0,48%	11	1,05%	34	3,25%	1.047	100,00%
	PE	780	46,43%	668	39,76%	140	8,33%	17	1,01%	19	1,13%	56	3,33%	1.680	100,00%

21 A condição de Separado é amparada no artigo 2º § 3º da Lei federal 6.515, em vigor desde 26 de dezembro de 1977.

Tabela 13 – Distribuição de Estado Civil por Estado (conclusão)

UF		Casado/a		Solteiro/a		Divorciado/a		Separado/a		Viúvo/a		Outra		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Nordeste	PI	192	37,35%	260	50,58%	29	5,64%	4	0,78%	3	0,58%	26	5,06%	514	100,00%
	RN	485	41,63%	541	46,44%	75	6,44%	10	0,86%	9	0,77%	45	3,86%	1.165	100,00%
	SE	134	41,36%	153	47,22%	18	5,56%	2	0,62%	1	0,31%	16	4,94%	324	100,00%
Subtotal		5.307	42,53%	5.491	44,01%	885	7,09%	112	0,90%	112	0,90%	570	4,57%	12.477	100,00%
Centro-Oeste	DF	312	45,09%	269	38,87%	60	8,67%	13	1,88%	13	1,88%	25	3,61%	692	100,00%
	GO	459	49,46%	283	30,50%	101	10,88%	16	1,72%	14	1,51%	55	5,93%	928	100,00%
	MS	340	52,15%	158	24,23%	60	9,20%	16	2,45%	11	1,69%	67	10,28%	652	100,00%
	MT	200	46,08%	124	28,57%	55	12,67%	10	2,30%	6	1,38%	39	8,99%	434	100,00%
Subtotal		1.311	48,45%	834	30,82%	276	10,20%	55	2,03%	44	1,63%	186	6,87%	2.706	100,00%
Sudeste	ES	414	50,67%	266	32,56%	87	10,65%	12	1,47%	9	1,10%	29	3,55%	817	100,00%
	MG	1.988	47,61%	1.585	37,95%	311	7,45%	71	1,70%	28	0,67%	193	4,62%	4.176	100,00%
	RJ	1.749	44,96%	1.478	37,99%	325	8,35%	58	1,49%	53	1,36%	227	5,84%	3.890	100,00%
	SP	4.298	47,41%	2.932	32,34%	889	9,81%	126	1,39%	132	1,46%	688	7,59%	9.065	100,00%
Subtotal		8.449	47,07%	6.261	34,88%	1.612	8,98%	267	1,49%	222	1,24%	1.137	6,33%	17.948	100,00%
Sul	PR	1.005	50,45%	633	31,78%	155	7,78%	44	2,21%	20	1,00%	135	6,78%	1.992	100,00%
	RS	1.025	41,85%	923	37,69%	197	8,04%	53	2,16%	36	1,47%	215	8,78%	2.449	100,00%
	SC	1.058	48,82%	721	33,27%	178	8,21%	42	1,94%	25	1,15%	143	6,60%	2.167	100,00%
Subtotal		3.088	46,73%	2.277	34,46%	530	8,02%	139	2,10%	81	1,23%	493	7,46%	6.608	100,00%
TOTAL		19.935	45,09%	16.746	37,88%	3.624	8,20%	623	1,41%	498	1,13%	2.786	6,30%	44.212	100,00%



2. Formação e Titulação das/os Assistentes Sociais

A pesquisa buscou apreender alguns traços da formação profissional das/os assistentes sociais, considerando o acelerado aumento de cursos nas últimas duas décadas. Os resultados confirmam esse processo. A profissão, que registrava 70 mil assistentes sociais inscritas/os ativas/os nos CRESS em 2006, quando completou 70 anos (poderia se falar em média de 1 mil inscrições/ano), saltou para 176.524 mil ao final de 2019 (cf. tabela 1), o que corresponderia a uma média aproximada de 8.000/ano, um crescimento exponencial de 152% em 13 anos. Evidentemente, essa expansão gigantesca nas últimas duas décadas se deve à contrarreforma do ensino superior no Brasil, agudizada desde a aprovação da LDB em 1996 e já amplamente denunciada pelo CFESS, especialmente no documento “Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social”²². Os dados obtidos nas respostas de 44.212 mil assistentes sociais, e apresentados a seguir evidenciam algumas tendências recentes desse avanço.

2.1. ENSINO PRIVADO E DESIGUALDADE NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

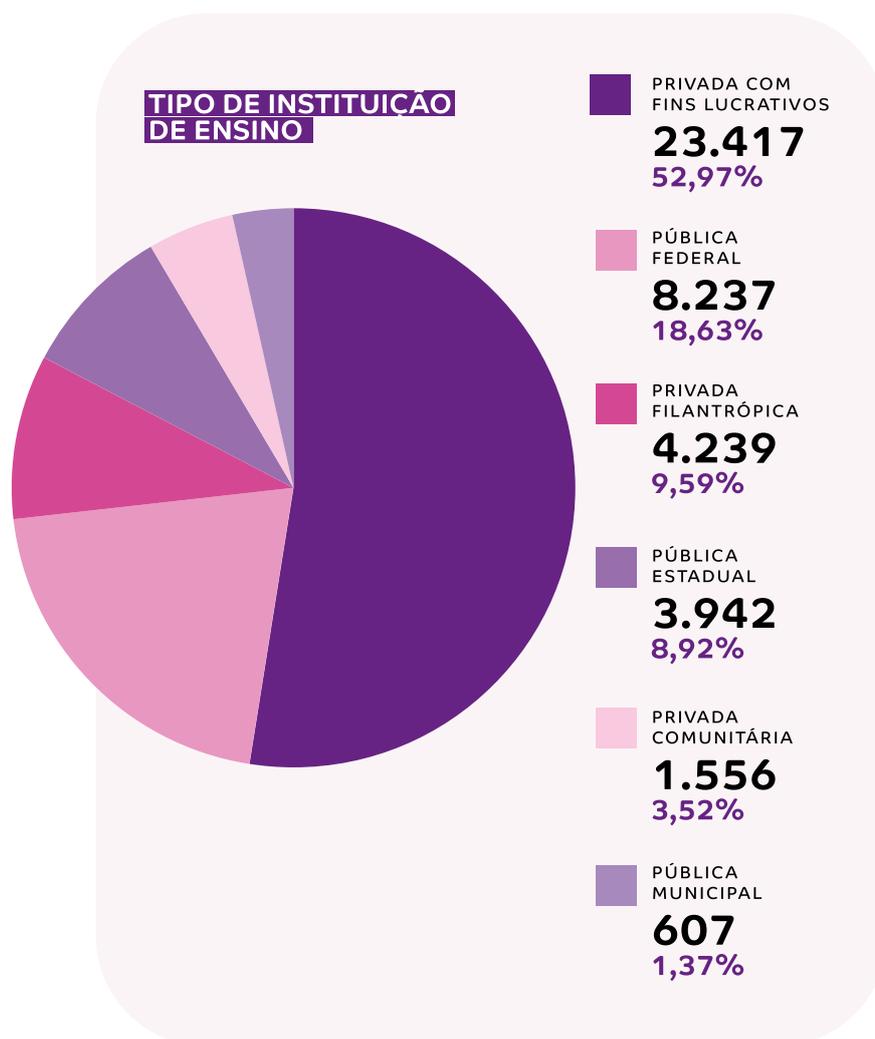
A expansão dos cursos, presenciais e à distância, vem provocando um processo de renovação dos quadros profissionais, majoritariamente formados em cursos de instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos em modalidade presencial, conforme revelam as respostas de 44.212 assistentes sociais participantes, que correspondem a 25% do total de inscritas/os ativas/os nos CRESS em dezembro de 2019.

²² O documento foi publicado originalmente em 2010 e sua segunda edição atualizada foi republicada em 2011, e está disponível na página eletrônica do CFESS: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

A tabela 14 seguinte aponta os tipos de instituição de ensino onde essas/es profissionais se formaram, conforme caracterização da LDB.

Tabela 14 - Graduação por Tipo de Instituição de Ensino

Tipo de Instituição de Ensino	Freq	%
Instituição Privada com fins lucrativos	23.417	52,97%
Instituição Pública Federal	8.237	18,63%
Instituição Privada Filantrópica	4.239	9,59%
Instituição Pública Estadual	3.942	8,92%
Instituição Privada Confessional	2.214	5,01%
Instituição Privada Comunitária	1.556	3,52%
Instituição Pública Municipal	607	1,37%
Total	44.212	100,00%



Do total, a maioria (52,97%) concluiu o curso em instituição privada com fins lucrativos, seguida de longe pelas instituições públicas federais (18,63%), instituições privadas filantrópicas (9,59%), instituições públicas estaduais (8,92%), instituições privadas confessionais (5,01%), instituições privadas comunitárias (3,52%) e, residualmente, em instituições públicas municipais (1,37%). Sob outro ângulo, a totalização de graduadas/os em instituições públicas chega a 28,91% contra 71,09% em instituições privadas, com destaque para as com fins lucrativos. As instituições privadas de natureza comunitária, confessional e filantrópicas somadas, respondem apenas por 18,12%. Tais dados revelam a persistência histórica de prevalência do ensino privado de natureza mercantil no Serviço Social, com acelerado acréscimo nas privadas lucrativas.

Segue, portanto, a tendência em curso no Brasil de expansão do ensino superior, especialmente no ensino privado com fins lucrativos, confirmado pelo Censo da Educação Superior/2020, publicado pelo INEP em 2022²³. Entre as 8.680.945 matrículas em Instituições de Ensino Superior no Brasil em 2020, 77,5% se concentravam nas instituições privadas e somente 22,5% em instituições públicas. O mesmo Censo mostra que o Curso de Serviço Social reduziu sua participação no total de matrículas na última década: em 2011 ocupava a sexta posição entre os 10 cursos com maior quantitativo de matrículas, sendo responsável por 2,3% ou 152.669 matrículas, decaindo para a nona posição em 2015, embora tivesse alcançado 172.569 matrículas (2,1% do total). Nesse ano (2015) as/os concluintes de Serviço Social totalizaram 30.387 profissionais. Desde 2016 o Serviço Social não figura mais na lista dos 10 maiores cursos de graduação do país, e o Censo divulgado em 2021 (referente a 2019) indicou 131.869 matrículas no Curso de Serviço Social, correspondendo a 1,53%

23 As matrículas incluem os Cursos Sequenciais de Formação Específica que totalizam 591 mil matrículas (6,80% do total). As análises aqui apresentadas consideraram dois documentos publicados pelo INEP em 2022: “Censo da Educação Superior 2020. Notas Estatísticas”, referenciado no texto como INEP, Notas, 2022a; e “Censo da Educação Superior. Principais Resultados. Tabelas 2020” referenciado no texto como INEP, Tabelas, 2022b. Ambos podem ser acessados em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso entre 26/02 e 01/03/2022/2022

do total de matrículas, ocupando a 19ª posição²⁴. Ainda que nem todos os matriculados se tornem concluintes, e nem todos os concluintes se tornem profissionais inscritos nos CRESS, tais dados sinalizam o aumento quantitativo da categoria nos próximos anos. Importante registrar que essa expansão acelerada no ensino privado se deve, em grande medida, ao estímulo público e transferência do fundo público ao capital, especialmente às instituições privadas com fins lucrativos, por meio de Programas do Governo Federal como o FIES, PROUNI, PROIES (Costa, 2021), uma vez que quase a metade de jovens matriculados no ensino privado (49,61% em 2019) dependiam de financiamentos reembolsáveis ou não (INEP, 2021, p. 38-40)²⁵. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que ampliam o acesso ao ensino superior de frações da classe trabalhadora, especialmente a juventude negra, essas medidas se inserem nos processos contrarreformistas de caráter neoliberal que tornam o ensino superior um novo e lucrativo nicho de mercado e acumulação (Lehrer, 2018; 2019).

O cruzamento das informações sobre o tipo de instituição de graduação das/os assistentes sociais, obtidas no recadastramento, com os rendimentos declarados permitem importantes inferências, conforme tabela 15 seguinte. A primeira é que entre as/os 7.853 (17,76% do total) profissionais que declararam não possuir nenhum rendimento, a quase totalidade (6.418 ou 81,73%) havia feito o curso de graduação em uma instituição privada, com predomínio daquelas com fins lucrativos (64,75%), enquanto 1.435 (18,27%) o realizaram em instituições públicas, com predomínio para as instituições federais (1.024 13,03%). Não é possível estabelecer uma relação automática entre ausência de rendimentos e tipo de instituição de formação, já que predomina largamente a graduação em

24 Os dados sobre os 10 cursos com maior quantitativo de matrículas constam no documento “INEP, Tabelas, 2022b”, p. 12, tabela 2.05. Nesse Censo, não constam os dados do Serviço Social a partir de 2016, por ter saído da lista dos maiores cursos. Mas o documento “Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019”, publicado em 2021 apresenta a relação dos 20 maiores cursos e mostra o Serviço Social em 19ª posição. Cf. gráfico 9, p. 36.

25 Até o encerramento desse relatório, em março de 2022, não constava na página do INEP um Resumo Técnico mais qualitativo referente ao Censo da Educação Superior 2020. Os documentos existentes não detalham informações sobre os financiamentos desses Programas, como está registrado no “Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019”, motivo pelo qual citamos os dados referentes a 2019, considerando que não há indicação de mudanças nessa tendência.

instituições privadas entre todas/os participantes, conforme já apontado, mas não se pode negligenciar uma possível dificuldade de acesso ao mercado de trabalho em função do tipo de formação, o que precisaria ser investigado em profundidade, mas que surge como possível indicação no cruzamento dos dados da tabela 15.

Tabela 15 – Rendimento versus Tipo de Instituição de Ensino em que se Graduou

Rendimento bruto em todos os vínculos	Instituição Privada						Instituição Pública					Total	%
	Com fins lucrativos	Filantrópica	Comunitária	Confessional	Subtotal	%	Federal	Estadual	Municipal	Subtotal	%		
Até R\$ 1.000,00	740	113	57	85	995	83,12%	121	61	20	202	16,88%	1.197	100%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	4.911	561	253	430	6.155	77,14%	1087	614	123	1.824	22,86%	7.979	100%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	6.187	1.083	370	502	8.142	75,11%	1.629	880	189	2.698	24,89%	10.840	100%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	2.624	625	220	234	3.703	68,65%	983	618	90	1.691	31,35%	5.394	100%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	1.702	486	147	150	2.485	65,14%	846	418	66	1.330	34,86%	3.815	100%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	1.198	434	118	130	1.880	56,30%	1.015	409	35	1.459	43,70%	3.339	100%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	535	194	49	75	853	45,01%	743	285	14	1.042	54,99%	1.895	100%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	228	113	40	43	424	41,69%	420	162	11	593	58,31%	1.017	100%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	105	42	11	22	180	42,06%	176	68	0	244	57,01%	428	100%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	64	20	13	15	112	42,91%	108	37	0	145	55,56%	261	100%
Mais de R\$ 15.000,00	38	17	0	17	72	37,11%	85	30	0	115	59,28%	194	100%
Nenhum	5.085	551	271	511	6.418	81,73%	1024	360	51	1.435	18,27%	7.853	100%
TOTAL	23.417	4.239	1.556	2.214	31.426	71,08%	8.237	3942	607	12.786	28,92%	44.212	100%

A tabela 15 permite ilações importantes para fortalecer as lutas em defesa do ensino público com qualidade. Ao agregar profissionais por faixas de rendimento, o que se pode concluir é que entre aquelas/es de menor rendimento (até R\$ 4.000,00 excluídas as pessoas que declararam nenhum rendimento), o percentual de quem concluiu o curso em

instituições privadas (75,50%) é bastante superior à de quem concluiu em instituições públicas (56,51%). Ao inverso, entre os maiores rendimentos (acima de R\$ 4.001,00), o percentual de quem se graduou em instituições privadas (24,05%) é bastante inferior de quem se graduou em instituições públicas (43,49%). Os dados indicam que as pessoas sem rendimento ou com menor rendimento realizaram curso superior em instituições privadas, e as de maior rendimento (acima de R\$ 7.001,00) concluíram seus cursos em instituições públicas, especialmente da rede federal de ensino. Trata-se de um retrato da desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil, cada vez mais estimulado pelos processos de financeirização da educação e contrarreformas no ensino superior público.

Ainda que a expansão do ensino privado ocorra em todos os Estados do país, a pesquisa revelou uma distribuição bastante desigual das matrículas entre as Regiões e Estados do Brasil, conforme dados detalhados na tabela 16 seguinte. A primeira constatação é que a Região Sudeste concentra o maior número de profissionais que concluíram seu curso em uma instituição privada: 13.688 ou 43,56% do total de 31.426 assistentes sociais respondentes formados nessas instituições, contra 4.260 (33,32%) formados em instituições públicas. Ao inverso, a Região Nordeste reúne o maior número de profissionais formados em instituições públicas: 4.629 (33,32%) do total de 12.786 assistentes sociais concluintes nesse tipo de unidade de formação, contra 7.848 (24,97%) do total concluinte em instituições privadas. Em relação às demais regiões, o Norte registra 3.195 ou 10,17% do total de formados em instituições privadas e 1.278 (9,99%) em instituições públicas; no Centro Oeste se concentram 1.956 (6,22%) do total de concluintes no setor privado e 750 (5,86%) no setor público; e o Sul reúne 4.739 (15,08%) do total formado no privado e 1.869 (14,62%) formados no ensino público. Essas informações correspondem ao cenário de maior concentração de universidades públicas no Nordeste e menor concentração nas demais regiões, considerando a predominância de uma instituição pública federal em cada Estado e concentração de maior oferta de vagas nas instituições privadas.

Quando analisamos cada Região especificamente, fica evidenciada a larga predominância de profissionais formados em instituições privadas em todas, com percentual acima de 70%, à exceção da Região Nordeste, pois nesta as/os respondentes formadas/os em instituições privadas totalizam 62,90% do total da Região, sendo que a Bahia concentra largamente a maioria da região; na Região Norte, as/s assistentes recadastradas que se formaram em instituições privadas correspondem a 71,43% do total da região, sendo o Pará o Estado com maior registro; no Centro Oeste, 72,28% das/os profissionais concluíram em instituições privadas, especialmente no Estado de Goiás; na Região Sudeste observa-se o maior percentual, 76,26%, com forte concentração em São Paulo; e por fim, na Região Sul 71,72% de assistentes sociais concluíram em instituições privadas, concentrados, especialmente, no Rio Grande do Sul. A tabela 16 detalha esta análise.

Tabela 16 – Graduadas/os por Tipo de Instituição e Estado/Região (continua)

UF	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Pública Federal		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Pública Estadual		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Comunitária		Instituição Pública Municipal		Total		
Norte	AC	174	78,03%	11	4,93%	7	3,14%	13	5,83%	9	4,04%	7	3,14%	2	0,90%	223	100,00%
	AM	701	57,65%	286	23,52%	83	6,83%	32	2,63%	68	5,59%	38	3,13%	8	0,66%	1.216	100,00%
	AP	195	66,33%	56	19,05%	8	2,72%	6	2,04%	20	6,80%	8	2,72%	1	0,34%	294	100,00%
	PA	1.042	54,44%	595	31,09%	83	4,34%	47	2,46%	90	4,70%	41	2,14%	16	0,84%	1.914	100,00%
	RO	283	69,02%	30	7,32%	29	7,07%	32	7,80%	26	6,34%	6	1,46%	4	0,98%	410	100,00%
	TO	196	47,12%	55	13,22%	40	9,62%	79	18,99%	31	7,45%	10	2,40%	5	1,20%	416	100,00%
Subtotal		2.591	57,93%	1.033	23,09%	250	5,59%	209	4,67%	244	5,45%	110	2,46%	36	0,80%	4.473	100,00%

Tabela 16 – Graduas/os por Tipo de Instituição e Estado/Região (conclusão)

UF	Instituição Privada com fins lucrativos		Instituição Pública Federal		Instituição Privada Filantrópica		Instituição Pública Estadual		Instituição Privada Confessional		Instituição Privada Comunitária		Instituição Pública Municipal		Total		
Nordeste	AL	405	33,98%	678	56,88%	26	2,18%	6	0,50%	49	4,11%	19	1,59%	9	0,76%	1.192	100,00%
	BA	2.290	69,33%	198	5,99%	385	11,66%	86	2,60%	214	6,48%	106	3,21%	24	0,73%	3.303	100,00%
	CE	920	51,28%	76	4,24%	50	2,79%	631	35,17%	68	3,79%	31	1,73%	18	1,00%	1.794	100,00%
	MA	823	56,45%	420	28,81%	37	2,54%	53	3,64%	86	5,90%	28	1,92%	11	0,75%	1.458	100,00%
	PB	259	24,74%	447	42,69%	32	3,06%	252	24,07%	34	3,25%	14	1,34%	9	0,86%	1.047	100,00%
	PE	743	44,23%	608	36,19%	121	7,20%	65	3,87%	76	4,52%	45	2,68%	22	1,31%	1.680	100,00%
	PI	263	51,17%	167	32,49%	14	2,72%	20	3,89%	28	5,45%	18	3,50%	4	0,78%	514	100,00%
	RN	389	33,39%	420	36,05%	25	2,15%	258	22,15%	46	3,95%	17	1,46%	10	0,86%	1.165	100,00%
	SE	154	47,53%	134	41,36%	19	5,86%	2	0,62%	8	2,47%	6	1,85%	1	0,31%	324	100,00%
Subtotal	6.246	50,06%	3.148	25,23%	709	5,68%	1.373	11,00%	609	4,88%	284	2,28%	108	0,87%	12.477	100,00%	
Centro-Oeste	DF	223	32,23%	331	47,83%	59	8,53%	37	5,35%	26	3,76%	14	2,02%	2	0,29%	692	100,00%
	GO	501	53,99%	70	7,54%	195	21,01%	38	4,09%	71	7,65%	39	4,20%	14	1,51%	928	100,00%
	MS	427	65,49%	21	3,22%	75	11,50%	35	5,37%	58	8,90%	28	4,29%	8	1,23%	652	100,00%
	MT	196	45,16%	166	38,25%	18	4,15%	23	5,30%	16	3,69%	10	2,30%	5	1,15%	434	100,00%
Subtotal	1.347	49,78%	588	21,73%	347	12,82%	133	4,92%	171	6,32%	91	3,36%	29	1,07%	2.706	100,00%	
Sudeste	ES	345	42,23%	292	35,74%	112	13,71%	19	2,33%	34	4,16%	12	1,47%	3	0,37%	817	100,00%
	MG	2.499	59,84%	452	10,82%	605	14,49%	233	5,58%	227	5,44%	113	2,71%	47	1,13%	4.176	100,00%
	RJ	1.570	40,36%	1.604	41,23%	172	4,42%	303	7,79%	145	3,73%	76	1,95%	20	0,51%	3.890	100,00%
	SP	5.969	65,85%	288	3,18%	1.040	11,47%	766	8,45%	494	5,45%	275	3,03%	233	2,57%	9.065	100,00%
Subtotal	10.383	57,85%	2.636	14,69%	1.929	10,75%	1.321	7,36%	900	5,01%	476	2,65%	303	1,69%	17.948	100,00%	
Sul	PR	824	41,37%	73	3,66%	166	8,33%	790	39,66%	62	3,11%	47	2,36%	30	1,51%	1.992	100,00%
	RS	1.209	49,37%	149	6,08%	623	25,44%	42	1,71%	185	7,55%	232	9,47%	9	0,37%	2.449	100,00%
	SC	817	37,70%	610	28,15%	215	9,92%	74	3,41%	43	1,98%	316	14,58%	92	4,25%	2.167	100,00%
Subtotal	2.850	43,13%	832	12,59%	1.004	15,19%	906	13,71%	290	4,39%	595	9,00%	131	1,98%	6.608	100,00%	
TOTAL	23.417	52,97%	8.237	18,63%	4.239	9,59%	3.942	8,92%	2.214	5,01%	1.556	3,52%	607	1,37%	44.212	100,00%	

Tais dados mostram que a realização de curso em instituição privada pelas/os profissionais é, portanto, determinada sobremaneira pela oferta concentrada de ensino superior no país neste tipo de instituição, que totaliza 87,6% das instituições (2.153) e 77,4% das matrículas (6.724.339), contra apenas 12,4% de instituições públicas (304) que asseguraram somente 22,5% (1.956.606) matrículas em 2020, assim distribuídas: Federais – 118 instituições com 1.254.088 matrículas; Estaduais - 129 instituições com 623.975 matrículas; Municipais – 57 instituições com 78.543 matrículas. (INEP: Tabelas, 2022b, p. 3) Os dados revelam o imenso potencial de ampliação de ofertas em instituições públicas nos três níveis da federação, o que exige a assunção de um amplo e intenso projeto de educação pública, com forte investimento do fundo público, que não vem sendo a política educacional no Brasil há décadas. Ao contrário, desde a instauração da ditadura no Brasil (1964), o projeto político para educação tem sido a expansão privada mercantil, com ênfase para a EaD após a LDB de 1996.

Não se pode, assim, descolar o avanço de profissionais formadas/os em instituições privadas no âmbito do Serviço Social destas determinações estruturais, que constituem uma estratégia do capital para avançar em novos nichos de acumulação. Se, por um lado, a ampliação de cursos e matrículas no Serviço Social atende a uma demanda relacionada à expansão das políticas sociais impelida pela Constituição de 1988, por outro, está diretamente determinada por outros processos como a expansão mercantil e o investimento das empresas de EaD (Pereira & Ale, 2019), considerando seu baixo custo e elevado potencial de alcance, especialmente no interior do país onde inexistem cursos presenciais, especialmente públicos, como será demonstrado no item 2.3.

2.2. POLÍTICA DE COTAS E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Também não se pode negligenciar a ampliação de matrículas decorrente das fundamentais políticas de cotas, que possibilitaram acesso da classe trabalhadora, majoritariamente negra, ao Curso de Serviço Social, como mostra o cruzamento de informações sobre pertença étnico-racial e tipos de instituição. O perfil de assistentes sociais já indicado anteriormente revela que a maioria de profissionais recadastradas/os é de pessoas autodeclaradas negras/pretas/pardas (50,34%), conforme tabelas 5 e 6. Ao cruzarmos esses dados com a origem da graduação, fica evidente que, entre as assistentes sociais autodeclaradas negras/pretas/pardas, que somam 22.255, um percentual menor (28,92% ou 6.437) se graduou em instituições públicas, enquanto 71,08% (15.818) se formaram em instituições privadas, especialmente aquelas com fins lucrativos (53,83%). Já entre as pessoas autodeclaradas brancas, o percentual daquelas que concluíram o curso em instituições públicas é ligeiramente mais elevado: 28,97% (6.017) contra 71,03% (14.754) graduadas em instituições privadas, conforme mostram os dados da tabela 17.

Contudo, cabe sinalizar que, entre as instituições privadas, as pessoas autodeclaradas negras/pretas/pardas são predominantes naquelas com fins lucrativos e confessionais, enquanto as pessoas brancas predominam nas privadas comunitárias e filantrópicas, o que pode sugerir maior possibilidade de acesso a bolsas pelas pessoas brancas e acesso ao curso por financiamento estudantil entre as pessoas negras, o que exigiria um detalhamento que os dados da pesquisa não possibilitam confirmar. O desmembramento da categoria negra/preta/parda revela que a autoidentificação como parda predomina sobre negra/preta em todos os tipos de instituição de formação profissional, como detalha a tabela 17.

Tabela 17 - Graduas/os por tipo de instituição de ensino e pertença étnico-racial

Tipo de Instituição de Ensino	Branca		Parda		Preta/negra		Amarela		Indígena		Outra		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Instituição Privada com fins lucrativos	10.793	46,09%	9.123	38,96%	2.857	12,20%	476	2,03%	78	0,33%	90	0,38%	23.417	100,00%
Instituição Privada Comunitária	872	56,04%	476	30,59%	166	10,67%	29	1,86%	5	0,32%	8	0,51%	1.556	100,00%
Instituição Privada Confessional	960	43,36%	880	39,75%	307	13,87%	46	2,08%	5	0,23%	16	0,72%	2.214	100,00%
Instituição Privada Filantrópica	2.129	50,22%	1.392	32,84%	617	14,56%	71	1,67%	13	0,31%	17	0,40%	4.239	100,00%
Instituição Pública Estadual	2.120	53,78%	1.335	33,87%	389	9,87%	70	1,78%	6	0,15%	22	0,56%	3.942	100,00%
Instituição Pública Federal	3.543	43,01%	3.242	39,36%	1.239	15,04%	116	1,41%	29	0,35%	68	0,83%	8.237	100,00%
Instituição Pública Municipal	354	58,32%	167	27,51%	65	10,71%	11	1,81%	4	0,66%	6	0,99%	607	100,00%
TOTAL	20.771	46,98%	16.615	37,58%	5.640	12,76%	819	1,85%	140	0,32%	227	0,51%	44.212	100,00%

Importante e positiva indicação revelada no recadastramento é a presença majoritária de pessoas autodeclaradas negras/pretas/pardas graduadas em instituições públicas federais (4.567), que corresponde a 10,40% do total de 44.212 respondentes, contra 8,01% (3.543) de pessoas brancas, o que reforça o acerto das políticas afirmativas implementadas em algumas universidades públicas desde os anos 2000, e concretizada legalmente pela Lei Nacional de Cotas de 2012²⁶. Citando pesquisa da Universidade de Illinois, o ANDES-SN afirma que: “Houve um aumento de 9,8% no número de estudantes negros e pardos, de 10,7% de estudantes de escolas públicas e 14,9% de estudantes de nível socioeconômico mais baixo em universidades”²⁷, o que atesta a positividade dessa significativa política pública, mas ainda insuficiente, já que nacionalmente predomina a inserção de pessoas brancas, conforme afirma o próprio Censo de Educação

²⁶ A Lei de Cotas completa 10 anos e será revista em 2022, o que exigirá forte engajamento na luta por sua manutenção e ampliação, sobretudo nesses tempos de avanço do reacionarismo e discriminação.

²⁷ Cf. <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cotas-nas-universidades-brasileiras-sao-eficientes-conclui-estudo-estadunidense1> Acesso em 30 de setembro de 2021

Superior 2019: “No que se refere aos atributos mais característicos da matrícula, tanto presenciais quanto à distância, evidencia-se que, quanto ao sexo, são femininas; quanto à categoria administrativa, são de IES privadas; quanto à organização acadêmica, são vinculadas a universidades; quanto à área geral de seus cursos, associam-se a Negócios, Administração e Direito; quanto à cor/raça dos alunos, a cor branca; e quanto ao tipo de escola que o aluno concluiu o ensino médio, evidencia-se a categoria pública” (INEP, Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019, 2021, p. 21, grifo nosso). A tabela 17 revela, ainda, o número bastante insignificante e insuficiente de assistentes sociais auto-declaradas/os indígena, amarela ou outros (2,68% do total).

Contraditoriamente, a inserção no ensino superior no Brasil, que teve crescimento de 35,5% de matrículas entre 2010 e 2020 (sendo 42,0% na rede privada e 19,1% na rede pública) conforme as Notas Estatísticas 2020 (INEP: Notas, 2022a, p. 21-22) - o que se deve especialmente à expansão de oferta de vagas e matrículas no ensino privado e à distância -, ainda é bastante residual, já que somente 18,1% dos/as jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados/as no ensino superior em 2019 e somente 17,4% das pessoas de 25 anos ou mais concluíram o curso, conforme o Censo da Educação Superior de 2019²⁸. Há, portanto, que se fortalecer as lutas em defesa do ensino público, a exemplo da recente campanha do ANDES-SN “Defender a Educação Pública: essa é a nossa escolha para o Brasil”²⁹. O pífio crescimento nas instituições públicas está inserido na contrarreforma do ensino superior, que subsidia a expansão privada, ao mesmo tempo que reduz os recursos públicos para as universidades públicas (Behring, 2021), o que empobrece o ensino por meio do estímulo de sua oferta à distância sem qualidade e quebra a fundamental indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Lima, 2007; Braz & Rodrigues, 2013), além de restringir cada vez mais os investimentos em pesquisa.

28 Não localizamos os dados referentes ao ano de 2020, nos dois documentos - Notas Estatísticas e Tabelas - divulgados pelo Censo da Educação Superior em 2022.

29 Ver <https://www.facebook.com/hashtag/educa%C3%A7%C3%A3op%C3%BAblica%C3%A9obrasil>

Ainda que tenha incluído o ano de 2020, o primeiro assolado pela Pandemia da Covid-19, o Censo da Educação Superior publicado em 2022 não revela a deterioração do ensino e agudização das desigualdades sociais e raciais agravadas em 2020 e 2021, que provocaram aumento do desemprego, da fome e da desigualdade social. No âmbito da educação superior, o Mapa do Ensino Superior no Brasil, publicado pelo SEMESP³⁰, mostra que o número de estudantes fora das universidades e faculdades aumentou durante a Pandemia Covid-19, sobretudo no ensino à distância: no ensino superior presencial o percentual de estudantes foras da universidades saltou de 30% em 2019 para 35,9% em 2020; e no ensino à distância cresceu de 35%, em 2019, para 40% em 2020.

Já nas Notas Estatísticas do Censo de Educação Superior 2020, o INEP ressalta que os ingressos nesse ano tiveram crescimento exponencial na modalidade à distância e caíram na modalidade presencial: “O aumento do número de ingressantes entre 2019 e 2020 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 26,2% entre esses anos, já que nos cursos presenciais houve um decréscimo de -13,9%”. (INEP: Notas, 2022a, p. 40)

³⁰ Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/> Acesso em 01/10/2021

2.3. ENSINO À DISTÂNCIA (EAD) NO SERVIÇO SOCIAL

Estes dados denunciam a explosão do Ensino à Distância (EaD) no Brasil na última década. Segundo o INEP, entre 2010 e 2020, o total de ingressantes teve redução de 13,9% nos cursos de graduação presencial e, ao contrário, aumentou 428,2% nos cursos à distância: “Enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2010 era de 17,4%, essa participação em 2020 é de 53,4%” (INEP: Notas, 2022a, p. 40). O mesmo documento mostra que o número de matrículas em cursos a distância saltou de 930.179 em 2010 para 3.105.803 em 2020 (variação de 233,89%), enquanto nos cursos presenciais passou de 5.449.120 para 5.574.551 (variação de 2,30%).

Os dados referentes às vagas ofertadas (nem todas se preenchidas) são ainda mais contundentes. Nesse ano (2020), do total de 19.626.441 vagas ofertadas, 68,87% foram para cursos à distância e pouco mais de 1/3 (31,13%) para cursos presenciais. A oferta de EaD (13.380.045 vagas) foi protagonizada fundamentalmente pelas instituições privadas, já que ofertaram 71,30% de suas vagas nessa modalidade (contra 28,70% presenciais), o que representa 68,17% do total de vagas. Inversamente, as vagas presenciais nas instituições públicas (727.265) representam 84,22% de suas ofertas, que totalizaram 863.520 em 2020, mas respondem tão somente por 3,70% do total de vagas disponibilizadas no ensino superior nesse ano. As instituições públicas também ofertaram 136.256 vagas à distância (15,78% de suas vagas), o que indica o crescimento do EaD no sistema público, ainda que represente somente 0,69% do total das vagas disponíveis. (INEP: Tabelas, 2022b, Tabela 2.06, p. 14)

O quantitativo de ingressantes nesse mesmo ano de 2020 (3.765.475) é bastante inferior às vagas disponibilizadas e correspondeu a apenas 19,18%. Mas entre os ingressantes, mais da metade (53,35% ou 2.008.979) optou por cursos à distância, superando o ingresso em cursos presenciais



que foi de 1.756.490 (46,65%), conforme INEP (Tabelas, 2022b, Tabela 2.07, p. 14). A escolha pode ser motivada tanto pela maior oferta de vagas, quanto pelo menor valor de mensalidades, exigências mais rebaixadas para ingresso e permanência, maior facilidade de acesso em horários de livre escolha, além da própria Pandemia, que manteve o ensino superior em trabalho remoto durante os anos de 2020 e 2021.

Importante registrar que o aumento de vagas ofertadas e de ingressantes em 2020 na modalidade EaD não significam que o ensino à distância tenha superado o ensino presencial no Brasil. Conforme sinalizado anteriormente, o total de matrículas ativas em cursos presenciais nesse ano (5.574.551) correspondia a 64,22% do total de matrículas ativas (8.680.354), apesar da agressiva e lucrativa oferta de vagas em EaD pelas instituições privadas, que favorece sua expansão, conforme aponta o INEP, ao afirmar que “o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu -9,4% entre 2019 e 2020. Na modalidade a distância, o aumento é de 26,8% no mesmo período, mais que o crescimento registrado no período 2018-2019 (19,1%)” (INEP: Notas, 2022a, p. 26). Se o EaD segue com sua rota de crescimento, também não se pode negar que a elevada potencialidade de vagas (quase 20 milhões em 2020), é bastante superior aos ingressantes, o que pode apontar para um possível esgotamento desse exponencial crescimento na última década.

Esse contundente processo também se revela no recadastramento profissional, ainda que a preponderância do ensino presencial também se verifica no Serviço Social, já que a maioria respondente da pesquisa concluiu seus cursos no ensino presencial, conforme tabela 18:

Tabela 18 – Graduas/os por Modalidade Presencial e EaD

Modalidade do Curso	Freq.	%
Presencial	33.587	75,97%
Ensino a Distância (EaD)	7.189	16,26%
Semipresencial	3.436	7,77%
Total	44.212	100,00%

As/os graduadas/os em curso presencial ainda são predominantes no Serviço Social, mas as/os assistentes sociais inscritas/os nos CRESS formadas em EaD já correspondem a 16,26% (7.189). Se somadas/os às graduadas/os no ensino semipresencial, atingem ¼ das/os profissionais em atividade em 2019 (10.625 ou 24,03%). Aqui, cabe ressaltar que o período temporal de recadastramento ocorreu entre 2016 e 2019, ou seja, as/os participantes concluíram seus cursos em períodos de forte expansão do EaD no Brasil, entre 1995 (primeiro curso registrado) e 2019 (último ano de respostas ao recadastramento).

A pesquisa também confirma a tendência nacional de concentração das matrículas de EaD nas instituições privadas com fins lucrativos, atestando mais uma vez essa modalidade de formação como importante nicho de acumulação de capital. A tabela 19, apresentada a seguir, revela que das 10.625 assistentes sociais graduadas em EaD e Curso Semi-presencial, o elevado percentual de 77,75% (8.261) concluiu o curso em Instituições Privadas com Fins Lucrativos, enquanto 14,38% (1.528) o fizeram em Instituições Privadas Comunitárias, Confessionais, Filantrópicas e 7,86% em Instituições Públicas, o que sinaliza para a existência de cursos dessa modalidade, especialmente nas Públicas Estaduais (520 profissionais)³¹.

³¹ É provável que no âmbito estadual, muitas graduações possam ter sido concluídas na Unitins/Educon-Eadcon, que foi a primeira instituição pública a oferecer curso de Serviço Social EaD com elevado número de vagas entre 2005-2008 e encerrou a oferta, mantendo somente o Curso presencial. Infelizmente a pesquisa não possibilita identificar a origem da instituição. Importante registrar que a Unitins encerrou seu curso à distância após forte incidência do CFESS, especialmente em relação aos estágios, o que ensejou muitas e acaloradas reuniões e debates entre a direção da Unitins, o CFESS, e em algumas ocasiões, participação da SESU/MEC e ABEPSS.

Tabela 19 – Graduas/os por modalidade de ensino e tipo de instituição

Tipo de Instituição de Ensino	Presencial		Ensino a Distância (EaD)		Semipresencial		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Instituição Privada com fins lucrativos	15.156	64,72%	5.503	23,50%	2.758	11,78%	23.417	100,00%
Instituição Privada Comunitária	1.229	78,98%	221	14,20%	106	6,81%	1.556	100,00%
Instituição Privada Confessional	1.494	67,48%	503	22,72%	217	9,80%	2.214	100,00%
Instituição Privada Filantrópica	3.758	88,65%	343	8,09%	138	3,26%	4.239	100,00%
Instituição Pública Estadual	3.422	86,81%	395	10,02%	125	3,17%	3.942	100,00%
Instituição Pública Federal	8.066	97,92%	129	1,57%	42	0,51%	8.237	100,00%
Instituição Pública Municipal	462	76,11%	95	15,65%	50	8,24%	607	100,00%
TOTAL	33.587	75,97%	7.189	16,26%	3.436	7,77%	44.212	100,00%

A distribuição de concluintes por modalidade de formação entre Estados e Regiões do Brasil (tabela 20 seguinte) demonstra a desigualdade regional, e revela o forte investimento das empresas de EaD na Região Nordeste, que concentra 39,55% ou 4.203 das/os 10.625 assistentes sociais formadas/os em EaD e semipresencial somados, com destaque para o Estado da Bahia, o que não parece ser coincidência, visto que até 2009 esse Estado não possuía curso de Serviço Social em universidade pública. A primeira turma formada pela UFBA ocorreu somente em 2013, de modo que, até recentemente, o Estado apresentava um importante mercado para a EaD, se considerarmos seu enorme quantitativo de municípios e população, que o torna o maior Estado do Nordeste, e o quarto mais populoso do país, conforme IBGE³². Cabe sinalizar que a modalidade EaD integral independe de número de instituições, uma vez que o ensino à distância não necessita de grandes estruturas físicas, requerendo somente polos que podem funcionar em qualquer espaço (escolas, igrejas, clubes ou salas alugadas em comércios) para cumprir as exigências de algumas avaliações presenciais.

32 Conforme dados disponíveis em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge#:~:text=com%20932%20moradores,-Estados,%C3%A9%20Roraima%2C%20com%20652.713%20moradores>.

Tabela 20 – Graduated/os por Modalidade de Ensino e Estado/Região

UF		Presencial		Ensino a Distância (EaD)		Semipresencial		Total	
Norte	AC	144	64,57%	65	29,15%	14	6,28%	223	100,00%
	AM	1.052	86,51%	113	9,29%	51	4,19%	1.216	100,00%
	AP	245	83,33%	26	8,84%	23	7,82%	294	100,00%
	PA	1.145	59,82%	514	26,85%	255	13,32%	1.914	100,00%
	RO	156	38,05%	202	49,27%	52	12,68%	410	100,00%
	TO	209	50,24%	177	42,55%	30	7,21%	416	100,00%
Subtotal		2.951	65,97%	1.097	24,52%	425	9,50%	4.473	100,00%
Nordeste	AL	871	73,07%	253	21,22%	68	5,70%	1.192	100,00%
	BA	1.529	46,29%	1.436	43,48%	338	10,23%	3.303	100,00%
	CE	1.306	72,80%	301	16,78%	187	10,42%	1.794	100,00%
	MA	914	62,69%	377	25,86%	167	11,45%	1.458	100,00%
	PB	842	80,42%	152	14,52%	53	5,06%	1.047	100,00%
	PE	1.127	67,08%	404	24,05%	149	8,87%	1.680	100,00%
	PI	384	74,71%	91	17,70%	39	7,59%	514	100,00%
	RN	1.008	86,52%	101	8,67%	56	4,81%	1.165	100,00%
	SE	288	88,89%	28	8,64%	8	2,47%	324	100,00%
Subtotal		8.269	66,27%	3.143	25,19%	1.065	8,54%	12.477	100,00%
Centro-Oeste	DF	571	82,51%	57	8,24%	64	9,25%	692	100,00%
	GO	504	54,31%	305	32,87%	119	12,82%	928	100,00%
	MS	372	57,06%	163	25,00%	117	17,94%	652	100,00%
	MT	294	67,74%	106	24,42%	34	7,83%	434	100,00%
Subtotal		1.741	64,34%	631	23,32%	334	12,34%	2.706	100,00%
Sudeste	ES	646	79,07%	121	14,81%	50	6,12%	817	100,00%
	MG	3.183	76,22%	690	16,52%	303	7,26%	4.176	100,00%
	RJ	3.508	90,18%	220	5,66%	162	4,16%	3.890	100,00%
	SP	7.874	86,86%	585	6,45%	606	6,69%	9.065	100,00%
Subtotal		15.211	84,75%	1.616	9,00%	1.121	6,25%	17.948	100,00%
Sul	PR	1.807	90,71%	126	6,33%	59	2,96%	1.992	100,00%
	RS	1.840	75,13%	332	13,56%	277	11,31%	2.449	100,00%
	SC	1.768	81,59%	244	11,26%	155	7,15%	2.167	100,00%
Subtotal		5.415	81,95%	702	10,62%	491	7,43%	6.608	100,00%
TOTAL GERAL		33.587	75,97%	7.189	16,26%	3.436	7,77%	44.212	100,00%

Na Região Norte, as/os profissionais formadas nessas duas modalidades correspondem a 14,32% (1.522) do total nacional formado em EaD e semipresencial, e a 34,02% do total de profissionais recadastradas/os na Região. O Estado do Pará, com 769 graduadas/os em EaD/semipresencial se sobressai, com 17,20% das/os assistentes sociais formadas/os nestas modalidades, e 25,60% graduadas/os na modalidade presencial em relação ao total da região. As/os formadas/os nessas modalidades já correspondem a 40,18% das/os profissionais do Estado, o que também explica ser o Estado com o maior número de inscritas/os ativas/os na Região, conforme registro já analisado na Tabela 1. Na sequência, aparece o Estado de Rondônia, com percentual bastante inferior de formadas/os em EaD/semipresencial, com 254 profissionais, o que corresponde de 5,67% dos formados nessas modalidades da região, mas atinge 61,95% dos profissionais do Estado que se recadastraram.

A Região Nordeste, embora registre o maior número de cursos públicos, concentra o maior percentual de assistentes sociais formadas/os em EaD/semipresencial, conforme já anunciado: 39,55% do total nacional e 33,70% das/os assistentes sociais recadastradas/os. Merecem destaque os Estados da Bahia, com 1.774 profissionais, que correspondem a 42,20% das/os assistentes sociais inscritas/os ativas/os na Região, a 14,22% do total de recadastradas/os da Região e a 53,70% das/os recadastradas/os do Estado; o Estado de Pernambuco, na sequência, com 553 formados por EaD/semipresencial, concentra 13,15% graduadas/os nessa modalidade na Região, somente 4,43% das/os recadastradas/os da Região, mas esse quantitativo já corresponde a 32,92% das/os recadastradas/os no Estado; em situação semelhante está o Maranhão, com 488 profissionais formadas/os em EaD/semipresencial, o que significa 12,94% de graduadas/os nessa modalidade na Região, apenas 4,43% das/os recadastradas/os da Região, mas 37,31% do total de recadastradas/os do Estado. Tais dados mostram uma tendência de crescimento do EaD nesses Estados. Inversamente, o Estado de Sergipe é o que registra o menor número de assistentes sociais formadas/os em EaD.

A Região Centro Oeste registra o menor percentual de graduadas/os em EaD/semipresencial em relação ao total dessa modalidade no Brasil, com apenas 9,08%, mas as/os 965 profissionais recadastradas/os que declararam ter se formado nessas modalidades já constituem 35,66% da Região. Entre os 04 Estados, o de Goiás concentra o maior número de formadas/os em EaD/Semipresencial, com 43,93% das/os que se formaram nessa modalidade na Região, com 15,66% do total de recadastradas/os da Região e com 45,69% do total de assistentes sociais do Estado. No Mato Grosso do Sul, as/os formadas/os em EaD/semipresencial já são 42,25% entre as/os profissionais do Estado recadastradas/os; no Mato Grosso esse percentual chega a 32,25% e o DF possui menor percentual: formadas/os em EaD/semipresencial correspondem somente a 17,48% dos 692 assistentes sociais que se recadastraram.

O Sudeste, onde se concentra o maior quantitativo de assistentes sociais do Brasil, registra o maior percentual de profissionais formados presencialmente: 45,29% em relação ao total nacional de 33.587, e responde por 25,71% das/os formadas/os nacionalmente em EaD/semipresencial. Em relação ao total de recadastradas/os na Região (17.943), 84,77% se formaram no ensino presencial e somente 15,23% nas modalidades EaD/semipresencial. Nos 4 Estados da Região, o menor percentual de formadas/os em EaD em relação ao quantitativo nacional está no Espírito Santo (6,25%): os 171 formadas/os nessas modalidades correspondem a 20,93%, média inferior à maioria dos Estados; em seguida está o Rio de Janeiro: as/os 382 formadas/os nessas modalidades correspondem a 13,98% do quantitativo nacional, a 2,12% da Região, mas somente a 9,82% do total de recadastradas/os no Estado, sendo o Estado que concentra o maior número de instituições públicas com curso de Serviço Social (4 federais e 1 estadual); em Minas Gerais as/os formadas/os em EaD correspondem a 36,34% do dado nacional, a 5,53% das/os formadas/os em EaD na Região e a 23,77% das/os assistentes sociais recadastradas/os no Estado, sendo este o maior percentual do Sudeste; São Paulo, que possui o maior número de profissionais recadastradas/os formadas/os em EaD/semipresencial (1.191), concentra 43,59% das/os formadas/os em EaD em relação aos dados nacionais e 6,63% em relação aos da Região, mas registra o

segundo menor percentual de formadas/os em EaD/semipresencial entre os recadastradas/os do próprio Estado.

A Região Sul, que possui o terceiro maior número de assistentes sociais recadastradas/os, atrás da Região Sudeste e Nordeste, apresenta o segundo menor percentual de profissionais formadas/os em EaD em relação ao total nacional: 1.193 ou 11,22%. A principal incidência está no Rio Grande do Sul, com 51,05% de formadas/os em EaD em relação ao total nacional, 9,22% em relação aos da Região e 24,87% em relação aos profissionais do Estado recadastradas/os que declararam ter concluído seus cursos nessas modalidades; em seguida, Santa Catarina registra 33,45% na proporção das/os formadas/os em EaD/semipresencial, concentra 6,04% da Região e 18,41% de profissionais do Estado; o Paraná concentra somente 15,50% do total nacional, 2,80% da Região e somente 9,29% de seus profissionais recadastradas/os declararam ter concluído curso nessas modalidades.

A tabela 21 seguinte sintetiza esses dados por região:

Tabela 21 – Graduadas/os nas Modalidades Presencial e EaD/semi-presencial por Região

Região	Modalidade de Formação	Número de Profissionais Recredenciadas/os	% em relação ao TOTAL da Região	% em relação ao TOTAL no Brasil
Brasil	Presencial	33.587	-	75,97%
	EaD/Semi-presencial	10.625	-	24,03%
	Total	44.212	-	100,00%
Norte	Presencial	2.951	65,97%	6,67%
	EaD/Semi-presencial	1.522	34,03%	3,44%
	Total	4.473	100,00%	10,12%
Nordeste	Presencial	8.269	66,30%	18,70%
	EaD/Semi-presencial	4.203	33,70%	9,51%
	Total	12.472	100,00%	28,21%
Centro Oeste	Presencial	1.741	64,34%	3,94%
	EaD/Semi-presencial	965	35,66%	2,18%
	Total	2.706	100,00%	6,12%
Sudeste	Presencial	15.211	84,77%	34,40%
	EaD/Semi-presencial	2.737	15,25%	6,19%
	Total	17.943	100,00%	40,58%
Sul	Presencial	5.415	81,95%	12,25%
	EaD/Semi-presencial	1.193	18,05%	2,70%
	Total	6.608	100,00%	14,95%

Convém chamar atenção que, das cinco regiões do país, somente duas registram percentuais de formadas/os em EaD/Semipresencial acima do percentual nacional de 24,03%: a Região Nordeste, que concentra elevados 39,55% do total nacional e a Região Sudeste, com 25,71%. As demais apresentam representação abaixo de 15% do total nacional de formadas/os em EaD/Semipresencial.

Sob outro ângulo, com base no cruzamento dos dados de modalidades do ensino com as informações de pertença étnico-racial autodeclaradas, constata-se que entre as pessoas autodeclaradas brancas (20.771), o percentual que concluiu a graduação em EaD é de 13,10% e se somarmos EaD e Semipresencial atinge 19,81%. Entre as pessoas autodeclaradas negras/pretas/pardas (22.255) o percentual é bem maior, chegando a 19,12% somente em EaD e a 27,86% se somadas as duas modalidades. Ao inverso, entre as pessoas autodeclaradas brancas o percentual que realizou ensino presencial atinge 80,19% enquanto entre as autodeclaradas negras/ pretas/ pardas o percentual que o realizou presencialmente corresponde somente a 72,14%, conforme dados da tabela 22.

Tabela 22 – Graduadas/os por Pertença Étnico-racial e Modalidade de Ensino

Pertença Étnico-racial	Presencial		Ensino a Distância (EaD)		Semipresencial		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Branca	16.655	49,59%	2.722	37,86%	1.394	40,57%	20.771	46,98%
Parda	11.536	34,35%	3.526	49,05%	1.553	45,20%	16.615	37,58%
Preta/negra	4.519	13,45%	729	10,14%	392	11,41%	5.640	12,76%
Amarela	577	1,72%	174	2,42%	68	1,98%	819	1,85%
Indígena	101	0,30%	23	0,32%	16	0,47%	140	0,32%
Outra	199	0,59%	15	0,21%	13	0,38%	227	0,51%
TOTAL	33.587	100,00%	7.189	100,00%	3.436	100,00%	44.212	100,00%

Estes dados, somados às informações anteriores, revelam que vem ocorrendo ampliação no acesso de pessoas negras, pretas e pardas em cursos de Serviço Social. Contudo, denunciam duas tendências que expõem

o sentido do racismo estrutural (Almeida, 2019; Silva, 2021): primeiro, as pessoas negras/pretas e pardas com menores rendimentos ampliam acesso em cursos privados pagos (com bolsa e/ou financiamento estudantil), enquanto as pessoas brancas frequentam em percentual mais significativo as universidades públicas; segundo, o percentual de pessoas negras/pretas e pardas que concluíram seu curso na modalidade EaD é superior ao das pessoas brancas e bastante inferior em relação à modalidade presencial. Assim, pode-se afirmar que as cotas têm sido importante instrumento de ampliação de acesso, mas são ainda largamente insuficientes para assegurar igualdade no acesso e reparar a histórica condição de exploração, opressão e discriminação imposta à população negra no Brasil.



Segue como importante desafio para o Serviço Social brasileiro fortalecer as lutas pela educação pública em todos os níveis, incentivar abertura de cursos de Serviço Social em Universidades Públicas, forjar demanda de ampliação de vagas em cursos públicos e privados presenciais especialmente não mercantis, acompanhar a qualidade da oferta em todos os cursos, mas especialmente nos cursos EaD, e fortalecer as lutas contra o racismo estrutural e institucional que impera em nosso país.

2.4. TITULAÇÃO EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os dados do recadastramento mostram que um quantitativo bastante significativo de assistentes sociais (36.744 ou 83,11%)³³ declararam ter algum tipo de titulação em âmbito de pós-graduação. Contudo, essa titulação é bastante desigual entre as diversas modalidades apresentadas no questionário: Especialização, Residência, Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional, Doutorado. Quando somadas/os as/os profissionais que realizaram algum curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico e doutorado), constatamos que menos de 10% realizaram esses cursos: somente 3.980 ou 9,00%. O elevado percentual foi puxado pelos cursos de Especialização, que totalizam 28.058 (63,47%) profissionais, conforme detalhado a seguir.

2.4.1. Predomínio da Especialização Lato Sensu

Os dados reforçam a interpretação que as possibilidades de acesso aos cursos de pós-graduação, assim como os de graduação, são determinadas em grande medida pela disponibilidade de oferta. Enquanto os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ofertam vagas reduzidas, e em sua maioria nas universidades públicas sediadas nas capitais, os cursos *lato sensu* são pagos, ofertados em sua maioria pelas instituições privadas, com maior número de vagas, em instituições sediadas também no interior, o que amplia a possibilidade de acesso, ainda que sob forma mercantilizada.

Com intuito de se contrapor a essa tendência, o CFESS e a ABEPSS ofertaram dois Cursos de Especialização Lato Sensu na modalidade à distância, a um custo bastante reduzido em relação àqueles disponíveis

³³ Esse percentual é bastante superior aos 44,66% que informaram possuir pós-graduação na Pesquisa de Perfil publicada pelo CFESS em 2005, já citada. Contudo, é preciso sinalizar que tanto o universo de participantes, como as categorizações são diferentes, o que impossibilita uma comparação. Naquela pesquisa não estavam incluídas modalidades como Residência e Mestrado Profissional, mas incluía pós-doutoramento, que não compareceu no recadastramento por não se tratar de uma titulação, e sim de uma qualificação, majoritariamente realizada por docentes.

no mercado, por meio de convênio com a Universidade de Brasília (UnB). O primeiro teve início em 2000 na área de Serviço Social e Política Social e o segundo começou em 2009 na área de Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais³⁴. O recadastramento não solicitou a origem do Curso realizado, mas é possível levantar a hipótese que muitas/os profissionais podem ter realizado um desses Cursos, já que mais de 60% declararam ter uma Especialização, sendo que a pesquisa de perfil realizada pelo CFESS em 2004 mostrava que somente 32,26% apontaram ter título de Especialização.

As respostas sugerem a importância desse tipo de qualificação para profissionais, uma vez que tem oferta mais ampla, sobretudo no interior do país, possui carga horária menos elevada, temáticas mais específicas e, muitas vezes, direcionadas para situações concretas relacionadas às demandas profissionais. Por outro lado, a maioria desses cursos é ofertada por instituições privadas, com elevados custos para o profissional, uma vez que entre os 28.058 profissionais que possuem Especialização, um total de 11.812 (42,09%) o fizeram em instituições privadas, contra somente 4.488 (15,99%) que o realizaram em instituições públicas, conforme tabela 23 seguinte. Entre as instituições privadas predomina a realização naquelas com fins lucrativos, com 31,66%, e entre as públicas prevalece as federais com residuais 9,81%, o que demonstra uma lacuna entre necessidade e demanda de cursos de especialização lato sensu na área e sua oferta pelo sistema de ensino público, e possibilita a expansão desse mercado privado, tornando seu acesso bastante custoso e mercantilizado.

34 Os dois cursos atingiram mais de 2.000 profissionais. Os livros com conteúdos dos dois cursos são utilizados até hoje como referência nos cursos de Graduação em Serviço Social, e estão fartamente disponíveis em plataformas eletrônicas. A título de exemplo, o livro do segundo curso está integralmente disponível na página https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/. E também na página <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view> Entre outras, que podem ser acessadas com breve pesquisa nas redes.

Tabela 23 - Especialização por tipo de instituição de ensino

Tipo de Instituição de Ensino	Especialização							
	Serviço Social		Outra Área		Não fez		TOTAL	
Instituição Privada com fins lucrativos	8.884	37,94%	5.239	22,37%	9.294	39,69%	23.417	100,00%
Instituição Pública Federal	2.753	33,42%	2.836	34,43%	2.648	32,15%	8.237	100,00%
Instituição Privada Filantrópica	1.516	35,76%	1.325	31,26%	1.398	32,98%	4.239	100,00%
Instituição Pública Estadual	1.486	37,70%	1.264	32,06%	1.192	30,24%	3.942	100,00%
Instituição Privada Confessional	801	36,18%	583	26,33%	830	37,49%	2.214	100,00%
Instituição Privada Comunitária	611	39,27%	388	24,94%	557	35,80%	1.556	100,00%
Instituição Pública Municipal	249	41,02%	123	20,26%	235	38,71%	607	100,00%
TOTAL	16.300	36,87%	11.758	26,59%	16.154	36,54%	44.212	100,00%

A mesma tabela 23 indica que entre os 28.058 assistentes sociais que cursaram algum tipo de Especialização, a maioria (58,09%) o fez no próprio Serviço Social, mas 41,91% buscaram outras áreas, o que pode indicar tanto o interesse profissional pela interdisciplinaridade, quanto a insuficiente oferta de cursos pela Área, especialmente no sistema público de ensino.

A tabela 24 seguinte detalha a distribuição por Área e Estado/Região.

Tabela 24 – Especialização por Área e Estado/Região

UF	Realizaram alguma especialização	% do total	Especialização em Serviço Social	% do total	Esp. Em Outra Área	% do total	Não realizaram	% do total	Total Responderes (n.)	% do total	
Norte	AC	154	0,55%	99	0,61%	55	0,47%	69	0,43%	223	0,50%
	AM	895	3,19%	519	3,18%	376	3,20%	321	1,99%	1.216	2,75%
	AP	188	0,67%	103	0,63%	85	0,72%	106	0,66%	294	0,66%
	PA	1.157	4,12%	761	4,67%	396	3,37%	757	4,69%	1.914	4,33%
	RO	304	1,08%	183	1,12%	121	1,03%	106	0,66%	410	0,93%
	TO	256	0,91%	160	0,98%	108	0,92%	148	0,92%	416	0,94%
Subtotal		2.966	10,57%	1.825	11,20%	1.141	9,70%	1.507	9,33%	4.473	10,12%
Nordeste	AL	791	2,82%	418	2,56%	373	3,17%	401	2,48%	1.192	2,70%
	BA	2.108	7,51%	1.291	7,92%	817	6,95%	1.195	7,40%	3.303	7,47%
	CE	1.318	4,70%	792	4,86%	526	4,47%	476	2,95%	1.794	4,06%
	MA	984	3,51%	597	3,66%	387	3,29%	474	2,93%	1.458	3,30%
	PB	686	2,44%	377	2,31%	309	2,63%	361	2,23%	1.047	2,37%
	PE	1.180	4,21%	589	3,61%	591	5,03%	500	3,10%	1.680	3,80%
	PI	385	1,37%	210	1,29%	175	1,49%	129	0,80%	514	1,16%
	RN	787	2,80%	492	3,02%	295	2,51%	378	2,34%	1.165	2,64%
	SE	214	0,76%	115	0,71%	99	0,84%	110	0,68%	324	0,73%
Subtotal		8.453	30,13%	4.881	29,94%	3.572	30,38%	4.024	24,91%	12.477	28,22%
Centro-Oeste	DF	438	1,56%	208	1,28%	230	1,96%	254	1,57%	692	1,57%
	GO	554	1,97%	289	1,77%	265	2,25%	374	2,32%	928	2,10%
	MS	466	1,66%	301	1,85%	165	1,40%	186	1,15%	652	1,47%
	MT	318	1,13%	183	1,12%	135	1,15%	116	0,72%	434	0,98%
Subtotal		1.776	6,33%	981	6,02%	795	6,76%	930	5,76%	2.706	6,12%
Sudeste	ES	628	2,24%	382	2,34%	246	2,09%	189	1,17%	817	1,85%
	MG	2.691	9,59%	1.721	10,56%	970	8,25%	1.485	9,19%	4.176	9,45%
	RJ	2.254	8,03%	1.245	7,64%	1.009	8,58%	1.636	10,13%	3.890	8,80%
	SP	4.779	17,03%	2.610	16,01%	2.169	18,45%	4.286	26,53%	9.065	20,50%
Subtotal		10.352	36,90%	5.958	36,55%	4.394	37,37%	7.596	47,02%	17.948	40,60%
Sul	PR	1.541	5,49%	975	5,98%	566	4,81%	451	2,79%	1.992	4,51%
	RS	1.433	5,11%	783	4,80%	650	5,53%	1.016	6,29%	2.449	5,54%
	SC	1.537	5,48%	897	5,50%	640	5,44%	630	3,90%	2.167	4,90%
Subtotal		4.511	16,08%	2.655	16,29%	1.856	15,78%	2.097	12,98%	6.608	14,95%
TOTAL GERAL		28.058	100,00%	16.300	100,00%	11.758	100,00%	16.154	100,00%	44.212	100,00%

Nota: os percentuais foram calculados sobre o total de assistentes sociais recadastradas/os: 44.212

Constata-se que as regiões Sudeste e Nordeste, que concentram o maior número de assistentes sociais que participaram do credenciamento, também concentram o maior quantitativo de profissionais com este tipo de pós-graduação. No Sudeste, 23,41% do total de recadastradas/os (44.212) possuem Especialização, sendo 13,47% no Serviço Social e 9,94% em outras áreas. Por outro lado, 17,18% declararam não ter essa qualificação. Já o Nordeste registra 19,11% de profissionais com especialização, sendo 11,03% em Serviço Social e 8,07% em outras áreas. O percentual daquelas/os que não possuem esta qualificação é bastante significativo, de 9,10%. A Região Sul vem em seguida, concentrando 10,20% de profissionais em relação ao total nacional, sendo 6,00% na Área, 4,20% em outras áreas e 4,74% não possuem. Na sequência, a Região Norte responde por 6,70%, sendo 4,13% no Serviço Social, 2,58% em outras áreas e 3,41% não cursou especialização. Por fim, a Região Centro Oeste congrega 4,01% com Especialização, sendo 2,22% na área, 1,80% em outras áreas e 2,10% dos que não realizaram esse tipo de formação.

A proporção de profissionais com Especialização em relação às recadastradas/os em cada Região segue, por ordem decrescente: a Região Sul com 68,27%, com destaque para o Paraná, onde 77,36% das/os profissionais desse Estado declararam possuir esse título; em seguida, o Nordeste apresenta 67,74% de seus profissionais com especialização, com destaque para o Piauí, onde 74,90% possuem Especialização; na Região norte, 66,30% das/os recadastradas/os declararam ter essa qualificação, sendo a maior concentração em Rondônia, com 74,14%; a Região Centro Oeste comparece com 65,63% de suas/seus profissionais com esse título, sendo o Estado de Mato Grosso o que registrou o maior percentual de respondentes com essa pós-graduação - 73,27%; por fim, a Região Sudeste, que possui o maior contingente profissional do país, concentra o menor percentual de profissionais com essa titulação: 57,68%, sendo o Espírito Santos o Estado com o percentual mais elevado (76,86%) de assistentes sociais recadastradas/os que declararam ter especialização. Por um lado, essa distribuição mostra o investimento das instituições privadas em Curso

de Especialização em Regiões tradicionalmente conhecidas como de maior poder aquisitivo na desigual distribuição de renda no Brasil (Região Sul) e onde há poucos Cursos de Mestrado e Doutorado; mas também revela a incursão nas Regiões Nordeste e Norte, onde também predomina o menor contingente de Cursos de Mestrado e Doutorado. A Região Sudeste, que revelou ter o menor contingente de Especialistas, é aquela que possui o maior número de profissionais mestres e doutores, como veremos adiante.

2.4.2. O Avanço da Residência (Multi) Profissional

A segunda modalidade de titulação citada foi a Residência Profissional, indicada por 3.971 profissionais, o que corresponde a 8,98% das/os respondentes. Entre estas/es, a maioria (63,61%) cursou Residência em Serviço Social e 36,39% realizaram Residência Multiprofissional. O número ainda é bastante insuficiente, considerando que a maioria das residências está vinculada à saúde, e este é um dos principais campos de intervenção profissional. Todas as Unidades da Federação registram profissionais com residências, sendo, por ordem de importância: São Paulo, com 1.353 profissionais, seguido de longe pelo Rio de Janeiro (374), Minas Gerais (370), Bahia (245), Santa Catarina, (235), Pará (184), Amazonas (150), Pará (140), Ceará (135), Rio Grande do Sul (134), Pernambuco (126) e Goiás (106). Os demais Estados registraram quantitativos inferiores a 100 profissionais com essa titulação.

A oferta de Residências Multiprofissionais em saúde ainda está absolutamente aquém da demanda, e são poucos os cursos de Serviço Social que integram essas ofertas, normalmente realizadas em Hospitais Universitários, apesar da importante investida do Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS no acompanhamento, investimento e luta pela ampliação de Residências Multiprofissionais em Saúde, como mostra o documento “Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão”. O documento, publicado em 2017, traz importantes informações e orientações profissionais, pois “dá concretude a um debate requerido pela categoria que trabalha na área da saúde, já que apresenta o histórico, os



dados e as polêmicas no campo das residências em saúde, expressando os desafios postos na luta em defesa da seguridade social, do Sistema Único de Saúde (SUS) e do trabalho e da formação profissional de qualidade”³⁵.

2.4.3. Residualidade da Pós-graduação *Stricto Sensu*

Quanto às/os assistentes sociais que cursaram pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional), o universo é ainda mais reduzido, o que mostra a dificuldade de acesso a estes cursos, concentrados majoritariamente em instituições públicas, mas com ofertas anuais insuficientes, com carga horária elevada, e em sua maioria exigem dedicação exclusiva (ou intensa), o que muitas vezes é incompatível com a condição de trabalho da maioria de profissionais. A tabela 25 adiante mostra que entre as/os participantes do recadastramento, somente 3.181 (7,19%) cursaram mestrado acadêmico e um quantitativo ainda mais restrito de 799 (1,80%) assistentes sociais cursou doutorado. Nas duas situações, a maioria o fez na Área de Serviço Social, que em 2021 contava com 35 Programas de Pós-graduação credenciados na CAPES, sendo 20 com cursos de mestrado e doutorado e 15 somente com curso de mestrado³⁶. Mesmo que tenha havido importante expansão de Programas de Pós-graduação no Serviço Social, podemos dizer que permanece uma tendência ainda insuficiente de assistentes sociais que concluíram estes cursos, já que na pesquisa do perfil realizada pelo CFESS em 2004, os percentuais eram apenas ligeiramente inferiores aos do recadastramento: 6,49% declararam ter mestrado e 1,24% doutorado, ou seja, o crescimento de profissionais com essas titulações em 15 anos foi ínfimo.

35 Documento disponível na página do CFESS, em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf>

36 Cf Plataforma Sucupira, disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html;jsessionid=hAxHgQ-GtBm2rV80Ej5HhTls.sucupira-218?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000> A lista registra 36 Programas, pois inclui o Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, que é avaliado na Área de Serviço Social.

Chama atenção entre as/os assistentes sociais que realizaram o cadastramento, que 735 (1,66%) afirmaram realizar Mestrado Profissional, sendo que esta modalidade não é ofertada pelos Cursos de pós-graduação da Área, e existe posicionamento público crítico da ABEPSS e do CFESS em relação a essa modalidade³⁷. Estes dados indicam a busca por esse tipo de curso em outras áreas.

Os dados mostram que, apesar de número reduzido de assistentes sociais ter declarado possuir pós-graduação stricto sensu, em todos os Estados ocorreu registro de profissionais que já realizaram mestrado, e apenas no Acre nenhum/a profissional cadastrado/a informou ter realizado doutorado ou mestrado profissional. Seguindo tendências já apontadas anteriormente, a região Sudeste concentra o maior contingente com titulação nas 03 modalidades, totalizando 1.860 profissionais, o que corresponde a 37,70% do universo que declarou ter curso de pós-graduação stricto sensu, inclusive é a Região que concentra aquelas/es que realizaram mestrado profissional, sendo o Estado de São Paulo aquele de maior incidência na região. A segunda região que mais reúne profissionais com essas titulações é o Nordeste, com 1.343 profissionais, o que representa 27,22% das profissionais, sendo o Rio Grande do Norte com maior número com mestrado acadêmico, a Bahia com o maior contingente com mestrado profissional e doutorado. A Região Sul vem na sequência, com 1.013 profissionais, o que corresponde a 20,53% das/os que declaram ter essa modalidade, com destaque para o Rio Grande do Sul, que concentra o maior quantitativo nas três modalidades. O Norte aparece com 369 ou 7,49% do total de cadastradas/os que possuem pós-graduação nestas modalidades, sendo o Amazonas o Estado que registra maior quantitativo de profissionais mestres e o Pará que indica ser o Estado com mais titulados no mestrado acadêmico e no doutorado. A Região Centro-Oeste segue próxima do Norte, com 348 ou 7,05% de tituladas/os, sendo a predominância de mestres no Estado de Goiás, enquanto o DF concentra maior quantitativo de profissionais com mestrado acadêmico e doutorado, conforme dados detalhados na tabela 25.

³⁷ Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/878>

Tabela 25 – Assistentes Sociais com Pós-graduação *Stricto Sensu* por Tipo e Área

UF	Total	Mestrado Acadêmico			Mestrado Profissional		Doutorado			
		Não fez	Outra Área	Serviço Social	Não	Sim	Não fez	Outra Área	Serviço Social	
Norte	AC	223	217	4	2	223	0	223	0	0
	AM	1.216	1.128	43	45	1.94	22	1.199	13	4
	AP	294	285	5	4	285	9	292	2	0
	PA	1.914	1.814	36	64	1.887	27	1.898	8	8
	RO	410	395	10	5	401	9	409	1	0
	TO	416	389	12	15	407	9	404	5	7
Total		4.473	4.228	110	135	4.397	76	4.425	29	19
Nordeste	AL	1.192	1.112	22	58	1.169	23	1.167	4	21
	BA	3.303	3.186	77	40	3.242	61	3.266	21	16
	CE	1.794	1.651	78	65	1.752	42	1.767	17	10
	MA	1.458	1.385	51	22	1.435	23	1.437	10	11
	PB	1.047	886	31	130	1.034	13	1.029	4	14
	PE	1.680	1.544	38	98	1.652	28	1.644	8	28
	PI	514	477	33	4	505	9	504	5	5
	RN	1.165	1.026	37	102	1.147	18	1.138	13	14
SE	324	295	9	20	321	3	317	0	7	
Total		12.477	11.562	376	539	12.257	220	12.269	82	126
Centro Oeste	DF	692	588	55	49	671	21	660	19	13
	GO	928	859	20	49	912	16	911	5	12
	MS	652	622	18	12	641	11	644	4	4
	MT	434	399	20	15	431	3	432	0	2
Total		2.706	2.468	113	125	2.655	51	2.647	28	31
Sudeste	ES	817	764	22	31	806	11	808	3	6
	MG	4.176	3.972	84	120	4.123	53	4.120	13	43
	RJ	3.890	3.405	141	344	3.820	70	3.754	35	101
	SP	9.065	8.567	166	332	8.923	142	8.922	32	111
Total		17.948	16.708	413	827	17.672	276	17.604	83	261
Sul	PR	1.992	1.798	96	98	1.970	22	1.951	12	29
	RS	2.449	2.259	64	126	2.408	41	2.396	15	38
	SC	2.167	2.008	58	101	2.118	49	2.121	11	35
Total		6.608	6.065	218	543	6.496	112	6.468	38	102
Total		44.212	41.031	1.230	1.951	43.477	735	43.413	260	539

Obviamente que estes dados se explicam pela distribuição de profissionais na Regiões/Estados do país, pela existência e temporalidade dos cursos de mestrado e doutorado que se diferenciam enormemente no Serviço Social, pelo número de profissionais recadastradas/os e que responderam o questionário, mas também sinalizam algumas tendências determinadas pela condição de expansão dos Programas de Pós-graduação na Área do Serviço Social: criação, nos últimos anos, de Programas de mestrado acadêmico em universidades estaduais em cidades do interior do Nordeste, o que demonstra um importante e necessário processo de interiorização da pós-graduação; ampliação de Programas em Estados que só tinham um curso; abertura de cursos de mestrado em universidades regionalmente mais distantes e com menor tradição em pesquisa. Este processo aponta que o investimento na formação de mestres e doutores ao longo das últimas décadas começa a possibilitar a expansão de Programas em áreas até então descobertas, sobretudo no interior do país e em Regiões tradicionalmente com menos cursos, como o Norte e o Centro Oeste, o que, espera-se, pode contribuir para elevar o quantitativo de assistentes sociais mestres e doutores. Por outro lado, há que se registrar que os sucessivos cortes de bolsa de mestrado e doutorado, além do perverso e crônico subfinanciamento dos Programas de Pós-graduação nos últimos anos vem impossibilitando a expansão desejada e necessária da Pós graduação stricto sensu pública (Boschetti, 2021).

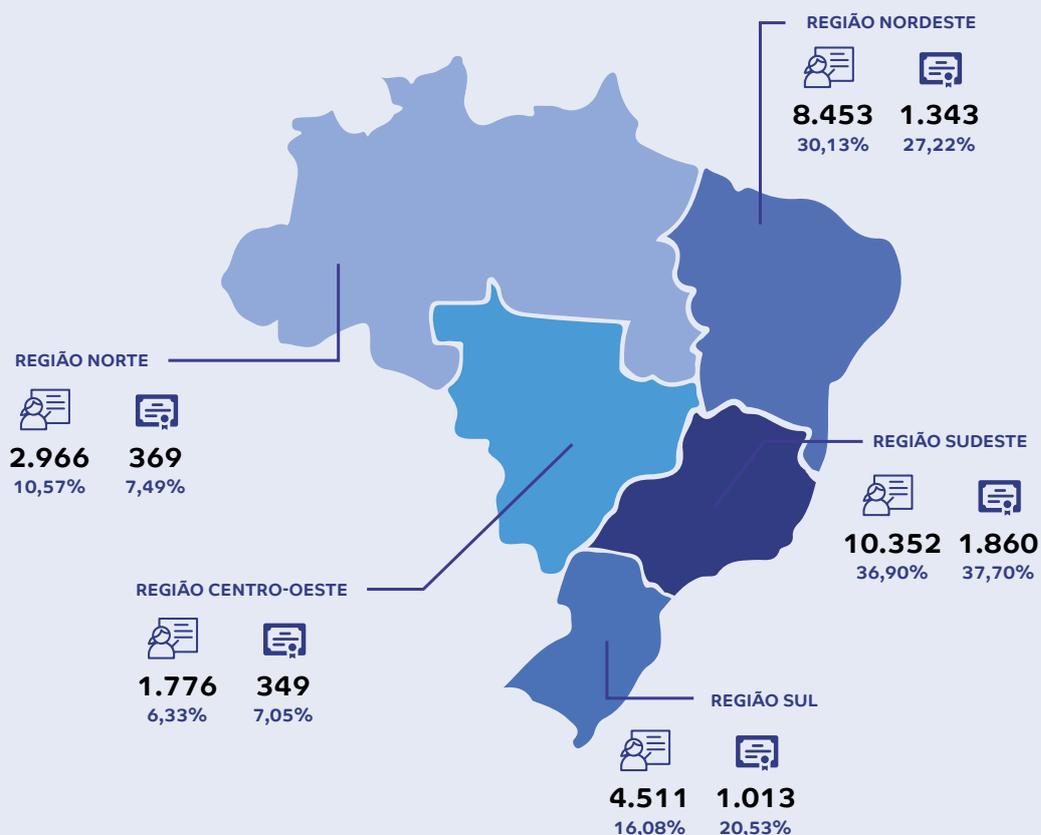
ESPECIALIZAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU POR REGIÃO



ESPECIALIZAÇÃO (SERVIÇO SOCIAL E OUTRAS ÁREAS)



PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (MESTRADO ACADÊMICO, MESTRADO PROFISSIONAL* E DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL E OUTRAS ÁREAS)





3. Relações e Condições de Trabalho de Assistentes Sociais

Como o trabalho é elemento vital na conformação do ser social (Marx, 1968; Antunes, 1999), sua melhor apreensão e desvendamento torna-se imprescindível, ainda mais em uma contextualidade marcada por um processo permanente de reestruturação produtiva a favor dos interesses de acumulação e do sistema de dominação do capital, que impõem à classe trabalhadora, da qual assistentes sociais fazem parte em toda a sua heterogeneidade, enormes constrangimentos, expropriações e degradação das condições de vida e de trabalho.

Assim, reconhecer as/os assistentes sociais na sua condição de trabalhadoras/es assalariadas/os, que se inserem na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho como parte e expressão do trabalho social e coletivo; compreender quem são as/os assistentes sociais na atualidade; e quais são as características do mercado de trabalho profissional, em suas complexas relações com as tendências gerais do mundo do trabalho na atual quadra histórica do capitalismo mundializado e financeirizado, a partir do sul global, é tarefa das mais necessárias e desafiadoras.

3.1. VÍNCULOS CONTRATUAIS

Aproximando-nos dos dados colhidos pela pesquisa de recadastramento sobre situação ocupacional da categoria profissional, constatou-se que a maioria expressiva das/os respondentes (31.637) declarou possuir 1 vínculo contratual (71,56%); 10,08% (4.457) possuem 2 vínculos; e 3 e 4 vínculos apareceram com números inexpressivos de 0,46% (204) e 0,17% (76), respectivamente, como se observa na tabela 26 a seguir.

Tabela 26 – Distribuição de Profissionais por Quantidade de Vínculos

Quantidade de vínculos empregatícios	Freq	%
Nenhum	7.838	17,73%
1 vínculo	31.637	71,56%
2 vínculos	4.457	10,08%
3 vínculos	204	0,46%
4 vínculos	76	0,17%
TOTAL	44.212	100,00%

Situação similar, de predominância de 1 vínculo empregatício, pode ser constatada no cruzamento entre quantidade de vínculos e região/unidade da federação, com pequena predominância de duplo vínculo sobre nenhum vínculo em alguns estados, como Alagoas e Paraíba. E situação de quase empate entre nenhum e 2 vínculos nos estados do Amapá, Piauí, Santa Catarina e Sergipe, conforme aparece na tabela 27 a seguir.

Tabela 27 - Quantidade de Vínculos Empregatícios por Estado/Região

UF	1 vínculo		2 vínculos		3 vínculos		4 vínculos		Nenhum		Total		
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Norte	AC	158	70,85%	22	9,87%	-	0,00%	-	0,00%	43	19,28%	223	100,00%
	AM	732	60,20%	109	8,96%	2	0,16%	1	0,08%	372	30,59%	1.216	100,00%
	AP	209	71,09%	41	13,95%	-	0,00%	-	0,00%	44	14,97%	294	100,00%
	PA	1.192	62,28%	163	8,52%	10	0,52%	2	0,10%	547	28,58%	1.914	100,00%
	RO	281	68,54%	37	9,02%	1	0,24%	1	0,24%	90	21,95%	410	100,00%
	TO	306	73,56%	40	9,62%	-	0,00%	1	0,24%	69	16,59%	416	100,00%
Subtotal	2.878	64,34%	412	9,21%	13	0,29%	5	0,11%	1.165	26,05%	4.473	100,00%	
Nordeste	AL	756	63,42%	220	18,46%	7	0,59%	-	0,00%	209	17,53%	1.192	100,00%
	BA	2.183	66,09%	279	8,45%	16	0,48%	2	0,06%	823	24,92%	3.303	100,00%
	CE	1.232	68,67%	187	10,42%	8	0,45%	1	0,06%	366	20,40%	1.794	100,00%
	MA	903	61,93%	195	13,37%	4	0,27%	1	0,07%	355	24,35%	1.458	100,00%
	PB	692	66,09%	192	18,34%	3	0,29%	2	0,19%	158	15,09%	1.047	100,00%
	PE	1.089	64,82%	279	16,61%	5	0,30%	1	0,06%	306	18,21%	1.680	100,00%
	PI	321	62,45%	95	18,48%	4	0,78%	-	0,00%	94	18,29%	514	100,00%
	RN	833	71,50%	145	12,45%	3	0,26%	-	0,00%	184	15,79%	1.165	100,00%
	SE	233	71,91%	46	14,20%	-	0,00%	-	0,00%	45	13,89%	324	100,00%
Subtotal	8.242	66,06%	1.638	13,13%	50	0,40%	7	0,06%	2.540	20,36%	12.477	100,00%	
Centro-Oeste	DF	495	71,53%	43	6,21%	6	0,87%	2	0,29%	146	21,10%	692	100,00%
	GO	677	72,95%	91	9,81%	5	0,54%	2	0,22%	153	16,49%	928	100,00%
	MS	516	79,14%	39	5,98%	3	0,46%	4	0,61%	90	13,80%	652	100,00%
	MT	330	76,04%	41	9,45%	1	0,23%	-	0,00%	62	14,29%	434	100,00%
Subtotal	2.018	74,58%	214	7,91%	15	0,55%	8	0,30%	451	16,67%	2.706	100,00%	
Sudeste	ES	587	71,85%	69	8,45%	3	0,37%	2	0,24%	156	19,09%	817	100,00%
	MG	3.222	77,16%	370	8,86%	18	0,43%	9	0,22%	557	13,34%	4.176	100,00%
	RJ	2.430	62,47%	554	14,24%	18	0,46%	-	0,00%	888	22,83%	3.890	100,00%
	SP	7.000	77,22%	663	7,31%	48	0,53%	33	0,36%	1.321	14,57%	9.065	100,00%
Subtotal	13.239	73,76%	1.656	9,23%	87	0,48%	44	0,25%	2.922	16,28%	17.948	100,00%	
Sul	PR	1.632	81,93%	165	8,28%	14	0,70%	3	0,15%	178	8,94%	1.992	100,00%
	RS	1.800	73,50%	208	8,49%	20	0,82%	4	0,16%	417	17,03%	2.449	100,00%
	SC	1.828	84,36%	164	7,57%	5	0,23%	5	0,23%	165	7,61%	2.167	100,00%
Subtotal	5.260	79,60%	537	8,13%	39	0,59%	12	0,18%	760	11,50%	6.608	100,00%	
TOTAL	31.637	71,56%	4.457	10,08%	204	0,46%	76	0,17%	7.838	17,73%	44.212	100,00%	

Entretanto, como demonstrado na tabela 26, é importante destacar que em segundo lugar aparece nenhum vínculo 17,73% (7.838), significando a não inserção no mercado de trabalho, dado interpretado como indicativo da taxa de desemprego entre as/os respondentes. Observa-se que este índice está bem acima da taxa de desocupação da PEA, segundo a PNAD Contínua do IBGE³⁸, que no último trimestre de 2019³⁹ foi de 11,9%, o que exige cotejar esse dado com outros índices constantes da pesquisa de recadastramento.

Ao cotejar o dado de 17,73%, que corresponde a nenhum vínculo, com os dados da tabela sobre rendimento bruto (ver tabela 28 adiante) chegou-se a um cálculo de 15,43% (6.828 assistentes sociais respondentes) que se encontram sem vínculo e sem renda. Assim, quando a ausência de vínculo se apresentou combinada com a ausência de renda inferiu-se tratar-se da situação de desemprego, questão que será retomada mais adiante, cotejando-a com os dados sobre jornada e rendimento. Permanece, contudo, como questão a ser aprofundada, o fato de assistentes sociais sem vínculo e sem renda manterem inscrição no CRESS⁴⁰.

38 Na PNAD Contínua do IBGE, pesquisa que apura o número de desempregados no Brasil, o que é conhecido popularmente como “desemprego” aparece no conceito de “desocupação”. Na metodologia empregada, o desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Contudo, como a pesquisa de recadastramento não apurou esse dado, fizemos um caminho indireto para chegar a um índice de desemprego/desocupação entre as/os respondentes, que associou “ausência de vínculo com ausência de renda”, o que precisa ser considerado com ressalvas, reafirmando-se a importância de realização de pesquisa específica sobre desemprego entre assistentes sociais.

39 Embora a pesquisa de recadastramento tenha sido realizada entre 2016 e 2019, como ficou suspensa por um tempo nesse intervalo, optou-se por trazer como referência para a análise do desemprego os dados do último trimestre de 2019 da pesquisa PNAD/IBGE, coincidindo com o período de finalização do recadastramento.

40 Uma hipótese a ser explorada relaciona-se à possibilidade de inserção dessas/es profissionais no mercado de trabalho a qualquer tempo, necessitando, portanto, da inscrição ativa no CRESS.

Tabela 28 - Rendimento Bruto por Quantidade de Vínculo (continua)

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Nenhum Vínculo		01 Vínculo		02 Vínculos		03 Vínculos		04 Vínculos		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	6.824	87,06%	957	3,02%	59	1,32%	4	1,96%	9	11,84%	7.853	17,76%
Até R\$ 1.000,00	158	2,02%	978	3,09%	54	1,21%	4	1,96%	3	3,95%	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	276	3,52%	7.264	22,96%	398	8,93%	27	13,24%	14	18,42%	7.979	18,05%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	331	4,22%	9.394	29,69%	1.044	23,42%	49	24,02%	22	28,95%	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	108	1,38%	4.448	14,06%	799	17,93%	31	15,20%	8	10,53%	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	49	0,63%	2.999	9,48%	729	16,36%	29	14,22%	9	11,84%	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	32	0,41%	2.606	8,24%	671	15,05%	27	13,24%	3	3,95%	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	24	0,31%	1.505	4,76%	347	7,79%	15	7,35%	4	5,26%	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	13	0,17%	814	2,57%	177	3,97%	11	5,39%	2	2,63%	1.017	2,30%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	5	0,06%	336	1,06%	82	1,84%	4	1,96%	1	1,32%	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	8	0,10%	189	0,60%	62	1,39%	2	0,98%	-	0,00%	261	0,59%
Mais de R\$ 15.000,00	10	0,13%	147	0,46%	35	0,79%	1	0,49%	1	1,32%	194	0,44%
TOTAL	7.838	100,00%	31.637	100,00%	4.457	100,00%	204	100,00%	76	100,00%	44.212	100,00%

No cruzamento de dados sobre quantidade de vínculos por pertença étnico-racial, indicada na tabela 29 adiante, observa-se a presença levemente superior de 1 vínculo entre as/os assistentes sociais autodeclaradas/os brancas/os 15.529 (49,08%) em comparação com as/os autodeclaradas/os negras/pretas/pardas/os 15.278 (48,29%). Essa situação se inverte no caso de duplo vínculo, quando as/os autodeclaradas/os negras/pretas/pardas/os apresentam números ligeiramente superiores 2.313 (51,90%) em relação às/os autodeclaradas/os brancas/os 2.040 (45,77%). No caso de 3 e 4 vínculos, mesmo que os números sejam baixos, mantém-se levemente superiores para as/os autodeclaradas/os brancas (111 54,41% e 41 53,95% respectivamente) em relação às autodeclaradas negras (88 43,14% e 34

44,74% respectivamente). Mas, se somados 2, 3 e 4 vínculos teremos um resultado maior para as/os autodeclaradas/os negras/preta/pardas (2.435) do que para as/os autodeclaradas/os brancas/os (2.192). Para as demais raças/cor (amarela, indígena e outra) a presença de 3 e 4 vínculos é praticamente inexistente.

Tabela 29 - Quantidade de Vínculos Empregatícios por Pertença Étnico-racial

Qtd vínculos empregatícios	Parda/Preta/negra		Branca		Amarela		Indígena		Outra		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Nenhum Vínculo	4.542	57,95%	3.050	38,91%	169	2,16%	19	0,24%	58	0,74%	7.838	100,00%
01 Vínculo	15.278	48,29%	15.529	49,08%	563	1,78%	116	0,37%	151	0,48%	31.637	100,00%
02 Vínculos	2.313	51,90%	2.040	45,77%	82	1,84%	4	0,09%	18	0,40%	4.457	100,00%
03 Vínculos	88	43,14%	111	54,41%	4	1,96%	1	0,49%	-	0,00%	204	100,00%
04 Vínculos	34	44,74%	41	53,95%	1	1,32%	-	0,00%	-	0,00%	76	100,00%
TOTAL	22.255	50,00%	20.771	47,00%	819	2,00%	140	0,00%	227	1,00%	44.212	100,00%

Ainda no caso da existência de vínculo contratual único entre a imensa maioria de profissionais respondentes, trata-se de uma situação que merece aprofundamento, considerando que a presença do pluriemprego ou duplo vínculo na categoria profissional tem sido apontada como uma característica decorrente dos baixos salários e rendimentos profissionais. Sabemos que o perfil do emprego de assistentes sociais reproduz tendências prevaletentes no mercado de trabalho, como os baixos rendimentos/salários (serão analisados adiante) e a precarização das condições de trabalho, contudo não temos dados suficientes para elucidar essa questão no contexto desta pesquisa.

Em relação à natureza dos vínculos contratuais, apesar do Serviço Social ter sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, assistentes sociais exercem seu trabalho majoritariamente como assalariadas/os de instituições públicas e privadas que operacionalizam políticas e serviços sociais (Iamamoto, 2007; Raichelis, 2009), o que se evidencia com maior detalhamento nos dados da pesquisa do recadastramento apresentados a seguir.

Como pode ser observado na tabela 30 a seguir, quase 60% das/os assistentes sociais estão empregadas/os no setor público (59,8%), com predominância da esfera municipal (43,59%), seguida da estadual (11,01%) e federal (5,20%).

Tabela 30 – Natureza do principal vínculo

Natureza do principal vínculo como assistente social	Freq	%
Setor público municipal	19.271	43,59%
Nenhum	7.478	16,91%
Setor público estadual	4.868	11,01%
Organização não Governamental sem Fins Lucrativos	3.614	8,17%
Empresa privada	2.751	6,22%
Setor público federal	2.301	5,20%
Organização social	783	1,77%
Organização da sociedade civil de interesse público	634	1,43%
Voluntário	603	1,36%
Fundação	498	1,13%
Autônomo	321	0,73%
Sindicato associação movimento social e ou popular	146	0,33%
Outro	944	2,14%
Total	44.212	100,00%

A prevalência de vínculo contratual no setor público municipal é uma tendência histórica do mercado de trabalho de assistentes sociais, que cresceu principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os municípios brasileiros ampliaram competências a partir do seu reconhecimento como entes federados e a descentralização de políticas sociais e serviços públicos antes centralizados em âmbito nacional e/ou estadual. Vale observar que tais características compareceram também na pesquisa sobre perfil profissional realizada pelo CFESS em 2004 (CFESS, 2005), e se mantém até o momento. Esse vínculo contratual majoritário de assistentes sociais com o setor público se expressa de modo similar nas 5 regiões do país, conforme tabela 31 a seguir.

Tabela 31 - Natureza do Vínculo por Estado/Região (continua)

UF	Setor público municipal		Setor público estadual		Organização não Governamental sem Fins Lucrativos		Empresa privada		Setor público federal		Organização social		
Norte	AC	68	30,49%	73	32,74%	4	1,79%	10	4,48%	10	4,48%	-	0,00%
	AM	361	29,69%	221	18,17%	72	5,92%	79	6,50%	49	4,03%	7	0,58%
	AP	67	22,79%	133	45,24%	7	2,38%	11	3,74%	18	6,12%	-	0,00%
	PA	847	44,25%	200	10,45%	63	3,29%	94	4,91%	81	4,23%	9	0,47%
	RO	130	31,71%	80	19,51%	15	3,66%	24	5,85%	32	7,80%	2	0,49%
	TO	152	36,54%	124	29,81%	5	1,20%	13	3,13%	39	9,38%	2	0,48%
Subtotal		1.625	36,33%	831	18,58%	166	3,71%	231	5,16%	229	5,12%	20	0,45%
Nordeste	AL	609	51,09%	102	8,56%	59	4,95%	88	7,38%	62	5,20%	3	0,25%
	BA	1.537	46,53%	206	6,24%	119	3,60%	242	7,33%	128	3,88%	22	0,67%
	CE	978	54,52%	131	7,30%	63	3,51%	95	5,30%	79	4,40%	14	0,78%
	MA	705	48,35%	171	11,73%	32	2,19%	82	5,62%	63	4,32%	4	0,27%
	PB	543	51,86%	156	14,90%	25	2,39%	36	3,44%	65	6,21%	3	0,29%
	PE	646	38,45%	277	16,49%	85	5,06%	103	6,13%	101	6,01%	47	2,80%
	PI	270	52,53%	65	12,65%	17	3,31%	21	4,09%	25	4,86%	2	0,39%
	RN	590	50,64%	123	10,56%	38	3,26%	78	6,70%	95	8,15%	5	0,43%
SE	178	54,94%	31	9,57%	10	3,09%	20	6,17%	20	6,17%	1	0,31%	
Subtotal		6.056	48,54%	1.262	10,11%	448	3,59%	765	6,13%	638	5,11%	101	0,81%
Centro-Oeste	DF	23	3,32%	201	29,05%	72	10,40%	54	7,80%	128	18,50%	10	1,45%
	GO	443	47,74%	110	11,85%	49	5,28%	54	5,82%	66	7,11%	23	2,48%
	MS	304	46,63%	93	14,26%	53	8,13%	32	4,91%	42	6,44%	1	0,15%
	MT	210	48,39%	72	16,59%	13	3,00%	18	4,15%	30	6,91%	1	0,23%
Subtotal		980	36,22%	476	17,59%	187	6,91%	158	5,84%	266	9,83%	35	1,29%
Sudeste	ES	308	37,70%	115	14,08%	70	8,57%	67	8,20%	37	4,53%	11	1,35%
	MG	2.247	53,81%	300	7,18%	342	8,19%	256	6,13%	187	4,48%	26	0,62%
	RJ	1.383	35,55%	339	8,71%	289	7,43%	333	8,56%	326	8,38%	105	2,70%
	SP	3.384	37,33%	987	10,89%	1.392	15,36%	559	6,17%	220	2,43%	429	4,73%
Subtotal		7.322	40,80%	1.741	9,70%	2.093	11,66%	1.112	6,77%	770	4,29%	571	3,18%
Sul	PR	1.051	52,76%	192	9,64%	238	11,95%	112	5,62%	94	4,72%	10	0,50%
	RS	1.014	41,40%	164	6,70%	250	10,21%	180	7,35%	178	7,27%	25	1,02%
	SC	1.223	56,44%	202	9,32%	232	10,71%	90	4,15%	126	5,81%	21	0,97%
Subtotal		3.288	49,76%	558	8,44%	720	10,90%	382	5,78%	398	6,02%	56	0,85%
TOTAL		19.271	43,59%	4.868	11,01%	3.614	8,17%	2.751	6,22%	2.301	5,20%	783	1,77%



Tabela 31 - Natureza do Vínculo por Estado/Região (conclusão)

UF	Organização da sociedade civil de interesse público		Voluntário		Fundação		Autônomo		Sindicato associação movimento social e ou popular		Outro		Nenhum		Total	
Norte	AC	1	0,45%	2	0,90%	1	0,45%	-	0,00%	2	0,90%	6	2,69%	46	20,63%	223
	AM	19	1,56%	37	3,04%	7	0,58%	12	0,99%	9	0,74%	22	1,81%	321	26,40%	1.216
	AP	-	0,00%	12	4,08%	2	0,68%	-	0,00%	-	0,00%	2	0,68%	42	14,29%	294
	PA	5	0,26%	42	2,19%	7	0,37%	12	0,63%	12	0,63%	28	1,46%	514	26,85%	1.914
	RO	7	1,71%	10	2,44%	2	0,49%	10	2,44%	1	0,24%	12	2,93%	85	20,73%	410
	TO	1	0,24%	3	0,72%	-	0,00%	7	1,68%	1	0,24%	10	2,40%	59	14,18%	416
Subtotal		33	0,74%	106	2,37%	19	0,42%	41	0,92%	25	0,56%	80	1,79%	1.067	23,85%	4.473
Nordeste	AL	8	0,67%	13	1,09%	6	0,50%	3	0,25%	2	0,17%	23	1,93%	214	17,95%	1.192
	BA	23	0,70%	87	2,63%	40	1,21%	25	0,76%	15	0,45%	85	2,57%	774	23,43%	3.303
	CE	11	0,61%	11	0,61%	9	0,50%	13	0,72%	7	0,39%	36	2,01%	347	19,34%	1.794
	MA	6	0,41%	21	1,44%	1	0,07%	13	0,89%	3	0,21%	24	1,65%	333	22,84%	1.458
	PB	1	0,10%	10	0,96%	6	0,57%	1	0,10%	4	0,38%	18	1,72%	179	17,10%	1.047
	PE	12	0,71%	15	0,89%	23	1,37%	10	0,60%	1	0,06%	49	2,92%	311	18,51%	1.680
	PI	3	0,58%	6	1,17%	-	0,00%	1	0,19%	1	0,19%	6	1,17%	97	18,87%	514
	RN	7	0,60%	9	0,77%	4	0,34%	7	0,60%	3	0,26%	27	2,32%	179	15,36%	1.165
SE	3	0,93%	2	0,62%	4	1,23%	4	1,23%	-	0,00%	8	2,47%	43	13,27%	324	
Subtotal		74	0,59%	174	1,39%	93	0,75%	77	0,62%	36	0,29%	276	2,21%	2.477	19,85%	12.477
Centro-Oeste	DF	16	2,31%	21	3,03%	4	0,58%	11	1,59%	3	0,43%	22	3,18%	127	18,35%	692
	GO	13	1,40%	15	1,62%	3	0,32%	6	0,65%	1	0,11%	17	1,83%	128	13,79%	928
	MS	5	0,77%	12	1,84%	4	0,61%	2	0,31%	1	0,15%	13	1,99%	90	13,80%	652
	MT	1	0,23%	6	1,38%	1	0,23%	5	1,15%	-	0,00%	12	2,76%	65	14,98%	434
Subtotal		35	1,29%	54	2,00%	12	0,44%	24	0,89%	5	0,18%	64	2,37%	410	15,15%	2.706
Sudeste	ES	13	1,59%	9	1,10%	4	0,49%	2	0,24%	4	0,49%	17	2,08%	160	19,58%	817
	MG	78	1,87%	45	1,08%	52	1,25%	21	0,50%	12	0,29%	79	1,89%	531	12,72%	4.176
	RJ	37	0,95%	71	1,83%	29	0,75%	25	0,64%	10	0,26%	98	2,52%	845	21,72%	3.890
	SP	249	2,75%	99	1,09%	206	2,27%	74	0,82%	29	0,32%	183	2,02%	1.254	13,83%	9.065
Subtotal		377	2,10%	224	1,25%	291	1,62%	122	0,68%	55	0,31%	377	2,10%	2.790	15,54%	17.948
Sul	PR	24	1,20%	8	0,40%	17	0,85%	9	0,45%	13	0,65%	42	2,11%	182	9,14%	1.992
	RS	63	2,57%	24	0,98%	42	1,71%	39	1,59%	9	0,37%	67	2,74%	394	16,09%	2.449
	SC	28	1,29%	13	0,60%	24	1,11%	9	0,42%	3	0,14%	38	1,75%	158	7,29%	2.167
Subtotal		115	1,74%	45	0,68%	83	1,26%	57	0,86%	25	0,38%	147	2,22%	734	11,11%	6.608
TOTAL		634	1,43%	603	1,36%	498	1,13%	321	0,73%	146	0,33%	944	2,14%	7.478	16,91%	44.212

No cruzamento da natureza do vínculo contratual com regiões/estados mantém-se a prevalência do emprego público municipal, com pequena variação superior, no caso do Acre, do ente federado estadual (32,74%) sobre o municipal (30,49%). Essa diferença se acentua no Amapá, com a maior incidência do vínculo estadual (45,24%) em relação ao municipal (22,79%). E na particularidade administrativa do Distrito Federal⁴¹ prepondera o vínculo estadual (29,05%), seguido do federal (18,50%) e com uma distância maior o “municipal” (3,32%). Contudo em cada uma das regiões reproduz-se a prevalência do vínculo contratual municipal, liderado pela região sul com 49,76%; seguida pelo Nordeste com 48,54%; sudeste com 43,59%; norte com 36,54%; e centro oeste com 36,22%.

Tabela 32 - Zona Geográfica do Principal Vínculo

Zona geográfica do principal vínculo empregatício	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Zona urbana	30.392	68,74%
Nenhum	6.556	14,83%
Região metropolitana	5.627	12,73%
Zona rural	1.556	3,52%
Faixa de fronteira internacional	64	0,14%
Selva floresta	17	0,04%
TOTAL	44.212	100,00%

A maior concentração de assistentes sociais atuando em áreas urbanas se reproduz em todas as 5 regiões de forma relativamente similar, com exceção de regiões que ultrapassaram o índice nacional, como a região sul com 78,40%; e a região centro-oeste com 74,50%. No caso dos estados, prevalece amplamente a localização do principal vínculo contratual em áreas urbanas, sendo que em todas as regiões alguns estados ultrapassam

⁴¹ O Distrito Federal é uma unidade federativa diferente das demais, pois não é um estado, nem um município. É, na realidade, um território autônomo, dividido em regiões administrativas, cujos administradores são indicados pelo Governador.

o percentual nacional (68,74%), destacando-se Santa Catarina e Paraná, respectivamente com 84,26% e 82,98% de assistentes sociais trabalhando em áreas urbanas. Os dados detalhados podem ser vislumbrados na tabela 33 a seguir.

Tabela 33 – Zona Geográfica por Estado/Região (continua)

UF	Zona urbana		Região metro- politana		Zona rural		Faixa de fronteira internacional		Selva floresta		Nenhum		Total	
Norte	AC	177	79,37%	1	0,45%	9	4,04%	1	0,45%	-	0,00%	35	15,70%	223
	AM	728	59,87%	127	10,44%	52	4,28%	10	0,82%	3	0,25%	296	24,34%	1.216
	AP	222	75,51%	18	6,12%	11	3,74%	6	2,04%	1	0,34%	36	12,24%	294
	PA	1.087	56,79%	268	14,00%	78	4,08%	-	0,00%	7	0,37%	474	24,76%	1.914
	RO	300	73,17%	5	1,22%	28	6,83%	3	0,73%	1	0,24%	73	17,80%	410
	TO	328	78,85%	12	2,88%	17	4,09%	-	0,00%	-	0,00%	59	14,18%	416
Subtotal	2.842	63,54%	431	9,64%	195	4,36%	20	0,45%	12	0,27%	973	21,75%	4.473	
Nordeste	AL	819	68,71%	132	11,07%	55	4,61%	-	0,00%	-	0,00%	186	15,60%	1.192
	BA	2.181	66,03%	236	7,15%	181	5,48%	2	0,06%	1	0,03%	702	21,25%	3.303
	CE	1.188	66,22%	193	10,76%	110	6,13%	-	0,00%	-	0,00%	303	16,89%	1.794
	MA	955	65,50%	96	6,58%	95	6,52%	1	0,07%	-	0,00%	311	21,33%	1.458
	PB	784	74,88%	76	7,26%	33	3,15%	1	0,10%	-	0,00%	153	14,61%	1.047
	PE	977	58,15%	375	22,32%	58	3,45%	1	0,06%	-	0,00%	269	16,01%	1.680
	PI	402	78,21%	11	2,14%	25	4,86%	-	0,00%	-	0,00%	76	14,79%	514
	RN	847	72,70%	129	11,07%	37	3,18%	-	0,00%	-	0,00%	152	13,05%	1.165
	SE	247	76,23%	22	6,79%	20	6,17%	-	0,00%	-	0,00%	35	10,80%	324
Subtotal	8.400	67,32%	1.270	10,18%	614	4,92%	5	0,04%	1	0,01%	2.187	17,53%	12.477	
Centro-Oeste	DF	485	70,09%	78	11,27%	18	2,60%	1	0,14%	1	0,14%	109	15,75%	692
	GO	660	71,12%	124	13,36%	25	2,69%	-	0,00%	-	0,00%	119	12,82%	928
	MS	536	82,21%	23	3,53%	19	2,91%	7	1,07%	-	0,00%	67	10,28%	652
	MT	335	77,19%	25	5,76%	17	3,92%	1	0,23%	-	0,00%	56	12,90%	434

Tabela 33 – Zona Geográfica por Estado/Região (conclusão)

UF	Zona urbana		Região metropolitana		Zona rural		Faixa de fronteira internacional		Selva floresta		Nenhum		Total	
Subtotal	2.016	74,50%	250	9,24%	79	2,92%	9	0,33%	1	0,04%	351	12,97%	2.706	
Sudeste	ES	429	52,51%	203	24,85%	46	5,63%	-	0,00%	-	0,00%	139	17,01%	817
	MG	3.117	74,64%	467	11,18%	154	3,69%	1	0,02%	-	0,00%	437	10,46%	4.176
	RJ	2.125	54,63%	888	22,83%	93	2,39%	2	0,05%	-	0,00%	782	20,10%	3.890
	SP	6.282	69,30%	1.550	17,10%	188	2,07%	1	0,01%	2	0,02%	1.042	11,49%	9.065
Subtotal	11.953	66,60%	3.108	17,32%	481	2,68%	4	0,02%	2	0,01%	2.400	13,37%	17.948	
Sul	PR	1.653	82,98%	113	5,67%	64	3,21%	9	0,45%	1	0,05%	152	7,63%	1.992
	RS	1.702	69,50%	315	12,86%	68	2,78%	14	0,57%	-	0,00%	350	14,29%	2.449
	SC	1.826	84,26%	140	6,46%	55	2,54%	3	0,14%	-	0,00%	143	6,60%	2.167
Subtotal	5.181	78,40%	568	8,60%	187	2,83%	26	0,39%	1	0,02%	645	9,76%	6.608	
TOTAL	30.392	68,74%	5.627	12,73%	1.556	3,52%	64	0,14%	17	0,04%	6.556	14,83%	44.212	

Certamente esses números evidenciam a dinâmica societária de consolidação da sociedade capitalista urbano-industrial no Brasil, principalmente a partir de 1960, quando se assiste à grande expansão da industrialização e o adensamento das cidades que passam a incorporar massas de trabalhadoras/os expulsas/os do campo em busca de trabalho e melhores condições de vida. Para exemplificar, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2012), o país possuía uma população de aproximadamente 191 milhões de habitantes, desses, cerca de 161 milhões viviam nas zonas urbanas, enquanto apenas 29 milhões viviam na zona rural.

As tendências capturadas na pesquisa acerca dos vínculos contratuais mostram uma diversificação na natureza desses vínculos, ainda que predominem aqueles decorrentes dos concursos e seleções públicas para ocupação de cargos no âmbito do Estado. Conforme sinalizado, a pesquisa mostra um índice significativo de assistentes sociais que possuem apenas

um vínculo, o que se mostrou surpreendente diante das recentes tendências ao pluriemprego e aos baixos níveis de remuneração, o que leva o/a trabalhador/a a buscar mais de um vínculo empregatício para aumentar sua remuneração. Ainda que a profissão esteja cada vez mais inserida nos municípios, especialmente nos pequenos e médios, a distribuição dos vínculos por zona geográfica ainda aponta para uma profissão mais urbana do que rural. No próximo item, seguem as formas de ingresso no mercado de trabalho profissional.

ZONA GEOGRÁFICA DO PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO



ZONA URBANA

30.392
68,74%



NENHUM

6.556
14,83%



REGIÃO METROPOLITANA

6.556
12,73%



ZONA RURAL

1.556
3,52%



FAIXA DE FRONTEIRA INTERNACIONAL

64
0,14%



SELVA FLORESTA

17
0,04%

3.2. ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO E FORMAS DE INGRESSO

Quanto às formas de ingresso aos postos de trabalho, é possível observar na tabela 34, que ainda se mantêm as formas públicas como o principal meio de acesso ao emprego pelas/os assistentes sociais. O concurso público alcança 40,30% (17.816) e, se somado à seleção pública simplificada 10,91% (4.822) e ao edital público 1,74% (771) teremos um total de 52,7% de profissionais que participaram da pesquisa que ingressaram em seus empregos por meio de modalidades públicas de acesso no principal vínculo contratual. Tendo pouco mais da metade das/os respondentes ingressado por essas via, tudo indica que esse quadro tende a se alterar a menor, pois como é sabido, está em curso um movimento de desconstrução de “tudo o que é público”, incluindo servidores, com base na narrativa de uma suposta maior eficiência do setor privado, o que incide nas formas públicas de ingresso no emprego, especialmente na esfera estatal⁴². Esse processo parece já estar em curso, se considerarmos que, apesar de majoritariamente inseridas/os em órgãos públicos, apenas pouco mais da metade ingressaram por meio de modalidades públicas.

Enquanto isso, milhares de vagas não preenchidas nas administrações públicas das três esferas de poder implicam em maior sobrecarga às/aos trabalhadoras/es que permanecem intensificadas/os em suas atividades e sob pressão de uma demanda crescente, o que leva inevitavelmente à redução da qualidade dos serviços prestados. Ao invés de repor trabalhadoras/es e investir na qualidade do serviço prestado, essa situação explosiva alimenta a dinâmica de privatização do bem público e de contratação indiscriminada de trabalhadores/as temporários/as, terceirizados/as e/ou comissionados/as.

42 Notícia veiculada no Jornal Estado de São Paulo (08.12.2021), tendo como fonte o Ministério da Economia, informava que a contratação por concurso era a menor em 10 anos. De janeiro a outubro de 2020, ingressaram por concurso apenas 665 servidores públicos, enquanto 22.871 foram contratados por prazos determinados que variam de seis meses a seis anos. Em 2010, foram 9.500 temporários. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/contratacao-por-concurso-e-a-menor-em-10-anos-governo-usa-temporarios,70003543621>



Nesse sentido, chama atenção a presença significativa de ingresso por meio de indicação 3.570 (8,07%); convite 3.064 (6,93%); e cargos comissionados 1.770 (4,00%), num total de 19% de assistentes sociais que acessam postos de trabalho por critérios privados e pouco transparentes.

Tabela 34 – Forma de Ingresso no Principal Vínculo

Forma de ingresso no principal vínculo empregatício	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Concurso público	17.816	40,30%
Nenhum	6.957	15,74%
Outro	5.310	12,01%
Seleção pública simplificada	4.822	10,91%
Por indicação	3.570	8,07%
Convite	3.064	6,93%
Cargo comissionado	1.770	4,00%
Edital público	771	1,74%
Pregão	132	0,30%
TOTAL	44.212	100%

Ao desagregarmos as formas de ingresso por região/estado, encontramos alguns dados a serem destacados: a região sul é a que apresentou maiores índices de ingresso via concurso público com 56,90%, acima da média nacional de 40,30%; somado à seleção simplificada e edital público chega-se a um índice de 67,20%. Na outra ponta, a região com menores percentuais de ingresso via concurso público foi a região nordeste com 29,00%; por outro lado, foi a região com maiores índices de ingresso via seleção pública simplificada, com 13,30%. A região norte apresentou índices de ingresso por concurso público abaixo da média nacional, com 32,80%, e as demais regiões ficaram com percentuais próximos à média nacional. Nota-se que alguns estados em duas regiões apresentaram mais de 50% de ingresso por concurso público, quais sejam: na região centro-oeste Mato Grosso do Sul (53,80%) e Mato Grosso (59,20%); na região sul Paraná (61,40%) e Santa Catarina (63,30%).

No caso dos dados de ingresso por meio de indicação, convite e cargo comissionado por região/unidade da federação, destacam-se as regiões norte e nordeste com maiores percentuais de ingresso nessas três formas, com médias acima do índice nacional de 19%. Somadas perfazem 25,90% no Nordeste e 23% no Norte. Nas demais regiões esses índices estão abaixo da média nacional. Os números detalhados podem ser visualizados na tabela 35, a seguir.

Tabela 35 - Forma de Ingresso por Estado/Região (continua)

UF	Concurso público		Seleção pública simplificada		Por indicação		Convite		Cargo comissionado		Edital público		Pregão		Outro		Nenhum		Total		
Norte	AC	103	46,19%	19	8,52%	17	7,62%	10	4,48%	18	8,07%	1	0,45%	-	0,00%	18	8,07%	37	16,59%	223	100,00%
	AM	299	24,59%	130	10,69%	120	9,87%	91	7,48%	113	9,29%	20	1,64%	-	0,00%	130	10,69%	313	25,74%	1.216	100,00%
	AP	143	48,64%	17	5,78%	46	15,65%	11	3,74%	11	3,74%	-	0,00%	-	0,00%	25	8,50%	41	13,95%	294	100,00%
	PA	515	26,91%	169	8,83%	232	12,12%	130	6,79%	92	4,81%	18	0,94%	1	0,05%	253	13,22%	504	26,33%	1.914	100,00%
	RO	198	48,29%	29	7,07%	22	5,37%	18	4,39%	21	5,12%	11	2,68%	-	0,00%	34	8,29%	77	18,78%	410	100,00%
	TO	207	49,76%	23	5,53%	21	5,05%	31	7,45%	29	6,97%	11	2,64%	6	1,44%	33	7,93%	55	13,22%	416	100,00%
Subtotal	1.465	32,75%	387	8,65%	458	10,24%	291	6,51%	284	6,35%	61	1,36%	7	0,16%	493	11,02%	1.027	22,96%	4.473	100,00%	
Nordeste	AL	394	33,05%	117	9,82%	156	13,09%	128	10,74%	60	5,03%	11	0,92%	-	0,00%	131	10,99%	195	16,36%	1.192	100,00%
	BA	677	20,50%	437	13,23%	392	11,87%	359	10,87%	210	6,36%	47	1,42%	4	0,12%	452	13,68%	725	21,95%	3.303	100,00%
	CE	466	25,98%	397	22,13%	123	6,86%	103	5,74%	97	5,41%	54	3,01%	20	1,11%	204	11,37%	330	18,39%	1.794	100,00%
	MA	357	24,49%	152	10,43%	204	13,99%	129	8,85%	118	8,09%	17	1,17%	4	0,27%	150	10,29%	327	22,43%	1.458	100,00%
	PB	419	40,02%	96	9,17%	124	11,84%	83	7,93%	47	4,49%	6	0,57%	1	0,10%	117	11,17%	154	14,71%	1.047	100,00%
	PE	498	29,64%	287	17,08%	172	10,24%	147	8,75%	65	3,87%	24	1,43%	1	0,06%	211	12,56%	275	16,37%	1.680	100,00%
Nordeste	PI	192	37,35%	33	6,42%	60	11,67%	54	10,51%	54	10,51%	3	0,58%	-	0,00%	36	7,00%	82	15,95%	514	100,00%
	RN	488	41,89%	124	10,64%	100	8,58%	76	6,52%	70	6,01%	30	2,58%	4	0,34%	108	9,27%	165	14,16%	1.165	100,00%
	SE	127	39,20%	21	6,48%	34	10,49%	38	11,73%	32	9,88%	1	0,31%	1	0,31%	32	9,88%	38	11,73%	324	100,00%
Subtotal	3.618	29,00%	1.664	13,34%	1.365	10,94%	1.117	8,95%	753	6,04%	193	1,55%	35	0,28%	1.441	11,55%	2.291	18,36%	12.477	100,00%	
Centro-Oeste	DF	331	47,83%	71	10,26%	30	4,34%	34	4,91%	13	1,88%	14	2,02%	-	0,00%	80	11,56%	119	17,20%	692	100,00%
	GO	307	33,08%	132	14,22%	43	4,63%	68	7,33%	73	7,87%	40	4,31%	35	3,77%	107	11,53%	123	13,25%	928	100,00%
	MS	351	53,83%	49	7,52%	28	4,29%	35	5,37%	45	6,90%	7	1,07%	1	0,15%	63	9,66%	73	11,20%	652	100,00%
	MT	257	59,22%	33	7,60%	14	3,23%	23	5,30%	14	3,23%	4	0,92%	-	0,00%	30	6,91%	59	13,59%	434	100,00%
Subtotal	1.246	46,05%	285	10,53%	115	4,25%	160	5,91%	145	5,36%	65	2,40%	36	1,33%	280	10,35%	374	13,82%	2.706	100,00%	



Tabela 35 - Forma de Ingresso por Estado/Região (conclusão)

UF	Concurso público		Seleção pública simplificada		Por indicação		Convite		Cargo comissionado		Edital público		Pregão		Outro		Nenhum		Total		
Sudeste	ES	292	35,74%	145	17,75%	49	6,00%	47	5,75%	38	4,65%	24	2,94%	-	0,00%	76	9,30%	146	17,87%	817	100,00%
	MG	1.636	39,18%	667	15,97%	328	7,85%	283	6,78%	162	3,88%	131	3,14%	22	0,53%	472	11,30%	475	11,37%	4.176	100,00%
	RJ	1.469	37,76%	362	9,31%	325	8,35%	250	6,43%	128	3,29%	44	1,13%	1	0,03%	495	12,72%	816	20,98%	3.890	100,00%
	SP	4.330	47,77%	755	8,33%	624	6,88%	542	5,98%	148	1,63%	127	1,40%	11	0,12%	1.377	15,19%	1.151	12,70%	9.065	100,00%
Subtotal		7.727	43,05%	1.929	10,75%	1.326	7,39%	1.122	6,25%	476	2,65%	326	1,82%	34	0,19%	2.420	13,48%	2.588	14,42%	17.948	100,00%
Sul	PR	1.223	61,40%	121	6,07%	87	4,37%	103	5,17%	45	2,26%	41	2,06%	15	0,75%	197	9,89%	160	8,03%	1.992	100,00%
	RS	1.166	47,61%	239	9,76%	153	6,25%	155	6,33%	44	1,80%	50	2,04%	4	0,16%	271	11,07%	367	14,99%	2.449	100,00%
	SC	1.371	63,27%	197	9,09%	66	3,05%	116	5,35%	23	1,06%	35	1,62%	1	0,05%	208	9,60%	150	6,92%	2.167	100,00%
Subtotal		3.760	56,90%	557	8,43%	306	4,63%	374	5,66%	112	1,69%	126	1,91%	20	0,30%	676	10,23%	677	10,25%	6.608	100,00%
TOTAL		17.816	40,30%	4.822	10,91%	3.570	8,07%	3.064	6,93%	1.770	4,00%	771	1,74%	132	0,30%	5.310	12,01%	6.957	15,74%	44.212	100,00%

Por outro lado, chama atenção a presença significativa de ingresso por meio de cargos comissionados (4,00%), convite (6,93%) e indicação (8,07%), num total de 19% de assistentes sociais que acessam postos de trabalho por critérios não transparentes e pouco republicanos.

Tal ambiência política expressa a permanência de relações patrimonialistas e clientelistas historicamente presentes no trato da “coisa pública” e nas relações entre governantes e governados, que alimentam estruturas estatais improvisadas e personalistas na gestão pública. Mantendo a indistinção entre o público e o privado, o próprio Estado desrespeita preceitos constitucionais que devem prevalecer na administração pública direta e indireta em todos os poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quais sejam, os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (cf. artigo 37 da CF-1988).

Considerando os inúmeros estudos e acompanhamento da dinâmica sociopolítica, é possível afirmar que, principalmente nos pequenos municípios, que constituem a maioria dos entes federados, mas não exclusivamente, ainda prevalece a relação de favor como moeda de troca política, base e fundamento do Estado patrimonialista brasileiro.

O ingresso por pregão, embora pouco expressivo (0,30%), comparece como forma de contratação de trabalhadoras/es pelo menor preço, procedimento típico de relações mercantis de compra e venda de mercadorias, e totalmente inaceitável para contratação de profissionais, o que revela a tendência de aprofundamento da mercadorização da força de trabalho profissional, a exemplo que vem ocorrendo com o conjunto da classe trabalhadora.

Ao realizar o cruzamento entre as variáveis formas de ingresso e raça/cor chama atenção o maior número de ingressantes por concurso/edital público ser de autodeclaradas/os brancas/os; enquanto por seleção simplificada, convite e indicação essa relação se inverte, com maior incidência entre autodeclaradas/os negras/pretas/pardas/os do que brancas/os, conforme se verifica na respectiva tabela 36.

Tabela 36 - Forma de Ingresso no Principal Vínculo Empregatício por Pertença Étnico/racial

Forma de ingresso no principal vínculo empregatício	Branca		Preta/negra/parda		Amarela		Indígena		Outra		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Concurso público	9.811	55,07%	7.598	42,65%	271	1,52%	40	0,22%	96	0,54%	17.816	100,00%
Seleção pública simplificada	1.998	41,44%	2.692	55,83%	97	2,01%	20	0,41%	15	0,31%	4.822	100,00%
Por indicação	1.417	39,69%	2.065	57,84%	68	1,90%	13	0,36%	7	0,20%	3.570	100,00%
Convite	1.361	44,42%	1.597	52,12%	73	2,38%	19	0,62%	14	0,46%	3.064	100,00%
Cargo comissionado	660	37,29%	1.051	59,38%	45	2,54%	9	0,51%	5	0,28%	1.770	100,00%
Edital público	333	43,19%	417	54,09%	11	1,43%	4	0,52%	6	0,78%	771	100,00%
Pregão	58	43,94%	66	50,00%	6	4,55%	0	0,00%	2	1,52%	132	100,00%
Outro	2.436	45,88%	2.724	51,30%	102	1,92%	15	0,28%	33	0,62%	5.310	100,00%
Nenhum	2.697	38,77%	4.045	58,14%	146	2,10%	20	0,29%	49	0,70%	6.957	100,00%
TOTAL	20.771	46,98%	22.255	50,34%	819	1,85%	140	0,32%	227	0,51%	44.212	100,00%

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa situação, mas possivelmente uma delas tem relação com as maiores dificuldades das/os pessoas autodeclaradas/os negras/pretas/pardas/os, principalmente das mulheres, conseguirem cumprir o rito dos concursos públicos e suas exigências de preparação, tempo de estudo e alto grau de concorrência

por uma vaga, dadas as duplas e triplas jornadas de trabalho, necessárias à reprodução da vida social (Federici, 2019). Em termos de desigualdades entre homens e mulheres, é sabido que a prioridade de qualificação e de investimento na carreira profissional é invariavelmente masculina, embora as mulheres apresentem um nível de escolaridade maior.

Sobre o acesso ao mercado de trabalho, os resultados mostraram que ainda predominam as formas públicas de ingresso por meio de concursos e seleções, entretanto é notável o crescimento de modalidades privadas de acesso aos postos de trabalho para assistentes sociais, o que aponta para a crescente flexibilização de critérios republicanos típicos da esfera pública-estatal sendo substituídos pela ideologia do “capital humano”, de viés privatista neoliberal característica da empresa capitalista (Dardot e Laval, 2008). Outro destaque são os marcadores étnico-raciais para definição do ingresso no mercado de trabalho, o que também ocorre na profissão, com obstáculos maiores para as/os pessoas autodeclaradas/os negras/pretas/pardas.

FORMA DE INGRESSO NO PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO

CONCURSO PÚBLICO

17.816
40,30%

SELEÇÃO PÚBLICA
SIMPLIFICADA

4.822
10,91%

CARGO
COMISSIONADO

1.770
4%

NENHUM

6.957
15,74%

INDICAÇÃO

3.570
8,07%

EDITAL PÚBLICO

771
1,74%

OUTRO

5.310
12,01%

CONVITE

3.064
6,93%

PREGÃO

132
0,30%



3.3. FORMAS DE CONTRATAÇÃO DO PRINCIPAL VÍNCULO

Quanto às formas de contratação da força de trabalho no principal vínculo, apesar de a maioria de assistentes sociais respondentes ser de trabalhadora/or do setor público estatal (59,8%), como observado anteriormente, isso não significou a prevalência de relações contratuais assentadas nas regras do regime jurídico único. Os dados da pesquisa revelam, confora tabela a seguir, que apenas 34,57% são estatutárias/os, sendo quase 25% celetistas (24,26%).

Tabela 37 - Forma de Contratação no Principal Vínculo Empregatício (continua)

UF	Estatutário (a)	Celetista (CLT)	Contrato temporário	Prestação de serviço	Cargo Comissionado	Outro	Nenhum	Total
Norte	AC	80, 35,87%	47, 21,08%	31, 13,90%	7, 3,14%	13, 5,83%	6, 2,69%	223, 100,00%
	AM	303, 24,92%	180, 14,80%	186, 15,30%	72, 5,92%	115, 9,46%	45, 3,70%	1.216, 100,00%
	AP	137, 46,60%	19, 6,46%	63, 21,43%	11, 3,74%	12, 4,08%	14, 4,76%	294, 100,00%
	PA	481, 25,13%	155, 8,10%	512, 26,75%	88, 4,60%	88, 4,60%	95, 4,96%	1.914, 100,00%
	RO	189, 46,10%	72, 17,56%	21, 5,12%	18, 4,39%	18, 4,39%	15, 3,66%	410, 100,00%
	TO	176, 42,31%	30, 7,21%	72, 17,31%	32, 7,69%	29, 6,97%	24, 5,77%	416, 100,00%
Subtotal	1.366, 30,54%	503, 11,25%	885, 19,79%	228, 5,10%	275, 6,15%	199, 4,45%	1.017, 22,74%	4.473, 100,00%
Nordeste	AL	376, 31,54%	166, 13,93%	265, 22,23%	87, 7,30%	63, 5,29%	48, 4,03%	1.192, 100,00%
	BA	572, 17,32%	576, 17,44%	814, 24,64%	199, 6,02%	236, 7,15%	182, 5,51%	3.303, 100,00%
	CE	417, 23,24%	309, 17,22%	486, 27,09%	73, 4,07%	98, 5,46%	92, 5,13%	1.794, 100,00%
	MA	312, 21,40%	188, 12,89%	362, 24,83%	81, 5,56%	138, 9,47%	60, 4,12%	1.458, 100,00%
	PB	392, 37,44%	100, 9,55%	181, 17,29%	128, 12,23%	58, 5,54%	37, 3,53%	1.047, 100,00%
	PE	441, 26,25%	327, 19,46%	379, 22,56%	89, 5,30%	84, 5,00%	83, 4,94%	1.680, 100,00%
	PI	192, 37,35%	54, 10,51%	86, 16,73%	46, 8,95%	42, 8,17%	13, 2,53%	514, 100,00%
	RN	450, 38,63%	159, 13,65%	221, 18,97%	46, 3,95%	82, 7,04%	49, 4,21%	1.165, 100,00%
SE	111, 34,26%	47, 14,51%	64, 19,75%	15, 4,63%	40, 12,35%	9, 2,78%	324, 100,00%	
Subtotal	3.263, 26,15%	1.926, 15,44%	2.858, 22,91%	764, 6,12%	841, 6,74%	573, 4,59%	2.252, 18,05%	12.477, 100,00%
Centro-Oeste	DF	296, 42,77%	172, 24,86%	39, 5,64%	23, 3,32%	11, 1,59%	35, 5,06%	692, 100,00%
	GO	274, 29,53%	142, 15,30%	155, 16,70%	99, 10,67%	84, 9,05%	51, 5,50%	928, 100,00%
	MS	333, 51,07%	102, 15,64%	48, 7,36%	23, 3,53%	44, 6,75%	32, 4,91%	652, 100,00%
	MT	246, 56,68%	42, 9,68%	34, 7,83%	28, 6,45%	17, 3,92%	10, 2,30%	434, 100,00%
Subtotal	1.149, 42,46%	458, 16,93%	276, 10,20%	173, 6,39%	156, 5,76%	128, 4,73%	366, 13,53%	2.706, 100,00%



Tabela 37 - Forma de Contratação no Principal Vínculo Empregatício (conclusão)

UF	Estatutário (a)		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Prestação de serviço		Cargo Comissionado		Outro		Nenhum		Total		
Sudeste	ES	274	33,54%	196	23,99%	133	16,28%	8	0,98%	44	5,39%	21	2,57%	141	17,26%	817	100,00%
	MG	1.452	34,77%	970	23,23%	832	19,92%	124	2,97%	165	3,95%	158	3,78%	475	11,37%	4.176	100,00%
	RJ	1.335	34,32%	880	22,62%	362	9,31%	176	4,52%	166	4,27%	176	4,52%	795	20,44%	3.890	100,00%
	SP	3.056	33,71%	4.101	45,24%	150	1,65%	272	3,00%	146	1,61%	253	2,79%	1.087	11,99%	9.065	100,00%
Subtotal		6.117	34,08%	6.147	34,25%	1.477	8,23%	580	3,23%	521	2,90%	608	3,39%	2.498	13,92%	17.948	100,00%
Sul	PR	1.101	55,27%	526	26,41%	78	3,92%	50	2,51%	46	2,31%	48	2,41%	143	7,18%	1.992	100,00%
	RS	1.036	42,30%	653	26,66%	154	6,29%	117	4,78%	51	2,08%	84	3,43%	354	14,45%	2.449	100,00%
	SC	1.253	57,82%	513	23,67%	132	6,09%	45	2,08%	24	1,11%	63	2,91%	137	6,32%	2.167	100,00%
Subtotal		3.390	51,30%	1.692	25,61%	364	5,51%	212	3,21%	121	1,83%	195	2,95%	634	9,59%	6.608	100,00%
TOTAL		15.285	34,57%	10.726	24,26%	5.860	13,25%	1.957	4,43%	1.914	4,33%	1.703	3,85%	6.767	15,31%	44.212	100,00%

Ao analisar as formas de contratação por região/estado, algumas características despontam e merecem destaque: a região com maior índice de trabalhadoras/es estatutárias/os é a Centro Oeste com 42,46%, acima da média nacional de 34,57%; e os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem médias bem superiores à média regional, respectivamente 51,07% e 56,68%. A menor presença de estatutárias/os se encontra na região nordeste com 26,15%, sendo que o estado da Bahia aparece com números bem inferiores à média da região, já baixa, com apenas 17,32% de servidoras/es nessa condição. Os demais estados se aproximam da média nacional. O Sudeste reproduz os índices nacionais das/os estatutárias/os, entretanto possui maior quantitativo de celetistas, seguido pelo Sul e pelo Centro-Oeste.

Os contratos pela CLT se apresentam abaixo da média nacional (24,26%) nas Regiões Norte (11,25%), Nordeste (15,44%) e Centro Oeste (16,93%); na Região Sul as/os celetistas são 25,61%, próximos da média nacional; e a Região Sudeste apresenta um quadro de celetistas acima dos índices nacionais (34,25%), sendo que São Paulo é o estado com maior número de celetistas na totalidade nacional, com 45,24%. As regiões com

menores índices de celetistas têm maiores índices de contratos temporários: Nordeste com 24,93%, com todos os estados da região apresentando índices acima da média nacional, e a região Norte com 19,79%.

Quanto às demais formas de contratação - prestação de serviços e cargo comissionado - sua presença nas regiões é ligeiramente acima da média nacional, que é de 4,43% e 4,33% respectivamente, cabendo um destaque para as regiões Sul (3,21% e 1,83% respectivamente) e Sudeste (3,23 e 2,90% respectivamente), com índices abaixo da média nacional. E com percentuais bem superiores à média nacional aparecem alguns estados. No caso do vínculo por meio de prestação de serviço destacam-se Paraíba com 12,23%, Piauí com 8,95% e Goiás com 10,67%. Em relação aos cargos comissionados destacam-se os seguintes estados com médias superiores à nacional: no Nordeste, Sergipe com 12,35%, Piauí com 8,17% e Rio Grande do Norte com 7,04%; e no Centro-Oeste Goiás com 9,05%.

De acordo com esse quadro geral sobre as formas de contratação por região/unidade da federação, reafirma-se o baixo percentual de trabalhadoras/es contratadas/os em regime estatutário próprio dos servidores do Estado, com índices nacional e regionais abaixo de 35%, e ainda assim ameaçados pela contrarreforma administrativa, em tramitação (PEC 32/2020), que visa a privatização dos serviços públicos e a eliminação das carreiras do Estado com regime jurídico único. E quanto aos trabalhadores contratados via CLT, que na pesquisa comparecem com menos de 25%, já não encontram mais nessa legislação a proteção social historicamente conquistada, pela desidratação sofrida decorrente da contrarreforma trabalhista e da lei de terceirização, ambas de 2017.

Esse cenário encontra-se em sintonia com as reconfigurações do Estado e a progressiva implosão do estatuto do servidor público, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo neoliberal. A lógica é ampliar ao máximo a mercantilização da força de trabalho, flexibilizando relações, vínculos e direitos oriundos do trabalho, redefinindo as

formas de regulação social, tanto nas organizações privadas quanto nas instituições públicas. Reafirma-se a análise de Dardot e Laval (2008), ao salientarem que o neoliberalismo não busca reduzir a intervenção do Estado, mas sim impor a sua transformação para trazer a lógica privatista para dentro da ação pública, submetendo-a às regras da concorrência, redução de custos e punção do fundo público para fins privados, mudança orientada pela racionalidade instrumental ao invés da razão pública.

Nessa dinâmica societária, é possível verificar que servidoras/es públicas/os estatutárias/os vêm sendo gradativamente substituídas/os por trabalhadoras/es com contratos regidos pela legislação do trabalho do setor privado (CLT), situação observada nos dados da pesquisa do recadastramento. Tal quadro sofre o impacto das múltiplas formas de flexibilização dos vínculos contratuais, impulsionadas pela contrarreforma trabalhista de 2017, como observado e, ainda pela Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016, que estabeleceu teto para os gastos sociais públicos com as despesas primárias por 20 anos (exceto para despesas obrigatórias e pagamento de juros e amortizações da dívida pública), servindo de justificativa para o arrocho salarial de trabalhadoras/es do Estado e para o desfinanciamento das políticas sociais. Tudo isso acrescido da contrarreforma administrativa, em tramitação na Câmara Federal, por meio da PEC 32/2020, que prevê, entre outros retrocessos, o fim do regime jurídico único dos servidores, a extinção da estabilidade, a possibilidade de redução da jornada e de salários, a declaração de desnecessidade ou obsolescência do cargo, entre outras medidas destrutivas do aparelho do Estado, como sinalizado anteriormente.

Contudo, observando-se a tabela 38, que cruza natureza do principal vínculo e forma de contratação, encontramos que o setor público ainda apresenta índices significativos na realidade do Serviço Social, embora longe de abarcar a totalidade de trabalhadoras/es estatutárias/os, com predominância do setor público federal com 1.667 (72,3%); seguido do estadual com 3.067 (63,2%).

No caso do setor público municipal, já temos um forte decréscimo de vínculos estatutários, com apenas 9.985 (51,8%) das/os servidoras/es, indicando o movimento em curso de incorporação das lógicas e regras do setor privado pelas instituições estatais. Ao mesmo tempo, observa-se um alto índice de trabalhadoras/es com contratos temporários no âmbito municipal, com 4.539 (23,6%), de longe o maior entre os três níveis de poder e muito acima da média nacional de 13,2%, indicando o processo de degradação das condições de trabalho de trabalhadoras/es do Estado, seguindo a tendência em curso de flexibilização dos vínculos contratuais e expropriação de direitos do conjunto da classe trabalhadora.

Tabela 38 – Natureza do Vínculo Empregatício por Forma de Contratação ⁴³

Natureza do principal vínculo como assistente social	Estatutário (a)		Celetista (CLT)		Contrato temporário		Cargo Comissionado		Prestação de serviço		Outro		Nenhum		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Setor público municipal	9985	51,8%	1917	9,9%	4539	23,6%	1474	7,6%	741	3,8%	512	2,7%	103	0,5%	19271
Setor público estadual	3076	63,2%	773	15,9%	412	8,5%	230	4,7%	172	3,5%	188	3,9%	17	0,3%	4868
Organização não Governamental sem Fins Lucrativos	33	0,9%	2857	79,1%	158	4,4%	13	0,4%	312	8,6%	134	3,7%	107	3,0%	3614
Empresa privada	25	0,9%	2280	82,9%	154	5,6%	8	0,3%	155	5,6%	111	4,0%	18	0,7%	2751
Setor público federal	1667	72,4%	257	11,2%	151	6,6%	6	0,3%	81	3,5%	131	5,7%	8	0,3%	2301
Organização social	9	1,1%	663	84,7%	30	3,8%	4	0,5%	43	5,5%	20	2,6%	14	1,8%	783
Organização da sociedade civil de interesse público	7	1,1%	501	79,0%	43	6,8%	5	0,8%	40	6,3%	9	1,4%	29	4,6%	634
Voluntário	23	3,8%	30	5,0%	24	4,0%	9	1,5%	33	5,5%	122	20,2%	362	60,0%	603
Fundação	25	5,0%	411	82,5%	27	5,4%	6	1,2%	19	3,8%	10	2,0%	0	0,0%	498
Autônomo	3	0,9%	10	3,1%	21	6,5%	2	0,6%	172	53,6%	53	16,5%	60	18,7%	321
Sindicato associação movimento social e ou popular	12	8,2%	56	38,4%	12	8,2%	1	0,7%	16	11,0%	15	10,3%	34	23,3%	146
Outro	54	5,7%	424	44,9%	73	7,7%	31	3,3%	78	8,3%	202	21,4%	82	8,7%	944
Nenhum	366	4,9%	547	7,3%	216	2,9%	125	1,7%	95	1,3%	196	2,6%	5933	79,3%	7478
TOTAL	15285		10726		5860		1914		1957		1703		6767		44212

⁴³ Em relação a essa tabela cabe um esclarecimento. Como se trata de uma tabela bivariada que cruza duas variáveis – “natureza do vínculo” e “forma de contratação” – quando computados os dados separadamente expressam exatamente o que as/os assistentes sociais responderam, pois as perguntas constantes do questionário de recadastramento eram independentes. Porém, no processo de sistematização dos dados, quando da elaboração da tabela bivariada com essas duas informações “natureza do vínculo” e “forma de contratação” associaram-se relações que podem conter inconsistências, como por ex.: vínculo voluntário e contratação como celetista; ou vínculo contratual como estatutário com sindicato ou movimento popular. Apesar dessas incongruências, optamos por manter a tabela, pelas informações relevantes que ela contém.

Essa presença significativa, e tudo indica em crescimento, de contratos temporários, foi favorecida pela nova lei da terceirização de atividades meio e atividades fim aprovada em 2017, assim como pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária. Aliás, as pesquisas sobre mercado de trabalho constataam que o que mais cresce no mercado de trabalho é a informalidade, o trabalho intermitente, o trabalho por tempo determinado, conforme série histórica das PNAD/IBGE da última década.

Dados apropriados por Druck (2021), com base na PNAD Contínua/IBGE do primeiro trimestre de 2020, registram que 7,9% do total do emprego público no país era contratado com carteira assinada e 15,4% eram empregados sem carteira, que somados representavam 23,3%, enquanto os estatutários eram 76,7%. Os dados revelam também que 64% dos trabalhadores com carteira e sem carteira, onde podem estar os terceirizados, estão nos municípios, 24% nos estados e 12% na união.

Nos municípios, do total do emprego público, neste mesmo período, 7,0% eram com carteira assinada e 18,9% eram sem carteira, somando 25,9%, sendo 74,1% de estatutários. Nos estados da federação, 19,8% e 80,2% eram estatutários, enquanto no nível federal os com carteira e sem carteira eram 19,8% e os estatutários 80,2%. Druck (2021, p. 11) destaca ainda que só nos últimos cinco anos (2015-2020), o emprego público com carteira nos municípios reduziu-se em 12% e nos estados em 15,6%, enquanto os sem carteira cresceram 17% nos municípios e 7,4% nos estados.

Nos dados coletados na pesquisa de recadastramento também desponta a figura do/a prestador/a de serviço (4,43%), indicando a presença da denominada “pejotização” das relações de trabalho na categoria de assistentes sociais, um meio de descaracterizar a relação de emprego e, assim, burlar a aplicação da legislação trabalhista, expressando um processo mais profundo de desregulamentação das relações de trabalho, que pode se acentuar entre assistentes sociais numa conjuntura de ampliação do desemprego e de precarização do trabalho.

E comparece em percentuais bem baixos a condição de “autônomo”, uma relação trabalhista que em geral é também objeto de confusão, pois parece expressar mais uma autorrepresentação das/os assistentes sociais, do que de fato uma situação jurídica daquele/a trabalhador/a que contribui para a previdência social como autônomo.

3.3. JORNADA SEMANAL DE TRABALHO COMO ASSISTENTE SOCIAL

A pesquisa procurou captar a quantidade de horas trabalhadas pelas/os assistentes sociais, considerando-se todos os vínculos empregatícios. O resultado está exposto na seguinte tabela:

Tabela 39 – Jornada Semanal de Trabalho em Todos os Vínculos

Jornada semanal (somando todos os vínculos)	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Menos de 20h	1.200	2,71%
Entre 20h e 24h	2.519	5,70%
Entre 25h e 30h	19.616	44,37%
Entre 31h e 40h	9.552	21,60%
Entre 41 e 50h	2.306	5,22%
Entre 51 e 60h	1.628	3,68%
Mais de 60h	286	0,65%
Nenhum	7.105	16,07%
TOTAL	44.212	100,00%

Como pode ser verificado, quase metade da categoria profissional que participou do recadastramento, num total de 19.616 (44,37%) possui uma jornada semanal entre 25 e 30hs; a jornada entre 31 a 40hs é informada por 9.552 pessoas (21,60%)⁴⁴, o que pode estar relacionado à ocupação de cargos de chefia ou coordenação. Jornadas superiores a 40h perfazem um total menos significativo, de 4.220 (9,55%). As jornadas inferiores não são relevantes: menos de 20h um total de 1.200 respondentes (2,71%); e entre 20 a 24h foram 2519 (5,70%).

Esses dados remetem à discussão sobre a conquista das 30hs pelas/os assistentes sociais a partir de 2010, pois se de um lado ela parece estar se consolidando, por outro lado os dados revelam a persistência de jorna-

⁴⁴ Na pesquisa realizada em 2004, sobre o principal vínculo empregatício prevalecia carga horária de 40 horas (50,70%), seguida pela de 30 horas (28,65%), num contexto anterior à publicação da lei que garante as 30h para a categoria profissional. (CFESS, 2005).

das de trabalho acima de 30 horas semanais. Num contexto de intensa flexibilização e precarização das relações de trabalho, e de rebaixamento salarial, a garantia de uma jornada semanal de até 30 horas é atravessada por desafios. Pondera-se, ainda que a redução da jornada pode estar sendo funcional aos empregadores, na medida em que venha acompanhada de redução salarial, descumprindo-se, portanto, a lei que regulamenta a jornada de 30hs sem redução de salário.

Outra questão a ser considerada é o impacto da redução de jornadas de trabalho em profissões atuantes em serviços sociais, especialmente públicos, na medida em que isso requer ampliação do orçamento, a fim de assegurar o quantitativo de trabalhadoras/es necessárias/os para manter a regularidade e continuidade dos serviços, o que exige luta constante para respeitar e manter os direitos conquistados.

Tabela 40 – Jornada Semanal de Trabalho X Forma de ingresso no principal vínculo

Forma de ingresso no principal vínculo empregatício	Menos de 20h		Entre 20h e 24h		Entre 25h e 30h		Entre 31h e 40h		Entre 41 e 50h		Entre 51 e 60h		Mais de 60h		Nenhum		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Concurso público	90	7,50%	868	34,46%	9.064	46,21%	5.413	56,67%	1.074	46,57%	1.062	65,23%	138	48,25%	107	1,51%	17.816	40,30%
Cargo comissionado	25	2,08%	93	3,69%	635	3,24%	808	8,46%	143	6,20%	24	1,47%	11	3,85%	31	0,44%	1.770	4,00%
Nenhum	94	7,83%	34	1,35%	230	1,17%	112	1,17%	54	2,34%	23	1,41%	12	4,20%	6.398	90,05%	6.957	15,74%
Outro	309	25,75%	413	16,40%	2.911	14,84%	889	9,31%	373	16,18%	132	8,11%	36	12,59%	247	3,48%	5.310	12,01%
Seleção pública simplificada	98	8,17%	348	13,82%	2.921	14,89%	906	9,48%	254	11,01%	186	11,43%	35	12,24%	74	1,04%	4.822	10,91%
Por indicação	244	20,33%	372	14,77%	1.937	9,87%	654	6,85%	199	8,63%	52	3,19%	24	8,39%	88	1,24%	3.570	8,07%
Convite	316	26,33%	348	13,82%	1.474	7,51%	577	6,04%	168	7,29%	41	2,52%	18	6,29%	122	1,72%	3.064	6,93%
Edital público	22	1,83%	34	1,35%	367	1,87%	159	1,66%	38	1,65%	106	6,51%	11	3,85%	34	0,48%	771	1,74%
Pregão	2	0,17%	9	0,36%	77	0,39%	34	0,36%	3	0,13%	2	0,12%	1	0,35%	4	0,06%	132	0,30%
TOTAL	1.200	100,00%	2.519	100,00%	19.616	100,00%	9.552	100,00%	2.306	100,00%	1.628	100,00%	286	100,00%	7.105	100,00%	44.212	100,00%

Na tabela 40, é possível perceber que a forma de ingresso mediante concurso público para ocupação de cargo efetivo, como servidor público, é destacadamente mais incidente entre as/os que cumprem jornadas mais

longas, sendo 5.413 (56,67%) dos que possuem jornada de 31h a 40h; 1.074 (46,57%) dentre os que cumprem 41h a 60h; e 138 (48,25%) dentre os que possuem jornada superior a 60h semanais. As jornadas de menor duração registram as formas de ingresso mais instáveis, ou até mesmo não identificada (outro).

Os dados sobre jornada semanal no Serviço Social também podem ser analisados pela distribuição regional, conforme detalha a tabela 41.

Tabela 41 - Jornada Semanal somando todos os vínculos X Estados/Regiões do País (continua)

Unidade da Federação		Menos de 20h	Entre 25h e 30h	Entre 41h e 50h	Entre 31h e 40h	Nenhum	Entre 20h e 24h	Entre 51h e 60h	Mais de 60h	Total
Norte	AC	2	71	25	77	42	2	3	1	223
	AM	39	438	58	233	338	34	65	11	1.216
	AP	9	149	11	54	42	6	21	2	294
	PA	55	763	91	321	526	46	90	22	1.914
	RO	18	120	22	127	79	11	20	13	410
	TO	10	194	13	98	66	11	20	4	416
Subtotal		133	1.735	220	910	1.093	110	219	53	4.473
Nordeste	AL	23	522	62	193	189	100	94	9	1.192
	BA	105	1.379	152	568	759	233	91	16	3.303
	CE	27	808	97	319	331	107	97	8	1.794
	MA	49	621	54	233	330	91	68	12	1.458
	PB	21	450	72	181	150	83	79	11	1.047
	PE	29	727	98	296	279	97	128	26	1.680
	PI	10	222	25	94	91	32	37	3	514
	RN	18	507	58	245	163	87	75	12	1.165
SE	12	158	14	62	36	11	28	3	324	
Subtotal		294	5.394	632	2.191	2.328	841	697	100	12.477
Centro-Oeste	DF	20	167	35	261	130	41	33	5	692
	GO	29	410	47	240	131	29	34	8	928
	MS	20	282	44	186	77	29	11	3	652
	MT	8	184	28	131	57	11	12	3	434
Subtotal		77	1.043	154	818	395	110	90	19	2.706

Tabela 41 - Jornada Semanal somando todos os vínculos X Estados/Regiões do País (conclusão)

Sudeste	ES	17	347	38	210	148	27	26	4	817
	MG	98	1.962	206	1.005	489	318	78	20	4.176
	RJ	147	1.265	274	750	834	419	174	27	3.890
	SP	242	5.293	450	1.337	1.151	324	227	41	9.065
Subtotal		504	8.867	968	3.302	2.622	1.088	505	92	17.948
Sul	PR	41	912	109	660	158	83	24	5	1.992
	RS	96	702	124	915	361	189	49	13	2.449
	SC	55	963	99	756	148	98	44	4	2.167
Subtotal		192	2.577	332	2.331	667	370	117	22	6.608
TOTAL GERAL		1.200	19.616	2.306	9.552	7.105	2.519	1.628	286	44.212

As duas jornadas mais incidentes, entre 25 e 30hs e entre 31 e 40h, também são as duas primeiras em todas as regiões do país⁴⁵. As jornadas mais longas ocupam o terceiro lugar nas regiões Norte e Centro Oeste (entre 41 e 50h semanais) e o quarto lugar no Norte e Nordeste (entre 51 e 60h semanais). Na região Sul ocorre a menor diferença entre as duas jornadas mais prevalentes, e como consequência é a região com menor incidência de jornadas curtas. A região Norte detém o quantitativo maior da jornada mais curta,⁴⁶ menos de 20h, ainda que jornadas inferiores a 25h não sejam relevantes, nem no geral e nem nos resultados regionais.

Cabe ainda destacar os resultados para a ausência de jornada semanal de trabalho como assistente social, já que o quantitativo geral que declarou não ter jornada de trabalho é de 16,07% dos profissionais, o que corresponde ao terceiro lugar no quadro geral. Quando a ausência de jornada

45 Na pesquisa de 2004, quando se pesquisou a carga horária no principal vínculo, “apenas no Norte a de 30 horas se equipara com a de 40 horas (40% para cada). No Sul e no Sudeste é maior o contingente dos que trabalham 40 horas semanais, 63,03% e 55,82% respectivamente. Há um maior equilíbrio na distribuição das duas principais cargas horárias no Centro-oeste (38,60% e 35,09%) e no Nordeste (36,73% e 33,16%). Nesta região, o percentual das (os) que trabalham 20 horas (14,80%) está em terceiro lugar, é, portanto, maior do que a carga de mais de 40 horas. No nível nacional, esta carga ocupa o terceiro lugar (8,00%), mas nas regiões Centro-oeste e Norte ela é mais incidente (19,30% e 16,36%, respectivamente).” (CFESS, 2005, p.28).

46 Na pesquisa de 2004, o Nordeste apresenta os maiores índices de cargas horárias menores: 20 horas e 24 horas (6,12%) e a de menos de 20 horas (3,06%). (CFESS, 2005, p.28)

é verificada por região, é notória a significância dos que não têm jornada, dentre o total dos profissionais por região: 36,90% no Sudeste; 30,83% no Nordeste; 15,38% no Norte; 9,38% no Sul; e 5,55% no Centro-Oeste. Esses resultados podem indicar a ausência de ocupação, ou ocupação temporária, bem como podem indicar situações de desemprego/desocupação, ainda que o universo das/os respondentes da pesquisa seja de inscritas/os no CRESS, como observado anteriormente, já que os percentuais são bem próximos. A informação sobre nenhuma jornada também pode indicar que as jornadas não são fixas, podendo ser flexíveis, intermitentes, fruto da informalidade dos vínculos empregatícios, tal como problematizado.

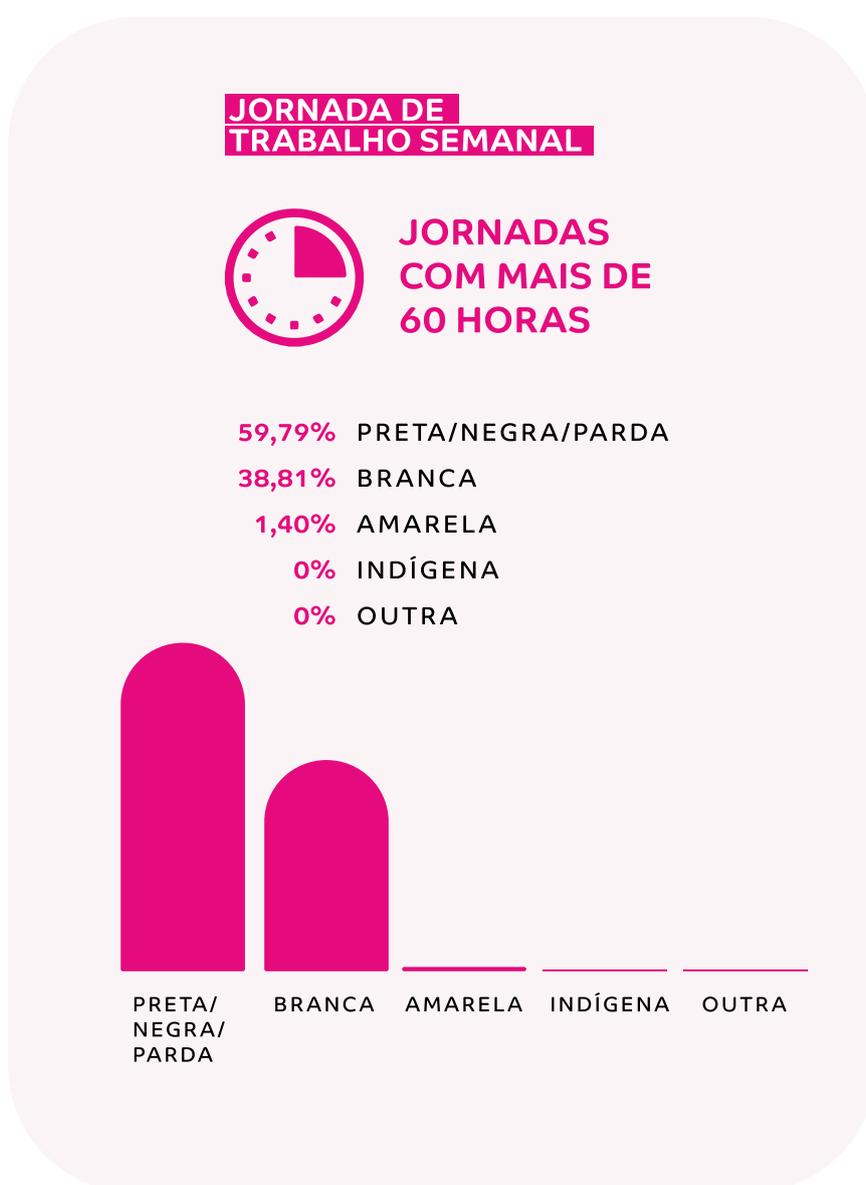
Quando apreciamos a jornada de trabalho, distribuída por pertença étnico-racial, tem-se que a jornada mais incidente (25 a 30hs) também assim se apresenta para as/os autodeclaradas/os brancas/os e as/os autodeclaradas/os negras/pretas/pardas/os, assim como nas demais faixas. Essa distribuição pode ser vista na tabela a seguir.

Tabela 42 - Jornada Semanal e Pertença Étnico-racial

Jornada semanal, somando todos os vínculos	Preta/negra/parda		Branca		Amarela		Indígena		Outra		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Entre 20h e 24h	1.218	48,35%	1.235	49,03%	48	1,91%	4	0,16%	14	0,56%	2.519	100,00%
Entre 25h e 30h	9.675	49,32%	9.405	47,95%	363	1,85%	72	0,37%	101	0,51%	19.616	100,00%
Entre 31h e 40h	4.385	45,91%	4.935	51,66%	161	1,69%	30	0,31%	41	0,43%	9.552	100,00%
Entre 41 e 50h	1.137	49,31%	1.114	48,31%	41	1,78%	4	0,17%	10	0,43%	2.306	100,00%
Entre 51 e 60h	924	56,76%	668	41,03%	26	1,60%	4	0,25%	6	0,37%	1.628	100,00%
Mais de 60h	171	59,79%	111	38,81%	4	1,40%	0	0,00%	0	0,00%	286	100,00%
Menos de 20h	605	50,42%	556	46,33%	29	2,42%	6	0,50%	4	0,33%	1.200	100,00%
Nenhum	4.140	58,27%	2.747	38,66%	147	2,07%	20	0,28%	51	0,72%	7.105	100,00%
TOTAL	22.255	50,34%	20.771	46,98%	819	1,85%	140	0,32%	227	0,51%	44.212	100,00%

As jornadas de menor duração são equitativas entre as/os autodeclaradas/os brancas/os e as/os autodeclaradas/os negras/pretas/pardas/os; nas jornadas mais prolongadas há diferenciação maior, pois negras/pretas/pardas/os são as/os que mais atuam com jornadas entre 51 a 60h e mais de

60h. Observa-se, portanto, que mesmo havendo equilíbrio na distribuição das jornadas mais incidentes, as desigualdades étnico-raciais próprias do mercado de trabalho brasileiro, em que pessoas negras/pretas/pardas/os são mais exploradas e desvalorizadas nas relações de trabalho, estão presentes no recorte profissional, quando profissionais negras/pretas/pardas possuem as jornadas mais longas, o que também está relacionado ao perfil de gênero, em uma categoria quase que totalmente feminina.



3.4. RENDIMENTO BRUTO COMO ASSISTENTE SOCIAL

A pesquisa coletou dados sobre o rendimento bruto de assistentes sociais, considerando-se todos os vínculos empregatícios da profissão. O resultado está exposto na seguinte tabela:

Tabela 43 – Rendimento bruto em todos os vínculos

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Até R\$ 1.000,00	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	7.979	18,05%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	261	0,59%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	1.017	2,30%
Mais de R\$ 15.000,00	194	0,44%
Nenhum	7.853	17,76%
TOTAL	44.212	100,00%

É possível verificar que a maior percentagem de rendimentos se situa na faixa de 2 a 3 mil reais, perfazendo 10.840 respondentes (24,52%), seguida dos 7.979 (18,05%) que auferem rendimentos irrisórios de 1 a 2 mil reais; apenas 5.394 (12,20%) recebem entre 3 a 4 mil reais e 3.815 (8,63%) recebem entre 4 a 5 mil reais. Salários acima de 5 mil reais são a realidade de apenas 16,14% e as/os que auferem mais de 10 mil reais contabilizam inexpressivos 2%. E acima de 15 mil reais encontramos apenas 194 assistentes sociais (0,44%). Considerando-se o intervalo de 1 a 4 mil reais, tem-se quase 55% de assistentes sociais⁴⁷, o que expressa a intensa precarização

⁴⁷ Na pesquisa de 2004, auferida a renda total na área de serviço social, foi identificada a prevalência da remuneração de R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00 (para 45,19%), de R\$ 1.680,00 a R\$ 2.160,00 (para 20,54%), de mais de R\$ 2.160,00 (para 18,59%) e de até R\$ 720,00 (para 15,68%). (CFESS, 2005).



dessa força de trabalho, se considerarmos que se trata de uma profissão de nível universitário, com exigências de qualificação técnica e educação continuada cada vez mais complexas. São dados que revelam um processo de rebaixamento do nível salarial e de empobrecimento da categoria profissional, que se insere no processo mais amplo de precarização e degradação das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo que assistentes sociais façam parte do segmento de profissionais qualificadas/os com nível de formação universitária (graduação)⁴⁸.

Algumas particularidades regionais podem ser destacadas, conforme tabela abaixo.

Tabela 44 – Rendimento bruto em todos os vínculos segundo distribuição regional (continua)

UF	Até R\$ 1.000,00		De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00		De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00		De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00		De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00		De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00		De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00		
Norte	AC	5	2,24%	29	13,00%	69	30,94%	20	8,97%	26	11,66%	12	5,38%	13	5,83%
	AM	28	2,30%	159	13,08%	284	23,36%	116	9,54%	93	7,65%	63	5,18%	54	4,44%
	AP	6	2,04%	42	14,29%	51	17,35%	28	9,52%	35	11,90%	36	12,24%	22	7,48%
	PA	56	2,93%	326	17,03%	479	25,03%	177	9,25%	106	5,54%	88	4,60%	68	3,55%
	RO	17	4,15%	59	14,39%	87	21,22%	44	10,73%	41	10,00%	22	5,37%	22	5,37%
	TO	18	4,33%	66	15,87%	102	24,52%	56	13,46%	43	10,34%	35	8,41%	8	1,92%
	Subtotal	130	2,91%	681	15,22%	1.072	23,97%	441	9,86%	344	7,69%	256	5,72%	187	4,18%
Nordeste	AL	57	4,78%	336	28,19%	238	19,97%	88	7,38%	93	7,80%	79	6,63%	50	4,19%
	BA	132	4,00%	974	29,49%	815	24,67%	187	5,66%	123	3,72%	101	3,06%	65	1,97%
	CE	38	2,12%	490	27,31%	525	29,26%	176	9,81%	76	4,24%	62	3,46%	32	1,78%
	MA	43	2,95%	403	27,64%	355	24,35%	99	6,79%	84	5,76%	47	3,22%	28	1,92%
	PB	67	6,40%	390	37,25%	192	18,34%	71	6,78%	48	4,58%	45	4,30%	24	2,29%
	PE	53	3,15%	522	31,07%	360	21,43%	143	8,51%	93	5,54%	97	5,77%	51	3,04%
	PI	26	5,06%	158	30,74%	90	17,51%	38	7,39%	33	6,42%	33	6,42%	12	2,33%
	RN	55	4,72%	363	31,16%	269	23,09%	92	7,90%	80	6,87%	67	5,75%	30	2,58%
	SE	12	3,70%	111	34,26%	71	21,91%	21	6,48%	21	6,48%	25	7,72%	12	3,70%
Subtotal	483	3,87%	3.747	30,03%	2.915	23,36%	915	7,33%	651	5,22%	556	4,46%	304	2,44%	

48 Importante cotejar dados de pesquisas na área da sociologia da educação superior que evidenciam que para muitas famílias este (baixo) salário representa a maior renda e a primeira de um membro com educação superior.

Tabela 44 – Rendimento bruto em todos os vínculos segundo distribuição regional (continua)

UF	Até R\$ 1.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00								
Centro-Oeste	DF	15	2,17%	26	3,76%	68	9,83%	70	10,12%	60	8,67%	66	9,54%	80	11,56%
	GO	23	2,48%	173	18,64%	275	29,63%	88	9,48%	59	6,36%	69	7,44%	48	5,17%
	MS	15	2,30%	70	10,74%	178	27,30%	101	15,49%	82	12,58%	55	8,44%	37	5,67%
	MT	6	1,38%	40	9,22%	65	14,98%	60	13,82%	62	14,29%	50	11,52%	31	7,14%
Subtotal	59	2,18%	309	11,42%	586	21,66%	319	11,79%	263	9,72%	240	8,87%	196	7,24%	
Sudeste	ES	14	1,71%	162	19,83%	215	26,32%	88	10,77%	62	7,59%	55	6,73%	28	3,43%
	MG	93	2,23%	1.015	24,31%	1.260	30,17%	461	11,04%	330	7,90%	248	5,94%	109	2,61%
	RJ	115	2,96%	567	14,58%	705	18,12%	450	11,57%	227	5,84%	353	9,07%	298	7,66%
	SP	165	1,82%	897	9,90%	2.645	29,18%	1.414	15,60%	964	10,63%	911	10,05%	464	5,12%
Subtotal	387	2,16%	2.641	14,71%	4.825	26,88%	2.413	13,44%	1.583	8,82%	1.567	8,73%	899	5,01%	
Sul	PR	37	1,86%	219	10,99%	483	24,25%	412	20,68%	310	15,56%	176	8,84%	80	4,02%
	RS	71	2,90%	217	8,86%	483	19,72%	404	16,50%	317	12,94%	292	11,92%	116	4,74%
	SC	30	1,38%	165	7,61%	476	21,97%	490	22,61%	347	16,01%	252	11,63%	113	5,21%
Subtotal	138	2,09%	601	9,10%	1.442	21,82%	1.306	19,76%	974	14,74%	720	10,90%	309	4,68%	
TOTAL	1.197	2,71%	7.979	18,05%	10.840	24,52%	5.394	12,20%	3.815	8,63%	3.339	7,55%	1.895	4,29%	

Tabela 44 – Rendimento bruto em todos os vínculos segundo distribuição regional (continua)

UF	De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	Mais de R\$ 15.000,00	Nenhum	Total							
Norte	AC	2	0,90%	1	0,45%	-	0,00%	-	0,00%	46	20,63%	223	100,00%
	AM	26	2,14%	17	1,40%	12	0,99%	3	0,25%	361	29,69%	1.216	100,00%
	AP	10	3,40%	5	1,70%	6	2,04%	1	0,34%	52	17,69%	294	100,00%
	PA	22	1,15%	12	0,63%	5	0,26%	3	0,16%	572	29,89%	1.914	100,00%
	RO	11	2,68%	3	0,73%	3	0,73%	3	0,73%	98	23,90%	410	100,00%
	TO	9	2,16%	7	1,68%	6	1,44%	6	1,44%	60	14,42%	416	100,00%
Subtotal	80	1,79%	45	1,01%	32	0,72%	16	0,36%	1.189	26,58%	4.473	100,00%	
Nordeste	AL	35	2,94%	8	0,67%	2	0,17%	5	0,42%	201	16,86%	1.192	100,00%
	BA	30	0,91%	12	0,36%	12	0,36%	6	0,18%	846	25,61%	3.303	100,00%
	CE	17	0,95%	9	0,50%	6	0,33%	4	0,22%	359	20,01%	1.794	100,00%
	MA	26	1,78%	9	0,62%	12	0,82%	4	0,27%	348	23,87%	1.458	100,00%
	PB	13	1,24%	9	0,86%	-	0,00%	2	0,19%	186	17,77%	1.047	100,00%

Tabela 44 – Rendimento bruto em todos os vínculos segundo distribuição regional (conclusão)

UF	De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00		De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00		De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00		Mais de R\$ 15.000,00		Nenhum		Total		
Nordeste	PE	28	1,67%	19	1,13%	9	0,54%	3	0,18%	302	17,98%	1.680	100,00%
	PI	14	2,72%	1	0,19%	2	0,39%	1	0,19%	106	20,62%	514	100,00%
	RN	19	1,63%	5	0,43%	2	0,17%	5	0,43%	178	15,28%	1.165	100,00%
	SE	8	2,47%	2	0,62%	2	0,62%	-	0,00%	39	12,04%	324	100,00%
Subtotal		190	1,52%	74	0,59%	47	0,38%	30	0,24%	2.565	20,56%	12.477	100,00%
Centro-Oeste	DF	60	8,67%	34	4,91%	29	4,19%	39	5,64%	145	20,95%	692	100,00%
	GO	32	3,45%	7	0,75%	5	0,54%	1	0,11%	148	15,95%	928	100,00%
	MS	9	1,38%	2	0,31%	3	0,46%	1	0,15%	99	15,18%	652	100,00%
	MT	29	6,68%	14	3,23%	3	0,69%	6	1,38%	68	15,67%	434	100,00%
Subtotal		130	4,80%	57	2,11%	40	1,48%	47	1,74%	460	17,00%	2.706	100,00%
Sudeste	ES	15	1,84%	5	0,61%	2	0,24%	2	0,24%	169	20,69%	817	100,00%
	MG	71	1,70%	27	0,65%	14	0,34%	10	0,24%	538	12,88%	4.176	100,00%
	RJ	126	3,24%	66	1,70%	32	0,82%	34	0,87%	917	23,57%	3.890	100,00%
	SP	194	2,14%	75	0,83%	42	0,46%	22	0,24%	1.272	14,03%	9.065	100,00%
Subtotal		406	2,26%	173	0,96%	90	0,50%	68	0,38%	2.896	16,14%	17.948	100,00%
Sul	PR	52	2,61%	22	1,10%	14	0,70%	16	0,80%	171	8,58%	1.992	100,00%
	RS	77	3,14%	35	1,43%	19	0,78%	10	0,41%	408	16,66%	2.449	100,00%
	SC	82	3,78%	22	1,02%	19	0,88%	7	0,32%	164	7,57%	2.167	100,00%
Subtotal		211	3,19%	79	1,20%	52	0,79%	33	0,50%	743	11,24%	6.608	100,00%
TOTAL		1.017	2,30%	428	0,97%	261	0,59%	194	0,44%	7.853	17,76%	44.212	100,00%

No Nordeste, prevalecem os que recebem entre 1 a 2 mil reais, seguidos pelas/os que recebem entre 2 a 3 mil reais; e, em terceiro lugar, as/os que não têm renda. Estes têm índices significativos em outras regiões, pois é o mais prevalente na região Norte e o segundo no Centro Oeste e no Sudeste. Na região Centro Oeste, o terceiro percentual é dos que auferem de 3 a 4 mil reais; e em quarto lugar comparece o intervalo de 1 a 2 mil reais, sendo que na região Sudeste a ordem é inversa. Pode-se afirmar que a região Sul apresenta menos disparidades entre as faixas salariais e possui a renda mais alta, pois nessa região a renda entre 3 a 4 mil reais ocupa o segundo lugar; e em terceiro lugar está a renda entre 4 a 5 mil; ademais, aqui

os que não têm renda estão na quinta posição, melhor situação entre todas as regiões. Destaque-se ainda que a faixa de rendimentos mais baixa – até 1 mil reais – tem incidência baixa tanto no quadro geral (2,78%) quanto nas cinco regiões. As disparidades regionais do mercado de trabalho brasileiro expressam-se nos dados específicos da profissão de Serviço Social, especialmente quando se identifica a baixa média salarial do Nordeste. Apesar disso, um paradoxo aparece nessa região: quando se observa que a posição dos que não têm renda só não é melhor do que na região Sul, levando-nos a inferir que pode haver mais postos de trabalho disponíveis, porém com baixíssima remuneração. Outro paradoxo a ser mais bem explicado é que, diferentemente dos dados do IBGE, que apontam o Sudeste como a região com melhor média salarial, no Serviço Social a região mais bem posicionada é a região Sul⁴⁹.

Ainda sobre os rendimentos brutos como assistente sociais, pode-se analisar sua distribuição por quantidade de vínculos na tabela 45.

Tabela 45 – Rendimento bruto x quantidade de vínculos

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Nenhum Vínculo		01 Vínculo		02 Vínculos		03 Vínculos		04 Vínculos		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	6.824	87,06%	957	3,02%	59	1,32%	4	1,96%	9	11,84%	7.853	17,76%
Até R\$ 1.000,00	158	2,02%	978	3,09%	54	1,21%	4	1,96%	3	3,95%	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	276	3,52%	7.264	22,96%	398	8,93%	27	13,24%	14	18,42%	7.979	18,05%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	331	4,22%	9.394	29,69%	1.044	23,42%	49	24,02%	22	28,95%	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	108	1,38%	4.448	14,06%	799	17,93%	31	15,20%	8	10,53%	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	49	0,63%	2.999	9,48%	729	16,36%	29	14,22%	9	11,84%	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	32	0,41%	2.606	8,24%	671	15,05%	27	13,24%	3	3,95%	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	24	0,31%	1.505	4,76%	347	7,79%	15	7,35%	4	5,26%	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	13	0,17%	814	2,57%	177	3,97%	11	5,39%	2	2,63%	1.017	2,30%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	5	0,06%	336	1,06%	82	1,84%	4	1,96%	1	1,32%	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	8	0,10%	189	0,60%	62	1,39%	2	0,98%	-	0,00%	261	0,59%
Mais de R\$ 15.000,00	10	0,13%	147	0,46%	35	0,79%	1	0,49%	1	1,32%	194	0,44%
TOTAL	7.838	100,00%	31.637	100,00%	4.457	100,00%	204	100,00%	76	100,00%	44.212	100,00%

49 Essa situação mais favorável no Sul e menos no Nordeste já foi apontada na pesquisa 2004 (CFESS 2005), entretanto observa-se nos dados de 2019 que os profissionais da região sudeste têm perdido seu nível salarial em relação à pesquisa de 2004.

A pesquisa apurou uma significativa predominância dos que possuem apenas um vínculo empregatício, conforme demonstrado anteriormente; e, dessa maioria, 86,7% possuem rendimento na faixa mais prevalente no quadro geral - de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 -, seguidos pela faixa de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00; e, em terceiro lugar, de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00. Para as/os que têm mais de um vínculo empregatício – 2, 3 ou 4 vínculos-, a faixa de remuneração mais incidente é exatamente a mesma de quem tem apenas um vínculo. Em seguida aparecem as faixas remuneratórias mais altas: em segundo lugar de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00; e em terceiro lugar de R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00. Curiosamente, para as/os que têm 4 vínculos, a segunda faixa de rendimento é a de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00. Dessa forma, o que se destaca é que o rebaixamento salarial se apresenta de forma categórica entre as/os respondentes, pois mesmo quando trabalham para mais de um empregador, em mais de um local, a/o profissional não tem sua renda total aumentada.

Quando tomamos a distribuição de rendimento por jornada de trabalho mensal (tabela 46 seguinte) a faixa de rendimento predominante - de 2 a 3 mil reais -, é majoritariamente declarada por quem tem a jornada semanal mais prevalente - de 25 a 30h. As/Os que fazem essa jornada também são as/os que mais recebem o rendimento de 1 a 2 mil reais, o qual ocupa o segundo lugar no quadro geral dos rendimentos. O rendimento de 3 a 4 mil reais, também prevalece entre as/os que possuem a jornada mais incidente, seguido pelas/os que têm jornada entre 31 a 40h. Com isso, já se observa uma diversidade salarial dentro da mesma faixa de horas trabalhadas. Para as/os que possuem a jornada mais curta - menos de 20h – estão destinados os rendimentos mais baixos, em primeiro lugar até 1 mil reais, e em segundo de 1 a 2 mil reais.

Tabela 46 – Rendimento bruto x jornada semanal de trabalho (continua)

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Menos de 20h		Entre 20h e 24h		Entre 25h e 30h		Entre 31h e 40h		Entre 41 e 50h	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Até R\$ 1.000,00	398	33,17%	168	6,67%	361	1,84%	128	1,34%	42	1,82%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	313	26,08%	1.241	49,27%	4.803	24,49%	1.210	12,67%	197	8,54%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	-	0,00%	2	0,08%	124	0,63%	187	1,96%	52	2,25%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	1	0,08%	3	0,12%	76	0,39%	111	1,16%	28	1,21%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	181	15,08%	608	24,14%	6.877	35,06%	2.199	23,02%	548	23,76%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	25	2,08%	208	8,26%	2.797	14,26%	1.635	17,12%	339	14,70%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	35	2,92%	93	3,69%	1.816	9,26%	1.173	12,28%	375	16,26%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	19	1,58%	76	3,02%	1.374	7,00%	1.236	12,94%	265	11,49%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	9	0,75%	37	1,47%	756	3,85%	706	7,39%	174	7,55%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	5	0,42%	12	0,48%	347	1,77%	444	4,65%	81	3,51%
Mais de R\$ 15.000,00	3	0,25%	3	0,12%	51	0,26%	84	0,88%	19	0,82%
Nenhum	211	17,58%	68	2,70%	234	1,19%	439	4,60%	186	8,07%
TOTAL	1.200	100,00%	2.519	100,00%	19.616	100,00%	9.552	100,00%	2.306	100,00%

Tabela 46 – Rendimento bruto x jornada semanal de trabalho (conclusão)

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Entre 51 e 60h		Mais de 60h		Nenhum		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Até R\$ 1.000,00	10	0,61%	6	2,10%	84	1,18%	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	66	4,05%	32	11,19%	117	1,65%	7.979	18,05%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	50	3,07%	8	2,80%	5	0,07%	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	31	1,90%	4	1,40%	7	0,10%	261	0,59%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	250	15,36%	63	22,03%	114	1,60%	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	326	20,02%	36	12,59%	28	0,39%	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	249	15,29%	50	17,48%	24	0,34%	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	320	19,66%	30	10,49%	19	0,27%	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	170	10,44%	28	9,79%	15	0,21%	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	97	5,96%	15	5,24%	16	0,23%	1.017	2,30%
Mais de R\$ 15.000,00	28	1,72%	2	0,70%	4	0,06%	194	0,44%
Nenhum	31	1,90%	12	4,20%	6.672	93,91%	7.853	17,76%
TOTAL	1.628	100,00%	286	100,00%	7.105	100,00%	44.212	100,00%

Os dados da pesquisa sobre rendimento das/os assistentes sociais permitem ainda analisar a prevalência das mulheres nessa categoria profissional e o seu impacto nos rendimentos, quando se observa que os resultados para esse gênero são os mesmos do quadro geral⁵⁰. Dentre os homens, o dado diferenciado é o de nenhuma renda, que para eles ocupa o segundo lugar, enquanto para as mulheres representa a terceira posição nos rendimentos. Dentre as pessoas trans, ainda que sua presença seja ínfima entre as respondentes, seus resultados sobre rendimentos indicam que os salários mais baixos são para as mulheres trans.

Tabela 47 – Rendimento bruto x identidade de gênero

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Feminino		Masculino		Transexual Masculino		Transexual Feminino		Travesti		Outras Expressões de Gênero		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Até R\$ 1.000,00	1.117	2,72%	77	2,50%	-	0,00%	-	0,00%	1	20,00%	2	6,90%	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	7.470	18,18%	503	16,32%	1	14,29%	1	20,00%	1	20,00%	3	10,34%	7.979	18,05%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	394	0,96%	34	1,10%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	239	0,58%	21	0,68%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1	3,45%	261	0,59%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	10.112	24,61%	720	23,35%	2	28,57%	1	20,00%	-	0,00%	5	17,24%	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	5.018	12,21%	367	11,90%	2	28,57%	-	0,00%	-	0,00%	7	24,14%	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	3.557	8,66%	254	8,24%	-	0,00%	-	0,00%	2	40,00%	2	6,90%	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	3.111	7,57%	225	7,30%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	3	10,34%	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	1.756	4,27%	135	4,38%	1	14,29%	-	0,00%	-	0,00%	3	10,34%	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	947	2,31%	70	2,27%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.017	2,30%
Mais de R\$ 15.000,00	179	0,44%	15	0,49%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	194	0,44%
Nenhum	7.183	17,48%	662	21,47%	1	14,29%	3	60,00%	1	20,00%	3	10,34%	7.853	17,76%
TOTAL	41.083	100,00%	3.083	100,00%	7	100,00%	5	100,00%	5	100,00%	29	100,00%	44.212	100,00%

⁵⁰ Dados do Boletim Especial do dia da mulher do DIEESE (07/03/2022) apresentam, com base na PNAD Contínua/IBGE do terceiro trimestre de 2021, que os rendimentos das mulheres continuaram inferiores aos dos homens, mesmo sendo a escolaridade delas quase sempre mais alta. Em termos gerais, as mulheres receberam menos: o rendimento médio feminino foi de R\$ 2.078,00 no terceiro trimestre de 2021, e o masculino, de R\$ 2.599,00. Na comparação, as mulheres ganharam 80% do recebido pelos homens, proporção maior do que os 78% verificados na terceiro trimestre de 2019, quando elas recebiam R\$ 2.139,00 e os homens, R\$ 2.742,00.

A distribuição do rendimento bruto por raça/cor apresenta o seguinte panorama, detalhado na tabela 48:

Tabela 48 - Rendimento Bruto por Pertença Étnico/racial

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Branca		Parda		Preta/negra		Amarela		Indígena		Outra		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Até R\$ 1.000,00	469	2,26%	495	2,98%	186	3,30%	34	4,15%	7	5,00%	6	2,64%	1.197
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	3.095	14,90%	3.641	21,91%	1.012	17,94%	179	21,86%	19	13,57%	33	14,54%	7.979
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	5.068	24,40%	4.104	24,70%	1.364	24,18%	211	25,76%	40	28,57%	53	23,35%	10.840
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	3.024	14,56%	1.650	9,93%	595	10,55%	86	10,50%	13	9,29%	26	11,45%	5.394
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	2.042	9,83%	1.203	7,24%	485	8,60%	57	6,96%	13	9,29%	15	6,61%	3.815
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	1.872	9,01%	1.000	6,02%	397	7,04%	45	5,49%	13	9,29%	12	5,29%	3.339
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	1.084	5,22%	542	3,26%	233	4,13%	19	2,32%	4	2,86%	13	5,73%	1.895
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	608	2,93%	273	1,64%	112	1,99%	14	1,71%	4	2,86%	6	2,64%	1.017
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	247	1,19%	135	0,81%	38	0,67%	5	0,61%	1	0,71%	2	0,88%	428
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	148	0,71%	74	0,45%	31	0,55%	2	0,24%	2	1,43%	4	1,76%	261
Mais de R\$ 15.000,00	114	0,55%	55	0,33%	23	0,41%	1	0,12%	0	0,00%	1	0,44%	194
Nenhum	3.000	14,44%	3.443	20,72%	1.164	20,64%	166	20,27%	24	17,14%	56	24,67%	7.853
TOTAL	20.771	100,00%	16.615	100,00%	5.640	100,00%	819	100,00%	140	100,00%	227	100,00%	44.212

Sobre o rendimento bruto por pertença étnico/racial, observam-se discrepâncias nos rendimentos mais baixos, pois a renda de 1 a 2 mil reais é bem mais incidente para negras/pretas/pardas/os (4.653) do que para brancas/os (3.095), o que reproduz a situação histórica do mercado de trabalho brasileiro, de menores rendimentos e maior desvalorização para

mulheres negras⁵¹. No inverso, conforme aumentam os rendimentos amplia-se a diferença a favor das/os autodeclaradas/os brancas/os.

Merece destaque, entre as/os que declararam não possuir renda e nem jornada - o que se supõe situação de desemprego/desocupação – que a diferença entre autodeclaradas brancas e negras/pretas/pardas é significativa.

Foi possível observar nesse item, que o nível de rendimento bruto expressa a histórica desvalorização do trabalho de assistentes sociais, que se soma aos outros indicadores de precarização dos vínculos contratuais e relações de trabalho na atual conjuntura de devastação dos direitos trabalhistas.

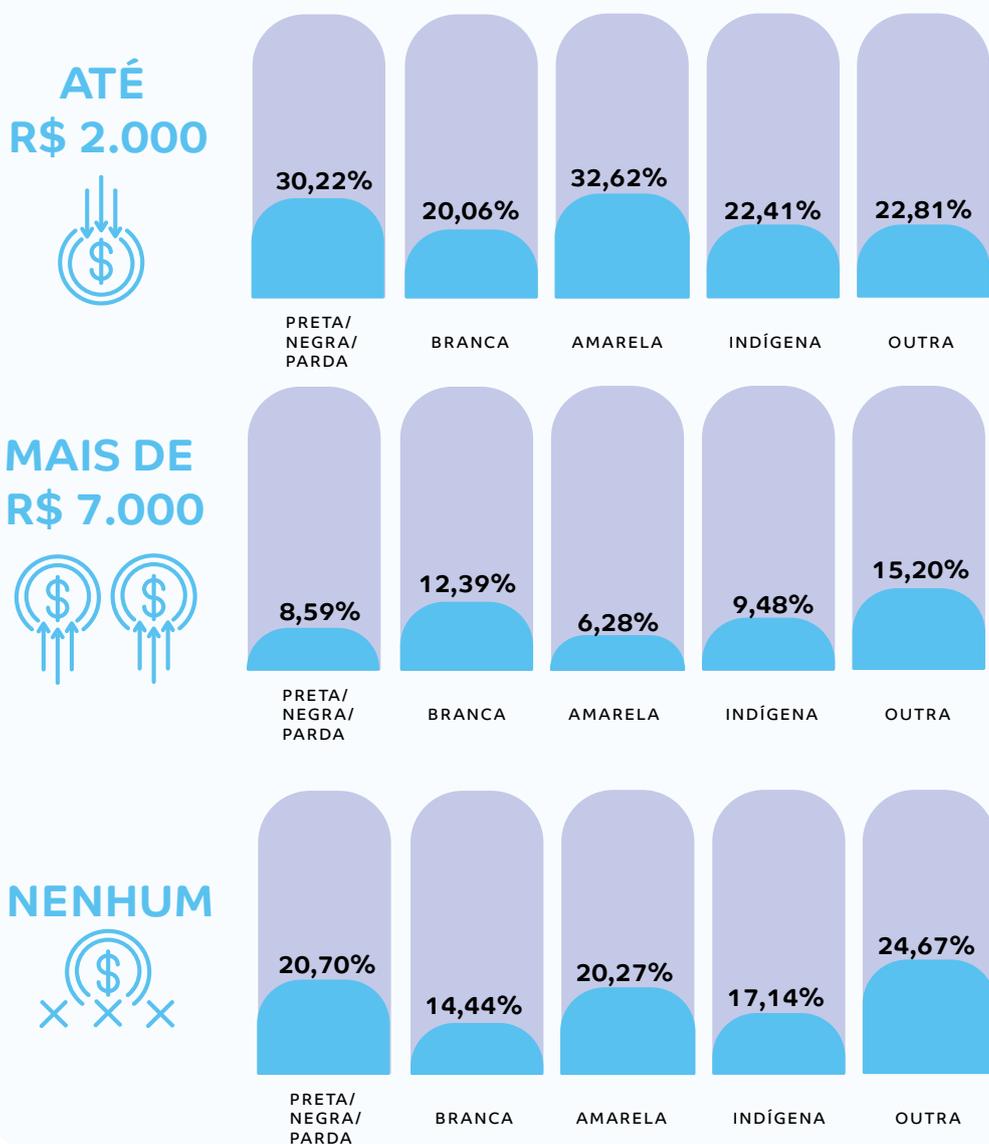
Concluindo a análise dos dados sobre a situação ocupacional de assistentes sociais trazidos pela pesquisa de recadastramento, é possível apontar a existência de um mercado de trabalho que, ao mesmo tempo que reproduz características históricas, com maior presença do emprego público, acesso aos postos de trabalho por meio de concurso público e predominância de regime jurídico estatutário, espelha relações de trabalho moventes e heterogêneas, bem como a introdução insidiosa de distintas modalidades precárias de trabalho, especialmente no espaço estatal, típicas da nova morfologia do trabalho do capitalismo do século 21 (Antunes, 2018; Raichelis, 2020), sintetizadas pela tríade terceirização, informalidade e flexibilidade.

Embora tal processualidade não altere a natureza e o lugar que ocupam assistentes sociais na divisão sociotécnica, sexual e étnico racial do trabalho, estão presentes nas relações de assalariamento uma multiplicidade de formas contratuais características do trabalho no capitalismo periférico ultraneoliberal, atestando o processo em curso de desregulamentação do trabalho e dos direitos, também na esfera pública estatal, que ainda permanece o maior empregador da força de trabalho profissional.

51 Dados apresentados no citado Boletim do DIEESE (7.03.2022), para o terceiro trimestre de 2021 em relação a raça/cor, evidenciam que a remuneração média das mulheres negras foi de R\$ 10,83 e a dos homens negros, de R\$ 11,67. Entre os não negros, as mulheres receberam R\$ 17,13 e os homens, R\$ 19,73. Esses valores médios por hora mostram que o trabalhador negro recebe um pouco menos de 60% do rendimento do homem não negro e a mulher negra, apenas 54,9%, enquanto para a não negra, a proporção é de 86,8%

As consequências políticas desse contexto conflitivo para a categoria profissional são profundas, atingindo dimensões objetivas e subjetivas, decorrentes de coletivos de assistentes sociais mais heterogêneos e fragmentados, com novas hierarquizações em seu interior, e incidências nas formas de consciência e auto-representação profissional, nas lutas e formas de organização e representação dos interesses coletivos, dimensões que precisam ser melhor conhecidas e problematizadas.

COMPARATIVO DE RENDIMENTO BRUTO POR PERTENÇA ÉTNICO/RACIAL





4. Notas finais: a relevância do recadastramento de assistentes sociais

A pesquisa que vem a público possui significado ímpar para o Serviço Social, pois que revela a construção e transformação histórica de uma profissão que se forjou e amadureceu na busca pela superação de seus traços iniciais conservadores, de orientação positivista e funcionalista. Os 86 anos que a separam da instauração de seu primeiro curso em 1936, naquela que viria a ser PUC/SP, viram surgir uma profissão que ousou lutar contra suas origens, que coletivamente construiu um Projeto Ético Político forjado na resistência política contra a autocracia burguesa entre os anos 1964-1985 e no aprofundamento teórico crítico marxista, especialmente após meados dos anos 1970.

Os 40 anos do conhecido “Congresso da Virada”, celebrado em 1919⁵², vem fortalecendo e instituindo coletiva e cotidianamente um processo formativo crítico e um processo de trabalho profissional cujos valores e princípios libertários, igualitários e emancipatórios estão incrustados em nosso Código de Ética, Lei de Regulamentação Profissional, Diretrizes Curriculares. Longe de se constituir em “escrituras sagradas”, estas são bússolas que orientam as dinâmicas e dialéticas dimensões teórico-ético-políticas, técnico-operativas e institucional-legal, que materializam nosso cotidiano e mobilização permanente em defesa da construção de uma sociedade sem exploração de classe, gênero e raça e sem nenhum tipo de opressão e intolerância.

As ricas informações que emergem dessa pesquisa revelam uma profissão ativa, construída cotidianamente por trabalhadores e trabalhadoras, mas inserida nas relações sociais determinadas pela sociabilidade do capital, que se move pela rentabilidade econômica e não pelo atendimento às necessidades sociais. Essa é uma condição fundamental para com-

⁵² Para análises publicadas por ocasião dessa importante celebração dos 40 anos da “virada”, ver Iamamoto (2020); Boschetti (2020); Mota & Rodrigues (2020); Raichelis et al (2019). Oliveira e Silva (org., 2019). Outros importantes artigos sobre esse legado estão disponíveis na Revista Serviço Social e Sociedade n. 136 (2019).



preender e explicar seu perfil, sua constituição, suas contradições, desafios e perspectivas. São elementos que, ao mesmo tempo que evidenciam quem somos, onde estamos e de onde viemos, apontam a direção a seguir para fortalecer nosso Projeto Ético Político Profissional.

Portanto, sendo a profissão de Serviço Social o resultado de relações sociais contraditórias engendradas pelo capitalismo tardio, ela é, ao mesmo tempo, um produto vivo de suas/seus trabalhadoras/es, do protagonismo individual e coletivo de profissionais organizadas/os a partir de um projeto ético-político que solda projeções e hegemoniza a direção social a ser impressa no trabalho. Esse relatório apresenta conhecimentos sistematizados que reafirmam alguns traços históricos, mas que revelam mudanças importantes, resultado que são de nossas escolhas coletivas e individuais, mas sempre determinadas, em última instância, pelas condições objetivas de nossas vidas e das relações sociais e de trabalho em que nos inserimos.

Seguimos sendo majoritariamente uma profissão considerada de gênero feminino (92%), mas com aumento progressivo do gênero masculino e visibilidade de outras expressões de gênero, por muito tempo invisibilizadas pela sociedade heteropatriarcal, certamente um movimento resultante das lutas feministas e LGBTQ+, e do avanço de estudos e pesquisas no âmbito da nossa profissão.

É reduzido o número de profissionais que não professam religião (pouco mais de 12%), e entre quem o faz, predomina a religião católica, sendo a evangélica a segunda mais praticada, embora a pluralidade se reflita em outros vínculos.

Emerge como uma gratificante tendência o aumento do quantitativo de profissionais negras/pretas/pardas, que já são mais de 50% da categoria, bem como a fundamental inserção, ainda que muito incipiente, de indígenas, o que só reforça o acerto da política de cotas, que requer defesa intensa em ano de “revisão” da lei. Essas conquistas, contudo, ainda estão marcadas pelo racismo estrutural, já que as assistentes sociais autodeclaradas

negras/pretas/pardas vivenciam profundas desigualdades em relação às autodeclaradas brancas: se graduam mais em EaD, e são majoritárias entre quem vivencia as piores condições e relações de trabalho (mais de um vínculo, formas de ingresso precarizadas, menores rendimentos). Mais do que nunca, o Conjunto CFESS-CRESS acerta quando pauta o antirracismo como ação política permanente e cotidiana.

Entre as tendências da formação, há que se destacar que, infelizmente, a maioria da categoria ainda é obrigada a lançar mão do ensino privado lucrativo, responsável por 52% das profissionais participantes da pesquisa, diante do quadro nacional de insuficiente oferta de vagas em instituições públicas. Ainda que também se registre a forte expansão do ensino na modalidade EaD, especialmente no Nordeste, a formação no ensino presencial é responsável por 76% das graduações. A extinção de cursos à distância (Unitins) e o não preenchimento de vagas ofertadas fez com que o Serviço Social saísse da lista dos 10 maiores cursos com matrículas em EaD, sobretudo porque ocupava a 2ª posição há 10 anos, conforme o Censo do Ensino Superior publicado pelo INEP em 2022. Uma vitória a ser comemorada, pois seguramente esse quadro resulta da Campanha “Educação não é Fast Food” e das ações políticas e regulações implementadas pelo Conjunto CFESS-CRESS e pela ABEPSS. A busca por qualificação realça o interesse profissional no aprimoramento teórico, visto que mais de 80% já realizaram alguma titulação pós-graduada, com destaque para cursos de Especialização. Mas essa busca se deu majoritariamente (58%) fora do Serviço Social, o que deve servir de alerta para refletirmos sobre as implicações dessa tendência no trabalho profissional, mas também na direção teórica e técnico-operativa da formação acadêmico-profissional.

Os resultados indicados nos quesitos sobre o trabalho profissional trazem algumas surpresas e muitas recorrências. A grande surpresa, que contraria inferências existentes, revelou que 71% das/os profissionais possuem apenas um vínculo profissional, enquanto em torno de 15% declaram não possuir nem vínculo e nem rendimento. Esse último dado precisa ser melhor apropriado por outras pesquisas, pois evidencia alto índice de

desocupação na categoria profissional, maior do que a média nacional. Entre as/os pouco mais de 80% que indicaram possuir rendimentos, permanece a histórica predominância de baixos salários: 56% declararam receber até R\$ 3.000,00 no prazo de encerramento da coleta em dezembro de 2019. O setor público, especialmente municipal, segue sendo o principal empregador, mas o ingresso por concurso público responde somente por 40%, o que revela intensificação de contratações temporárias, instáveis e realizadas por critérios privados e pouco transparentes. Jornadas até 30 horas semanais são majoritárias (52%), o que seguramente resulta da Lei que estabeleceu essa jornada há 12 anos, após intensa luta da categoria.

Essa rápida síntese, e seu detalhamento ao longo desse relatório, ao tempo em que revela uma profissão dinâmica, que se renova, se fundamenta teoricamente em bases críticas robustas, se organiza politicamente, se insere nas lutas por direitos, resiste às investidas conservadoras e assenta em raízes sólidas seu Projeto Ético Político Profissional, também alerta para as condições objetivas contemporâneas que determinam nossa constituição profissional e nos colocam no “fio da navalha” entre as lutas por direitos e a capacidade real de sua materialização cotidiana. Vivemos tempos de avanço do ultraneoliberalismo, de uma brutal contraofensiva burguesa aos direitos conquistados com a Constituição de 1988 e seguidamente expropriados pelas destrutivas contrarreformas das políticas sociais, com destaque para as do trabalho e previdência social. Tempos em que a extrema direita assalta o poder e embrutece a civilidade humana, vociferando a intolerância, a violência, o racismo, a LGBTfobia, a supressão da solidariedade de classe e o que de mais belo a humanidade pode almejar: a emancipação completa dos grilhões que subjuguem trabalhadores e trabalhadoras.

Nessas condições brutalmente adversas, compreender quem somos é imprescindível para construir as lutas coletivas, as únicas capazes de impedir que o Serviço Social se transforme “em um dos instrumentos de legitimação da barbárie” (Iasi, 2019). As análises aqui empreendidas têm esse significado. Mas não basta! O desejo profundo é que cada informação, cada

dado, cada inferência, cada palavra, sejam utilizados como ferramentas para fortalecer a relação entre as/os profissionais e suas entidades representativas, para fortificar as lutas por melhores e mais dignas condições de trabalho, para intensificar as lutas pelos direitos humanos e sociais, para alimentar outras necessárias análises, e sobretudo, para encorajar e estimular a inserção de assistentes sociais nas lutas que a história nos reserva, aquelas que efetivamente possam nos levar à emancipação humana.

(...)

*Eu tropeço no possível,
e não desisto de fazer a descoberta
do que tem dentro da casca do impossível.*

Carlos Drummond e Andrade



Referências Bibliográficas

ALE, A. A. & PEREIRA, L. D. (Org.) . O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década.. 1a. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. Editora Jandaíra; 1ª ed. São Paulo, 2019

ANDES. Cotas nas Universidades são Insuficientes. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cotas-nas-universidades-brasileiras-sao-eficientes-conclui-estudo-estadunidense1> Acesso em 30 de setembro de 2021

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Os sentido do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine. O Significado do bug do CNPq. Esquerda Online, 2021. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2021/07/31/o-significado-do-bug-no-cnpq/> Acesso em 22 de novembro de 2021

_____. BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo, Cortez, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Política Social e Serviço Social: interação sim, mimetismo não! In SALVADOR, Evilasio et al (org.). Estado, Política Social e Direitos. Embú das Artes, Ed Alexa Cultural, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1yLUUYs24fkhNoLEhOR4-3qqqZfZ24Ql4/view> Acesso em 28 de novembro de 2021



_____. O Serviço Social na História; 40 anos de lutas e desafios. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 21-37, jan. / jun. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30270/20617>

BRASIL. Emenda Constitucional No. 66 (13/07/2010).

BRASIL. Lei federal 6.515 (26 / 12/ 1977).

BRASIL. INEP/MEC. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019. Brasília, 2021. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf Acesso em 28 de novembro de 2021

BRASIL. INEP/MEC. Censo da Educação Superior 2020. Notas Estatísticas. Brasília, 2022a. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso entre 26 e 28 de fevereiro de 2022

BRASIL. INEP/MEC. Censo da Educação Superior 2020. Principais Resultados. Tabelas. Brasília, 2022b https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centro_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em 27 e 28 de fevereiro de 2022

BRASIL. CAPES/MEC. Plataforma Sucupira. Área de Serviço Social. Cursos Avaliados e Reconhecidos. Brasília. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.xhtml?areaAvaliacao=32>

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

_____. Sinopse do Censo 2010. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução N° 175 de 14/05/2013.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: UNESP, 2008.

CISNE, Mirla & SANTOS, Silvana. M. M. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2018.

CFESS, Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social. Brasília, 2ª edição, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf Acesso em 16 de outubro de 2021

CFESS. Residência em Saúde e Serviço Social subsídios para reflexão. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf> Acesso em 16 de outubro de 2021

CFESS (org.). Assistentes Sociais no Brasil – elementos para o estudo do perfil profissional. Colaboradores Rosa Predes [et al.]. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf Acesso em 26 de novembro de 2021

CFESS. Serviço Social e Diversidade Trans. exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate. Brasília, CFESS, 2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminariorTrans2015-Site.pdf> Acesso em 26 de março de 2022

COSTA, Fernanda Cosme da. FIES, PROUNI e PROIES (2003/2019): valorização do capital no ensino superior? Tese de Doutorado, PPGSS/ESS/UFRJ, 2021.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2008.

EVANGELISTA, Ana Carolina & reis, Livia. Neoconservadorismo, família, moral e religião nos primeiros anos do governo Bolsonaro. Rio de Janeiro, Fundação Henrich Boll Stiftung, 10 Abril 2021. Disponível em <https://br.bo-ell.org/pt-br/2021/04/10/neoconservadorismo-familia-moral-e-religiao-nos-primeiros-anos-do-governo-bolsonaro> Acesso em 12 de dezembro de 2021.

FEDERICI, Sílvia. O Ponto Zero da Revolução. Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo, Ed. Elefante, 2019

IAMAMOTO, Marilda. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2015. 41ª. Edição.

_____, Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 21-37, jan. / jun. 2020. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30303/20727>

IASI, Mauro. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Revista Serviço Social e Social, São Paulo, n. 136, p. 497-517, set./dez. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/?format=pdf&lang=pt>

INSTITUTO SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil. São Paulo, Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior> Acesso em 01 de outubro de 2021

LEHRER, Roberto. Autoritarismo contra a universidade – o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2019.

_____. Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente, Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2018.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política). São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

MOTA, Ana Elisabete & Rodrigues, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. Revista Katálysis 23 (02), maio/ago. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8Jjb-Z9hqfc3q3YY8GP/?lang=pt>

OLIVEIRA E SILVA. Maria Liduína de (Org.). Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação Conservadora, novas tensões e resistências. 1ed. São Paulo: Cortez, 2019, v. 1

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In CFESS (org). Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2020 (vol. 2).

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS (org). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

RAICHELIS, Raquel et al. Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. Revista Serviço Social e Social, São Paulo, n. 136, p. 497-517, set./dez. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/tWwPJBRJCKTP4gmJfD63gGC/?format=pdf&lang=pt>

SALVADOR, Evilasio. (2020). Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), 19(2). Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39326>

SANTOS, Silvana Mara de Moraes de. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. Revista Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15773/10927>

SILVA, Ana Paulo Procópio da. Resistências negras e amefricanidade. Diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. In Revista Fim do Mundo. Dossiê Capitalismo e Racismo – a práxis negra. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 4, jan/abr 2021. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635>

SOUZA, Humberto da Cunha et al (org.). Ensaio sobre o Perfil da Comunidade LGBTI+. Curitiba, IBDSEX, 2020. -- (Coleção livres & iguais ; 3) Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/LIVRO%20-%20LIVRES%20E%20IGUAIS%20-PESQUISA%20LGBTI%2B.pdf Acesso em 26 de fevereiro de 2022

TEIXEIRA, Joaquina. Conferência Magna no Conselho Nacional da Assistência Social. Brasília, 2021 (versão eletrônica).

VEIGA, José E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula. Campinas, Autores Associados, 2002. p. 31- 66.

VVAA. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE n. 136, p. 497-517, set./dez. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/i/2019.n136/>





○ **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**, publicado em 2022, reúne análises de dados demográficos e estatísticos de mais de 44 mil profissionais, que participaram do Recadastramento Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado entre os anos de 2016 e 2019. O número de respondentes correspondia, no período da pesquisa/levantamento, a pouco mais de 25% da categoria de assistentes sociais com inscrição ativa nos Conselhos, informação esta que nos permite afirmar: ainda que não seja uma pesquisa censitária, a amostragem probabilística disponibilizada nesta publicação é a maior sobre a categoria desde 2005, data da última pesquisa realizada no Conjunto CFESS-CRESS.

As análises condensadas neste relatório são de grande relevância, pois permitem conhecer o perfil de assistentes sociais em recortes regionais, de sexo/gênero, de pertença étnico-racial, na questão geracional, dentre outros aspectos. Apontam também informações importantes sobre a formação profissional e as relações e condições do trabalho de assistentes sociais no Brasil.

Estamos diante de dados que, a partir das análises apontadas, devem ser revisitados e alimentados por novos questionamentos, como é próprio do universo da produção do conhecimento. Afinal, trata-se uma produção que oferece um significativo painel de retratos do perfil e da realidade da categoria de assistentes sociais do Brasil.

